



# DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

SETEMBRO 2008

Secretaria de  
Comunicação  
Social





# DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

SETEMBRO 2008

# DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

**ATUALIZADO MENSALMENTE**

**Calendário de divulgação deste caderno (2008):**

MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
05	09	07	04	09	06	10	15	12	10

Versão eletrônica:



[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br) ou [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

# APRESENTAÇÃO

*O pronunciamento do Presidente Lula, transmitido em cadeia nacional no 186º aniversário da Independência, transcrito à página 67, permite conhecer o horizonte que se abre para o Brasil com a descoberta da jazida de petróleo e gás da camada do pré-sal.*

*O novo ciclo de investimentos no país foi tema central de reunião ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES, em 28 de agosto. As apresentações e análises feitas no evento podem ser acessadas por meio de links na página 69.*

*Esta edição de setembro do Caderno Destaques traz ainda detalhes do programa Saúde na Escola, artigo inédito de Francisco Menezes em homenagem ao centenário do nascimento de Josué de Castro e resumos de duas pesquisas: uma, “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano”, do Ipea, e outra, sobre os dois anos da Lei Maria da Penha, do Ibope/Themis.*

*Ao final, uma novidade: um índice remissivo para as edições anteriores, com todos os temas abordados por Destaques desde o primeiro número, em março de 2008.*

*Como de costume, a presente edição traz diversas atualizações – a exemplo do PIB do segundo trimestre de 2008 – com as datas em que foram feitas e eventuais erratas no rodapé de cada página. Críticas e sugestões, sempre bem-vindas, podem ser enviadas para [destaques.secom@planalto.gov.br](mailto:destaques.secom@planalto.gov.br)*

As informações divulgadas aqui são, em geral, obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal.

Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Críticas e sugestões são bem-vindas e podem ser enviadas para [destaques.secom@planalto.gov.br](mailto:destaques.secom@planalto.gov.br)

É permitida a reprodução, total ou parcial, mediante citação da fonte.

É livre a utilização de links para DESTAQUES em sítios web.

Edições anteriores podem ser obtidas no seguinte endereço:

[http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/destaques/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/destaques/)

# SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>3</b>		
Sumário	5		
<b>Parte 1</b>		<b>Parte 3</b>	
<b>Brasil hoje</b>	<b>7</b>	<b>Temas setoriais e atualidades</b>	<b>45</b>
Retrato Social	8	Esportes	46
Retrato Econômico	9	Programa Saúde na Escola - PSE	47
Biocombustíveis	12	Emprego	48
Política Externa	14	Previdência Social	49
Democracia	15	Exportações	50
		Inflação e Alimentos	52
<b>Parte 2</b>		Agricultura e Pecuária	53
<b>Programas 2007 e 2008</b>	<b>17</b>	Desmatamento e Aquecimento	54
PAC	18	Combustíveis	56
Cidadania e Inclusão Social	20	Energia Elétrica	57
Bolsa Família	21	Reforma Agrária	58
PDE	22	Mudança no Campo	59
Plano Nacional de Turismo – PNT	24	Habitação	60
Pronasci	25	Saneamento	61
ProJovem	26	Relação com Municípios	62
PAC Funasa	27	Relação com Estados	63
Povos Indígenas	28	Integração Nacional	64
Pessoas com Deficiência	29		
Mais Cultura	30	<b>Parte 4 – Biblioteca: estudos,</b>	
Criança e Adolescente	31	<b>artigos, pesquisas e anexos</b>	<b>65</b>
PAC Ciência e Tecnologia	32	Pronunciamento do Presidente Lula	
Quilombolas	33	sobre o pré-sal em 7 de Setembro	67
Mais Saúde	34	Reunião Ampliada do CDES	69
Registro Civil e Documentação Básica	35	Artigo: Josué de Castro	70
Territórios da Cidadania	36	Estudo: Redução da Pobreza e da	
Reforma Tributária	38	Indigência	72
Mulheres	39	Mulheres: 2 anos da Lei Maria da	
PAC Embrapa	40	Penha	73
Amazônia Sustentável – PAS	41	Ambiente de Negócios	74
Desenvolvimento Produtivo – PDP	42	Conselhos e Conferências	78
Mais Alimentos	43		
Mais Pesca e Aquicultura	44	<b>Índice remissivo</b>	
		<b>Edições anteriores</b>	<b>81</b>

Versão eletrônica:



[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br) ou [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para: [destaques.secom@planalto.gov.br](mailto:destaques.secom@planalto.gov.br) escrevendo “incluir” no campo assunto.



# 1 – BRASIL HOJE

## Índice

Tema	Página
Retrato Social	8
Retrato Econômico	9
Biocombustíveis	12
Política Externa	14
Democracia	15

*“A democracia é a mais importante de todas as nossas conquistas. Queremos vê-la cada vez mais forte. Devemos cuidar de aperfeiçoar nossas instituições, tornando-as mais transparentes, eficazes e representativas.*

*Conquistamos a duras penas a estabilidade monetária e forjamos fundamentos macroeconômicos sólidos. E continuaremos nos esforçando para melhorar ainda mais o ambiente econômico. Crescimento com inclusão social, com redução das desigualdades regionais. Essa é outra conquista que veio para ficar. A única forma duradoura de crescer é incluindo, e não segregando. É integrando, e não abandonando”.*

Presidente Lula, na reunião ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Palácio do Planalto, 28ago/08.

# RETRATO SOCIAL

**Em 5 anos, crescimento e distribuição de renda vigorosos ampliam classe média, reduzem desigualdades e melhoram vida da maioria dos brasileiros**

## Redução da desigualdade

- Índice de Gini (mede a desigualdade): 0,541 em 2006 (menor desde 1981).
- Entre o 4º tri/02 e o 1º tri/08, desigualdade entre rendimentos de pessoas ocupadas nas seis principais regiões metropolitanas caiu quase 7%, segundo IPEA<sup>1</sup>.

## Redução da pobreza

- País já ultrapassou meta de reduzir à metade extrema pobreza até 2015 (ODM<sup>2</sup>).
- Saíram da miséria 9,7 milhões de brasileiros entre 2003 e 2006 (PNAD).
- **Pobreza nas regiões metropolitanas caiu de 35% para 24,1% de 2003-08 (IPEA)<sup>3</sup>.**

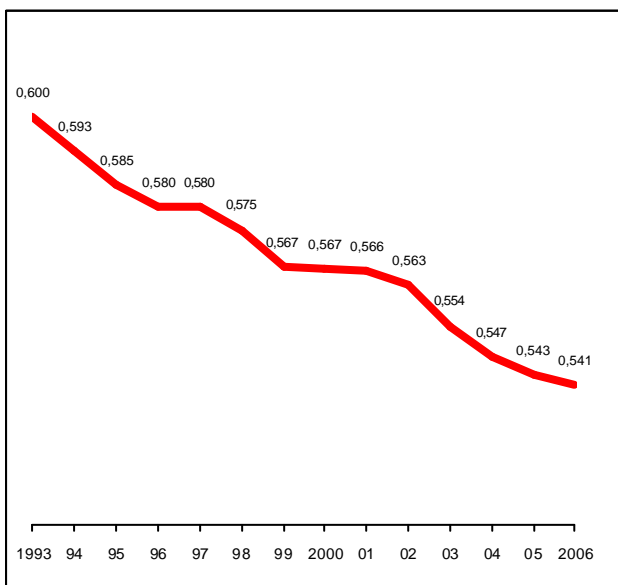
## Aumento da renda

- **Classe média é maioria da população nas seis regiões metropolitanas: passou de 44,2% em 2002 para 51,9% em 2008, segundo a FGV<sup>4</sup>.**
- Renda média real aumentou 5,3% entre 2003 e 2006 (PNAD).
- Salário mínimo teve reajuste real de 52,6% entre jan/03 e jul/08.
- Acordos salariais, em 2007, superaram inflação em 88% dos casos (Dieese)<sup>5</sup>.

## Brasil entre países de alto Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

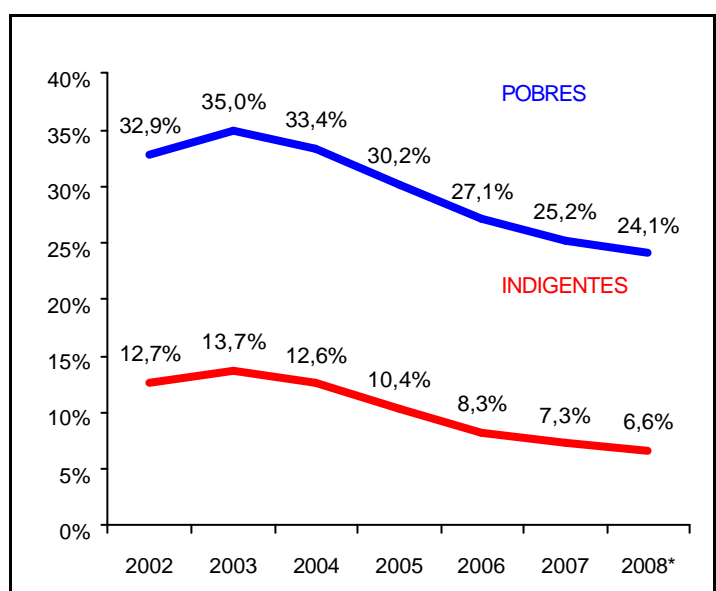
- Mais domicílios com geladeira, máquina de lavar roupa e televisão (PNAD).
- Domicílios com energia elétrica (2005-06): de 97,2% para 97,7%. Telefone: de 71,6% para 74,5% (PNAD).
- Saneamento básico, água e coleta de lixo (2002-06): acesso aumentou em dois a três pontos percentuais (PNAD).

Índice de Gini



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

Evolução Pobres e Indigentes nas RMs<sup>6</sup>



Fonte: IBGE - Pesquisa Mensal de Emprego (elaboração IPEA).

1 Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. As seis principais regiões metropolitanas do país: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza e Porto Alegre.

2 Objetivos do Milênio.

3 Ver resumo do estudo na pg. 72.

4 Fundação Getúlio Vargas.

5 Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômico.

6 Participação em relação à população, nas seis regiões metropolitanas.

# RETRATO ECONÔMICO

***Economia continua em forte expansão: PIB com alta de 6,0% registra o maior crescimento semestral desde 2004***

## **Políticas monetária e fiscal mantêm a inflação sob controle**

- IPCA (ago/08): 0,28% (-0,25 p.p. ante jul/08). Últimos 12 meses: 6,17%.
- Superávit primário: 6,01% do PIB (jan-jul/08).

## **Grau de investimento e elevado nível de reservas**

- País obteve classificação de grau de investimento por cinco agências de risco<sup>1</sup>.
- Reservas internacionais somaram US\$ 205,3 bi (28ago/08). Pela primeira vez, Brasil é credor externo.

## **Crescimento da demanda doméstica**

- Consumo: cresceu 6,7% (2º tri/07-2º tri/08). Aumenta há 19 trimestres consecutivos. R\$ 1,6 tri em 2007 (+6,5% frente 2006).
- Comércio varejista: volume de vendas aumentou 8,2% em relação ao mesmo mês do ano anterior (jun/08).
- Aumento do emprego: 11,7 milhões de ocupações criadas, sendo 9,7 milhões formais (jan/03-jul/08).
- Mercado de crédito e de capitais em expansão: volume de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 1,086 tri (jul/08) ou 37% do PIB.

## **Investimentos em firme expansão e crescimento da produção**

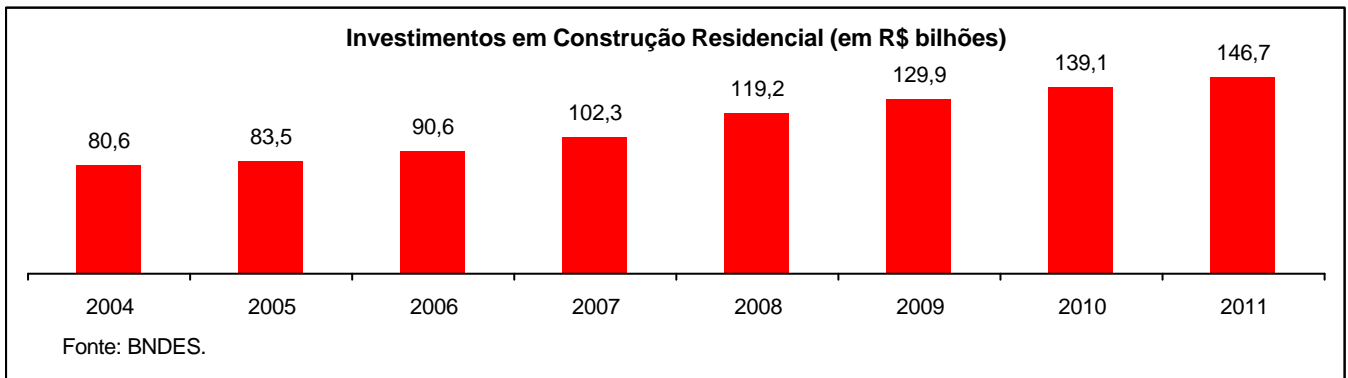
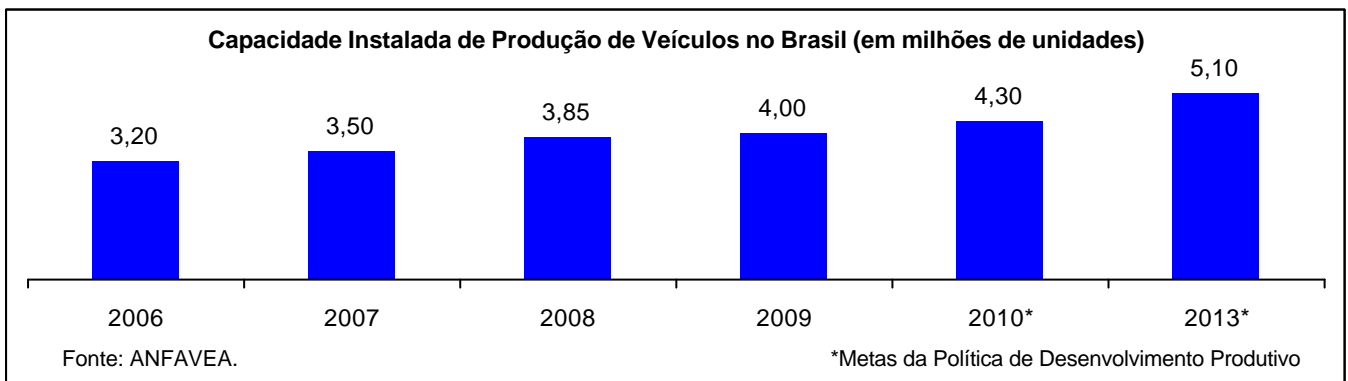
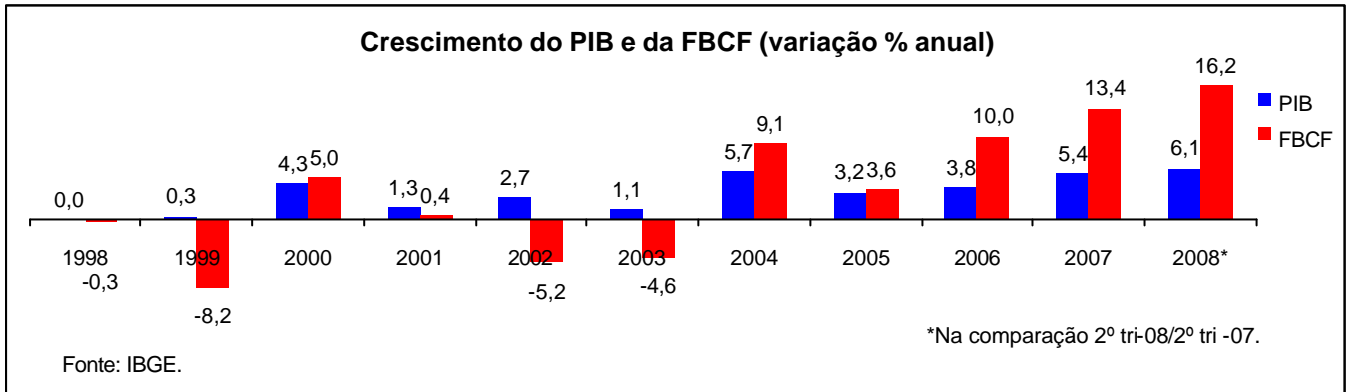
- PIB: aumento de 6,1% (2º tri/07-2º tri/08). Cresce há 26 trimestres consecutivos. Na comparação semestral (2º sem/07-2º sem/08), variou 6,0%: maior expansão desde 2004. R\$ 2,6 tri em 2007 (+ 5,4% frente 2006).
- FBCF<sup>2</sup>: +16,2% (2º tri/07-2º tri/08). Aumenta há 18 trimestres consecutivos. Somou R\$ 450 bi em 2007 (+13,4% frente 2006): maior taxa histórica.
- Investimentos estrangeiros diretos: US\$ 34,6 bi em 2007 (quase dobrou em relação a 2006) e US\$ 19,9 bi já acumulados em 2008 (jan-jul/08).
- Investimentos diretos de brasileiros no exterior: US\$ 7 bi (2007) e US\$ 9 bi (jan-jul/08).
- Produção industrial: crescimento de 8,5% em relação ao mesmo mês do ano anterior (jul/08).
- Produção de veículos: recordes históricos na produção (3 milhões) e nas vendas (2,5 milhões) em 2007.
- Agricultura: 133,1 milhões de toneladas de grãos na safra 2007 (IBGE). Recorde histórico.

1 Concederam grau de investimento ("investment grade") a títulos emitidos pelo Brasil as seguintes agências de risco: JCR (13jun/07), R&I (22abr/08), Standard & Poor's (30abr/08), DBRS (28mai/08) e Fitch Ratings (29mai/08).

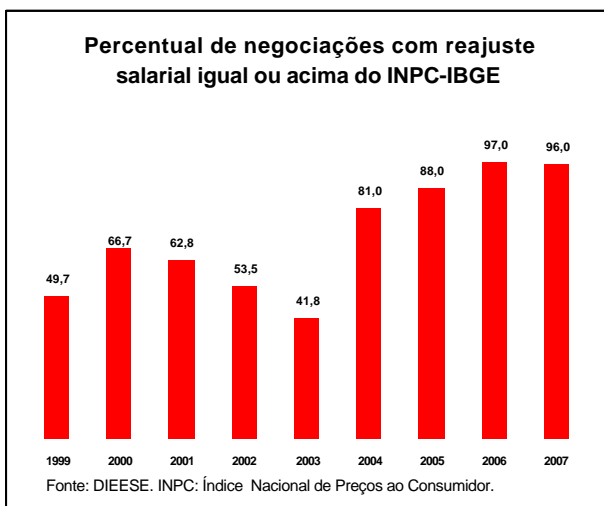
2 Formação Bruta de Capital Fixo (rubrica que indica investimento nas Contas Nacionais).

# RETRATO ECONÔMICO

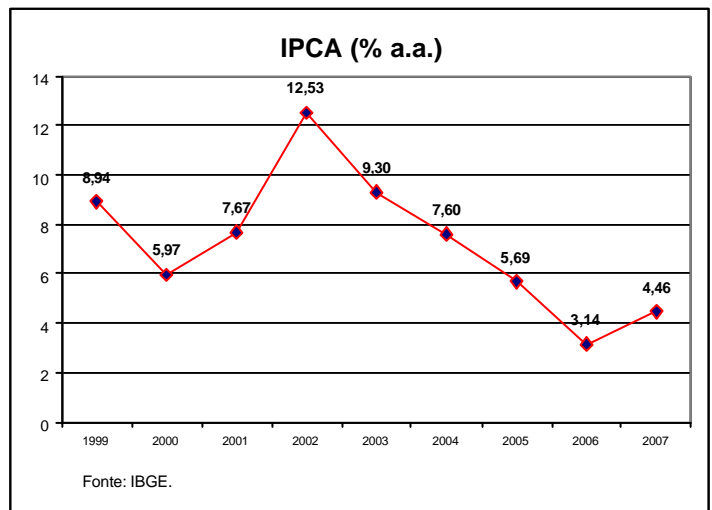
## Forte ciclo de investimentos em curso



## Reajustes salariais



## Inflação



# RETRATO ECONÔMICO - COMPARATIVO

## Comparativo 2003 e 2008 de indicadores econômicos selecionados

Indicador	Jan/03	Jul/08	Variação (%)
<b>PIB</b> (R\$ bilhões de 2007)	2.121 <sup>1</sup>	2.559 <sup>2</sup>	+21
<b>Balanço de pagamentos</b> (saldo mensal - US\$ milhões)	713	2.362	+231
<b>Balança comercial</b> (saldo mensal - US\$ milhões)	1.155	2.269 <sup>3</sup>	+96
<b>Superávit primário</b> (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	4,38	+18%
<b>Reservas internacionais</b> (US\$ milhões)	37.652	205.338 <sup>3</sup>	+445
<b>Investimento estrangeiro direto</b> (US\$ milhões)	905	3.240	+258
<b>Investimento brasileiro no exterior</b> (US\$ milhões)	181	412	+128
<b>Risco-Brasil</b> (pontos-base)	1.439	240 <sup>3</sup>	-83
<b>Juros Selic<sup>4</sup> (Banco Central)</b> (% a.a.)	25	13 <sup>3</sup>	-48
<b>Crédito total</b> (% do PIB)	21,8	37	+70
<b>Dólar comercial</b> (R\$)	3,44	1,61 <sup>3</sup>	-53
<b>Inflação IPCA<sup>5</sup></b> (% a.m.)	2,25	0,28 <sup>3</sup>	-88
<b>Cesta básica</b> (R\$)	200 <sup>6</sup>	208 <sup>3</sup>	+4
<b>Emprego</b> (milhões de postos formais)	28,7	38,3	+33
<b>Taxa de desocupação - regiões metropolitanas</b> (%)	11,2	8,1	-28
<b>Salário mínimo real</b> (R\$)	272	415	+53
<b>Produção industrial</b> (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	136,16	+48
<b>Safra de grãos</b> (milhões ton/ano)	97,67 <sup>7</sup>	133,1 <sup>8</sup>	+36
<b>Vendas do comércio</b> (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	137,92 <sup>9</sup>	+48

1 PIB 2002.

2 PIB 2007.

3 Agosto 2008.

4 Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa do Banco Central.

5 Índice de Preços ao Consumidor Amplo.

6 Valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA a preços de jul/08.

7 Safra 2002.

8 Safra 2007.

9 Junho 2008.

# BIOCOMBUSTÍVEIS

**Biocombustíveis brasileiros contribuem para a transformação econômica e social e produzem energia limpa e renovável**

## Matriz energética em 2007

- Energia gerada a partir da cana-de-açúcar supera a produzida por hidrelétricas<sup>1</sup>.
- Energias obtidas por fontes renováveis responderam por 70% do aumento nas fontes produtoras de energia (do total de 13,5 milhões de toneladas). Sua participação no país subiu de 44,9%, em 2006, para 46,4%, em 2007.

## Biodiesel – B3

- Mistura B3 (3% de biodiesel no diesel) em vigor desde 1ºjul/08: país preparado para manter produção e uso em larga escala.
- Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB se consolida com elevação de 2% para 3% do biodiesel misturado ao diesel.

## Leilões de biodiesel

- Leilões 10 e 11 realizados em 14 e 15ago/08, para fornecimento durante 4ºtrim/08. Arrematados 330 milhões de litros e movimentados cerca de R\$ 850 mi<sup>2</sup>.

## Etanol – crescimento consistente do mercado

- Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar: concluído em ago/08.
- Jul/08: exportações 47% maiores na comparação com jul/07. De jan a jul/08, já foram exportados 2,57 bilhões de litros: +31% ante igual período de 2007.
- Setor revê estimativa de exportação: de 3,9 bilhões para 4,2 bilhões de litros<sup>3</sup>.
- Veículos *flex-fuel*: 6 milhões vendidos entre 2003 e jul/08.

## Petrobras Biocombustíveis

- Criada em mar/08, estima investir R\$ 2,4 bi entre 2008 e 2012, com objetivo de alcançar liderança na produção de biodiesel e ampliar participação na do etanol.
- Três usinas de biodiesel da Petrobras no semi-árido com capacidade total de 170 milhões de litros/ano: Candeias/BA (inaugurada em 29jul/08), Quixadá/CE (inaugurada em 20ago/08)<sup>4</sup> e Montes Claros/MG (em fase final de construção)<sup>5</sup>.

## Atos normativos

- Lei 11.727/08 (álcool): nova sistemática de tributação; maior equilíbrio na repartição da carga tributária entre produtores e distribuidores; desestímulo à fraude e sonegação.
- Decreto 6.458/08: reduziu a zero alíquotas de Pis/Pasep e Cofins para biodiesel de qualquer oleaginosa cultivada por agricultores familiares nas regiões N, NE e semi-árido (anteriormente, benefício era somente para mamona e palma).

## Perspectivas de 2008

- Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (nov/08), em São Paulo.
- Brasil como 3º maior produtor mundial de biodiesel, atrás de Alemanha e EUA.
- Diálogo entre trabalhadores e empresários sobre condições de trabalho.

Mais informações: <http://www.anp.gov.br/biocombustiveis/biocombustiveis.asp>

1 Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

2 Volume representa toda a demanda de biodiesel para a mistura B3 no período. Preço médio ficou em R\$ 2,606 por litro, abaixo do valor dos leilões de abr/08 (R\$ 2,690).

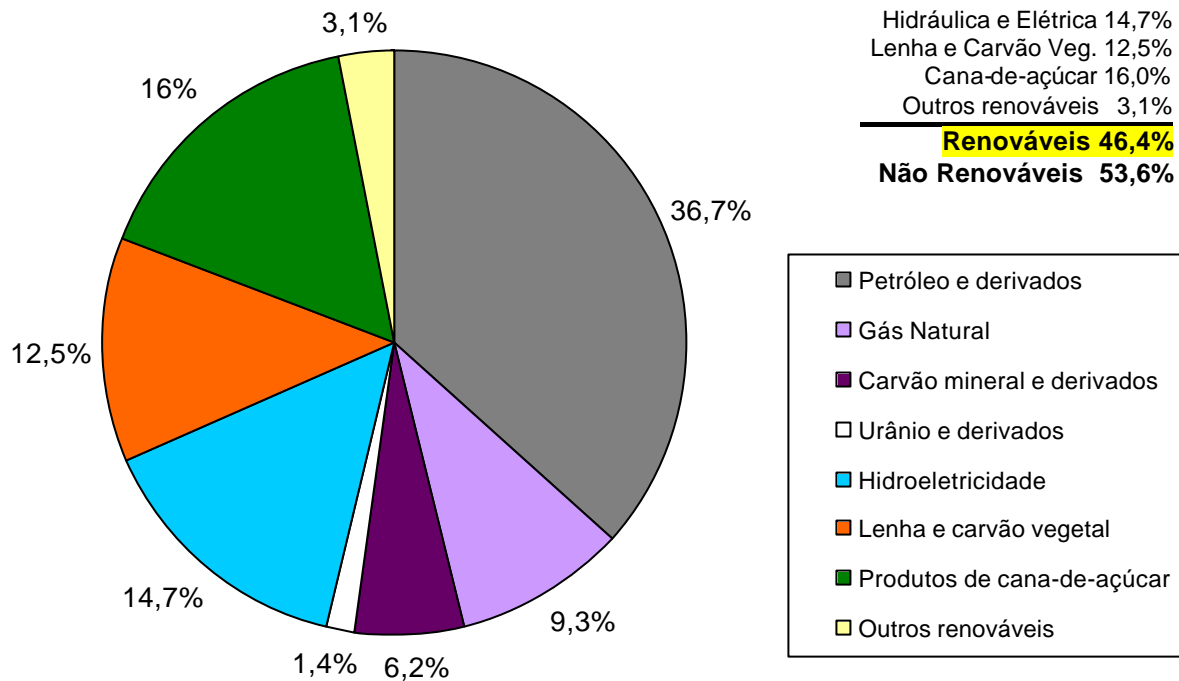
3 Para a safra 2008/2009.

4 As usinas já inauguradas venderam, cada uma, 4 milhões de litros de biodiesel nos últimos leilões.

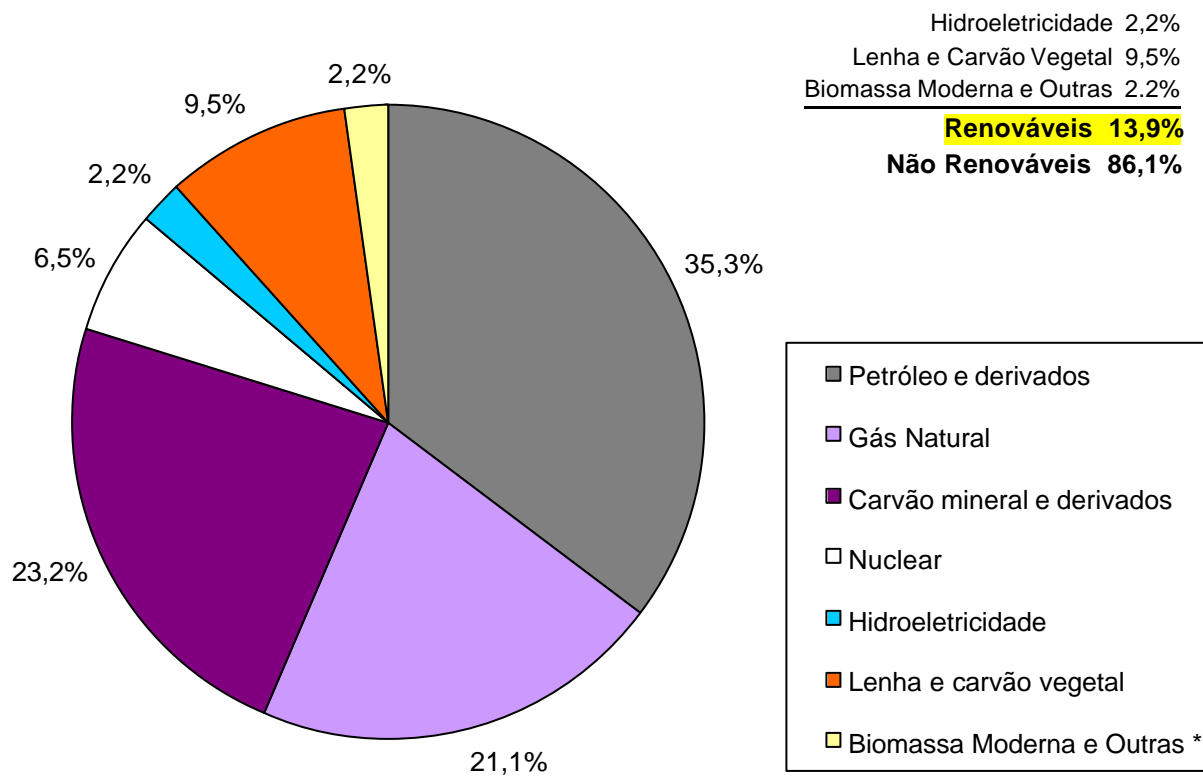
5 Inauguração prevista para o 2ºsem/08.

# BIOCOMBUSTÍVEIS

## Matriz Energética Brasileira - 2007



## Matriz Energética Mundial - 2006



\* Biomassa moderna: inclui derivados da cana-de-açúcar.  
 Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE e ANEEL .

# POLÍTICA EXTERNA

**País defende seus interesses, amplia influência na política global e contribui para avançar processo de integração regional**

## Relações multilaterais

- ONU: participação ativa no processo de reforma (por maior representatividade) e em operações de paz (ex.: Haiti).
- País reconhece importância do Plano de Ação de Bali para implementar Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima até 2012.

## América do Sul, Mercosul e Unasul<sup>1</sup>

- Integração energética e de infra-estrutura. Exemplos: financiamento do BNDES para construção da rodovia “Hacia el Norte” (Bolívia); Seminário Empresarial (Argentina); e retomada de vôos da rota regular Guaiquil-Manaus-Quito (Equador).
- Mercosul: comércio de US\$ 17 bi em 2007 (contra US\$ 5,7 bi em 2003). Fundo de Convergência: US\$ 100 mi para diminuir assimetrias. Brasil: maior contribuinte (70%). Parlamento é realidade. Abolido passaporte entre membros. Cúpula de Tucumán (1ºjul/08) condena “diretiva de retorno”<sup>2</sup> da União Européia.
- Banco do Sul: criado para financiar projetos em setores-chave.
- Unasul: tratado (mai/08) dá personalidade jurídica à união. Mobilização pela criação do Conselho Sul-americano de Defesa (iniciativa tem adesão da Colômbia).

## Cooperação Sul-Sul

- Defesa de nova geografia mundial: não excludente, multipolar, pacífica.
- África: política ativa, traduzida em várias visitas presidenciais e projetos de cooperação (ex.: abertura do escritório da Embrapa em Acra, Gana).
- Ibas<sup>3</sup> – reunião na Cidade do Cabo (mai/08): cooperação Sul-Sul como pilar na construção de ordem internacional mais inclusiva e solidária.

## Diálogo com parceiros tradicionais

- EUA: além de temas tradicionais, biocombustíveis impulsionaram maior cooperação. Fórum de CEOs (*Chief Executive Officers*) expande negócios.
- Cúpula G8+5 (8-10jul/08): defesa de diálogo com países em desenvolvimento.
- Suíça: parceria estratégica (promoção da paz e da segurança internacional, desarmamento, direito internacional humanitário, direitos humanos e desenvolvimento sustentável).

## Países da Ásia e da Oceania

- Primeira visita de chanceler brasileiro à Austrália e à Nova Zelândia em 14 anos.
- Intensificada cooperação com Timor-Leste: missão de Grupo Executivo de Cooperação identifica potencial de intercâmbio econômico e em infra-estrutura.

## Outras iniciativas

- China: fortalecimento de relações durante XXIX Olimpíada. Impulsionada a candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2016.

1 Unasul: União de Nações Sul-Americanas.

2 Nova lei da União Européia (UE) sobre a expulsão dos imigrantes ilegais, denominada Diretiva de Retorno.

3 Ibas: Fórum de Diálogo entre Índia, Brasil e África do Sul.



# DEMOCRACIA

***Estado promove transparência, fortalece os órgãos de fiscalização e consolida a participação social***

## **Transparência e controle sobre gastos governamentais**

- Portal da Transparência: mais de 685 milhões de registros sobre gastos (R\$ 4,7 tri) até jul/08. Referentes a: beneficiários de programas sociais (17 milhões); recebedores de crédito (333 mil pessoas jurídicas, 1,6 milhão de pessoas físicas); portadores de cartões de pagamento (11,1 mil); programas sociais (413) e ações de governo (4,8 mil). Acesse: [www.portaltransparencia.gov.br/](http://www.portaltransparencia.gov.br/)
- Páginas de Transparência Pública: em 369 órgãos e entidades federais (até ago/08).
- CGU<sup>1</sup> mobilizou mais de 25,2 mil cidadãos em 924 municípios; distribuiu mais de 1,6 milhão de cartilhas; sensibilizou mais de 187 mil estudantes sobre importância do exercício da cidadania e controle social, desde 2005. Acesse a cartilha: [www.cgu.gov.br/olhovivo/Recursos/Publicacoes/arquivos/cartilha\\_olhoVivo.pdf](http://www.cgu.gov.br/olhovivo/Recursos/Publicacoes/arquivos/cartilha_olhoVivo.pdf)
- Fiscalizados 1.401 municípios e 69 temas<sup>2</sup> em 24 estados, definidos por sorteio, envolvendo R\$ 15,6 bi em recursos federais (até ago/08).
- Instaurados mais de 26 mil processos administrativos disciplinares. Foram 1.785 punições: 1.548 demissões, 133 destituições de cargos em comissão e 104 cassações de aposentadorias (2003 a jul/08), além de outras penalidades.

## **Ampliação de mecanismos de fiscalização e controle (exemplos)**

- Polícia Federal: combate ao crime organizado, tráfico, contrabando, corrupção, evasão de divisas e crime ambiental.
- Criação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro LAB-LD.
- Coaf<sup>3</sup>: 1,13 milhão de comunicações de operações suspeitas recebidas e avaliadas; produzidos 1.555 relatórios de inteligência financeira em 2007.
- RFB<sup>4</sup>: unifica dados e arrecadação; reduz sonegação.
- Aprimoramento do Cartão de Pagamento do Governo Federal (Decreto 6.370/08).
- Decreto 6.428/08: convênios e contratos de repasse com recursos voluntários da União somente poderão ser celebrados e operacionalizados através do Portal de Convênios. [www.convenios.gov.br/portal/](http://www.convenios.gov.br/portal/)

## **Valorização e inovação administrativa**

- Criação/fortalecimento de secretarias especiais: Promoção da Igualdade Racial, Direitos Humanos e Políticas para as Mulheres, com status de ministério (2003).
- Criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (2003).
- Criação da SRI<sup>5</sup> (2005): mais diálogo com Parlamento e entes federados.

## **Participação social**

- Criação, recriação e consolidação de conselhos nacionais que promovem diálogo do poder público com a sociedade (ver pág. 78).
- 48 conferências nacionais realizadas para aprimorar políticas públicas.
- Pluralidade social na agenda do Presidente da República.

1 CGU: Controladoria-Geral da União.

2 Por exemplo: saúde, educação, programas sociais, entre outros.

3 Coaf: Conselho de Controle de Atividades Financeiras.

4 Receita Federal do Brasil - unificou as receitas da Fazenda e da Previdência.

5 Secretaria de Relações Institucionais.

Fique atualizado; consulte também:

**em questão**

[http://www.brasil.gov.br/noticias/em\\_questao](http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao)

## 2 – PROGRAMAS 2007 E 2008

### Índice

<b>Tema</b>	<b>Página</b>
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – 22jan/07	18
Cidadania e Inclusão Social	20
Bolsa Família – Agenda Social	21
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – 24abr/07	22
Plano Nacional de Turismo – PNT – 13jun/07	24
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci – 20ago/07	25
Progr. Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social – 5set/07	26
PAC Funasa – 19set/07	27
Povos Indígenas – Agenda Social – 21set/07	28
Pessoas com Deficiência – Agenda Social – 26set/07	29
Mais Cultura – Agenda Social – 4out/07	30
Criança e Adolescente – Agenda Social – 11out/07	31
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação – 20nov/07	32
Quilombolas – Agenda Social – 20nov/07	33
Mais Saúde – 5dez/07	34
Registro Civil de Nascimento e Doc. Civil Básica – Agenda Social – 6dez/07	35
Territórios da Cidadania – Agenda Social – 24fev/08	36
Reforma Tributária – enviada ao Congresso Nacional - 28fev/08	38
Mulheres – Agenda Social – 5mar/08	39
PAC Embrapa – 23abr/08	40
Plano da Amazônia Sustentável – PAS – 8mai/08	41
Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP – 12mai/08	42
Mais Alimentos – 3jul/08	43
Mais Pesca e Aqüicultura – 29jul/08	44

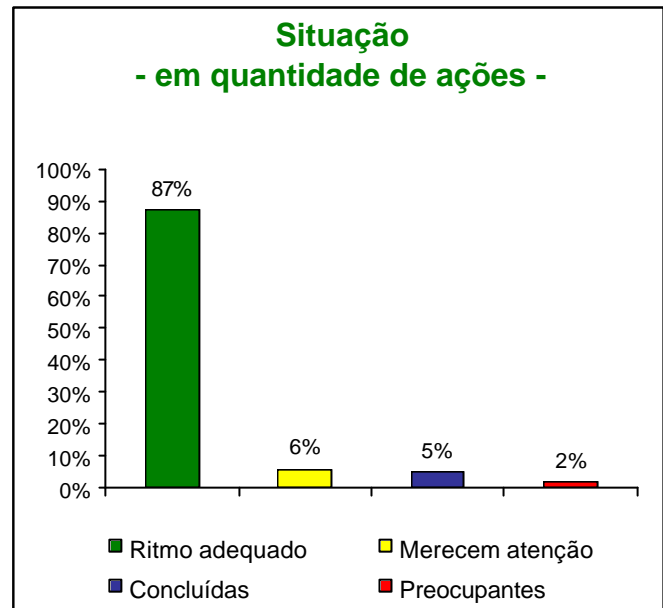
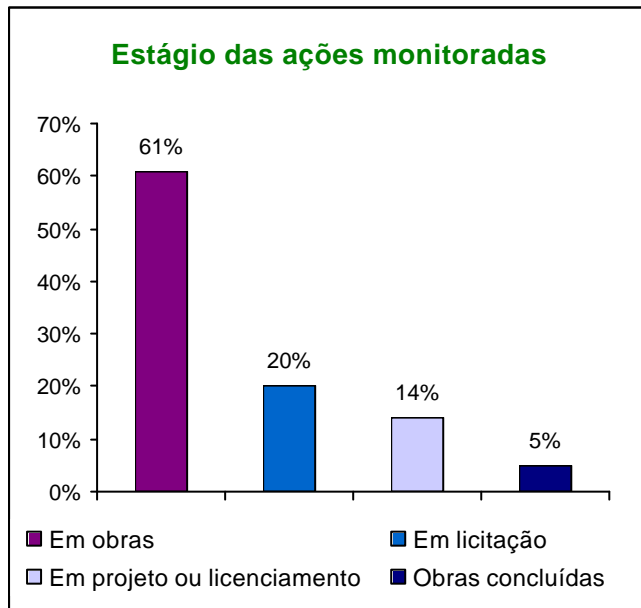
# PAC – CRESCIMENTO ACELERADO

**Balanço de 16 meses aponta que 61% de obras já estão em execução e 87% de ações em ritmo adequado**

## Programa de Aceleração do Crescimento

- Prevê investimentos de R\$ 503,9 bi até 2010, divididos em três eixos: logística (R\$ 58,3 bi), energia (R\$ 274,8 bi) e social e urbano (R\$ 170,8 bi).
- Garante significativas desonerações de tributos e medidas fiscais de longo prazo para incentivar investimentos. Desonerações previstas para 2007 e 2008 ultrapassam R\$ 16 bi.

## Balanço de 16 meses, divulgado em 4jun/08<sup>1</sup>



- Além do monitoramento pela Casa Civil, AGU<sup>2</sup> acompanha 619 ações desde jun/07.

## Recursos

- Destinados R\$ 32,27 bi (2007-2008):
  - R\$ 20,4 bi empenhados até 31mai/08 (62% do total): 7,3 vezes maior que o mesmo período em 2007).
- Pagos R\$ 14 bi até 31ago/08.

## Licenciamento ambiental

- Ibama emitiu 31 licenças em 2008, nove delas com a participação da Funai.

Mais informações: [www.brasil.gov.br/pac](http://www.brasil.gov.br/pac)

<sup>1</sup> Ritmo adequado: com cronograma em dia e riscos administrados. Merecem atenção: cronograma em dia e risco potencial ou com pequeno atraso e/ou com significativo atraso no cronograma. Preocupantes: com elevado risco, independentemente do cronograma ou com significativo atraso no cronograma.

<sup>2</sup> Advocacia Geral da União.

# PAC – AÇÕES CONCLUÍDAS

**88 ações concluídas – R\$ 10,1 bi – até 30abr/08<sup>1</sup>**

## **Logística: 13 ações, R\$ 798 mi**

- **Rodovias:** 166 km, R\$ 158 mi.
  - BR-101/PE – Acesso ao Cabo e adequação.
  - BR-060-DF/GO – Trecho GO: duplicação.
  - BR-050/MG – Uberaba-Uberlândia: duplicação.
- **Portos:** R\$ 12,7 mi.
  - Terminal Salineiro de Areia Branca/RN: potencializa sistema de atracação.
  - Porto Hidroviário de Nhamundá/AM: construção.
- **Marinha Mercante:** cinco lotes, 34 embarcações, R\$ 415 mi.
  - Oito no RJ; 12 em SC; 10 no AM; um no RS; três em SP.
- **Aeroportos:** R\$ 212 mi.
  - Congonhas (São Paulo/SP): reforma, adequação e modernização de terminal de passageiros e pista.
  - Santos Dumont (Rio de Janeiro/RJ): reforma e ampliação de terminal de passageiros, pistas e pátios.
  - Presidente Castro Pinto (João Pessoa/PB): reforma e ampliação de terminal de passageiros e reforço de pista de pouso.

## **Energia: 75 ações, R\$ 9,3 bi**

- **Geração de Energia:** 790 MW, R\$ 1,7 bi.
  - Usina Hidrelétrica Castro Alves/RS – 130 MW; Usina Termelétrica Canoas/RS – conversão – 90 MW; Usinas Termelétricas Biomassa – 140 MW (Santa Isabel/SP, Interlagos/SP, São João Biogás /SP, Quirinópolis/GO).
- **Transmissão de Energia:** 2.824 km, R\$ 1,9 bi.
  - Interligação Norte-Sul III (Marabá/PA-Colinas/GO-Serra da Mesa/GO-Samambaia/DF); Luziânia/GO-Emborcação/GO; Itutinga/MG-Juiz de Fora/MG; Rio do Sul/SC-Barra Grande/PR; Milagres/CE-Tauá/CE; Irapé/MG-Araçuaí/MG; Machadinho/RS-Campos Novos/SC.
- **Programa de Incentivo a Fontes Alternativas:** 19 usinas; 568,5 MW.
- **Campos de Petróleo e Gás Natural:** R\$ 1,2 bi.
  - Peroá, fase 2/ES; Espadarte Módulo 2/RJ; Manati/BA.
- **Petroquímica:** R\$ 610 mi.
  - Petroquímica Paulínia/SP.
- **Gasodutos:** 433 km; R\$ 890 mi.
  - Cabiúnas/RJ-Vitória/ES: 303 km – fev/08.
  - Cacimbas/ES-Vitória/ES: 130 km – nov/07.
- **Combustíveis renováveis:** 26 bilhões de litros/ano; R\$ 3 bi.
  - Biodiesel, 18 usinas; etanol, 17 usinas.

<sup>1</sup> Novo balanço do PAC em set/08.

# CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

***Novas políticas públicas reafirmam compromisso de levar dignidade e uma vida melhor para mais brasileiros***

## **Políticas Sociais**

- Em 2007, a partir da experiência acumulada com as políticas desenvolvidas na área social, foram elaborados e apresentados à sociedade:
  - Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – lançado em 24abr/07.
  - Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci – lançado em 20ago/07.
  - Agenda Social adotada na reunião ministerial de 30ago/07.
  - Programa Mais Saúde – lançado em 5dez/07.

## **Agenda Social – objetivos**

- Consolidar política garantidora de direitos.
  - Reduzir ainda mais as desigualdades sociais e promover oportunidades às famílias pobres.
- Buscar a gestão integrada das políticas.
- Aprofundar a pactuação federada entre União, estados e municípios.

## **Eixos**

- 1. Redução das Desigualdades:
  - Bolsa Família – geração de oportunidades às famílias beneficiárias – lançado em 2003.
  - Territórios da Cidadania – combate à pobreza rural – lançado em 24fev/08.
- 2. Juventude:
  - ProJovem – lançado em 5set/07.
- 3. Direitos da Cidadania:
  - Mulheres – lançado em 5mar/08.
  - Quilombolas – lançado em 20nov/07.
  - Povos Indígenas – lançado em 21set/07.
  - Criança e Adolescente – lançado em 11out/07.
  - Pessoas com Deficiência – lançado em 26set/07.
  - Registro Civil de Nascimento – lançado em 6dez/07.
  - Povos e Comunidades Tradicionais – a ser lançado.
- 4. Cultura:
  - Mais Cultura – lançado em 4out/07

# BOLSA FAMÍLIA

**Tem início mobilização para qualificação profissional de 185 mil beneficiários do programa**

## Características

- Criado em out/03, beneficia 11,1 milhões de famílias em todos os municípios.
- Boa focalização. São priorizados para inclusão no programa grupos mais vulneráveis, como indígenas, quilombolas, libertos de situação similar à escravidão e famílias com crianças em situação de trabalho infantil.
- 85% das crianças e adolescentes são monitorados na frequência escolar.
- Beneficiários têm maior frequência e menor evasão escolar.
- Contribuiu com 21% da queda da desigualdade entre 2003/05.
- Contribui para reduzir desnutrição e mortalidade infantil e promove segurança alimentar e nutricional.
- Benefício gera dinamismo na economia local.
- Mais poder às mulheres, pois são elas que recebem o benefício.
- Estudos mostram que não há acomodação das famílias beneficiárias.

## 2007- 2010

- Recomposição do valor do benefício: 18,25% em ago/07 e mais 8% em jul/08. Benefício médio passou de R\$ 62 para R\$ 85, e máximo de R\$ 95 para R\$ 182.
- A partir de mar/08, expansão da faixa etária para atendimento de adolescentes de 16 a 17 anos, desde que freqüentem escola (1,7 milhão atendidos).
- Inclusão bancária:
  - Ampliação dos pontos de pagamento em regiões longínquas e de difícil acesso.
  - 812 mil famílias recebem benefícios em suas contas bancárias (ago/08).
- Cerca de dois milhões de famílias já deixaram programa por causa do aumento na renda ou em decorrência de auditoria.
- R\$ 148 mi repassados aos municípios em 2008 para apoiar a boa gestão descentralizada.
- Em ago/08, realizada auditoria anual com comparação entre a renda informada pelas famílias e aquela registrada por empregadores na Relação Anual de Informações Sociais – Rais, como forma de garantir boa focalização do programa.

## Geração de oportunidades às famílias

- Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família - PlanseQ Bolsa Família: executado pelo MTE e MDS<sup>1</sup> com parceria de empresários, trabalhadores e três esferas de governo, tem objetivo de qualificar e inserir profissionalmente famílias do Bolsa Família em obras do PAC.
- Lançado em ago/08 edital da chamada pública para contratação das entidades executoras da qualificação profissional no setor da construção civil nas 13 regiões metropolitanas. 185 mil beneficiários serão atendidos no setor.
- Prioridade para beneficiários nos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos – EJAs.

Mais informações: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>

1 MTE: Ministério do Trabalho e Emprego; MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

# PDE – EDUCAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

**Ensino técnico terá forte expansão. Serão implantadas 214 novas escolas técnicas, superando as 140 criadas de 1909 a 2002**

## Educação Básica

- **Adesão federativa: todos os estados, DF e 5.560 municípios aderiram ao Plano.**
- **Formação de professores: plano estratégico criará Sistema Nacional de Formação:**
  - UAB<sup>1</sup>: expansão e interiorização da oferta de cursos de educação superior a distância, de graduação e cursos de formação continuada.
  - Pibid<sup>2</sup>: bolsas para alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e, após graduados, atuem no magistério.
- **Avaliação dos estudantes:**
  - Prova Brasil – 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental de escolas públicas urbanas com mais de 20 alunos.
  - Provinha Brasil – alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.
  - Educacenso – cadastro de escolas públicas e privadas, docentes, auxiliares de educação infantil e estudantes.
  - Ideb<sup>3</sup> – qualidade da educação, considerando indicadores de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep<sup>4</sup> (Saeb<sup>5</sup> e Prova Brasil).
- **Apoio ao aluno e à escola pública:**
  - Fundeb<sup>6</sup>: financia educação básica, da creche ao ensino médio.
  - Ensino Fundamental de nove anos: implantação obrigatória a estados, municípios e DF até 2010 (Lei 11.274/2006).
  - ProInfância: construção e reestruturação de creches e pré-escolas.
  - Caminho da Escola: renovação, ampliação e padronização de frota escolar.
  - Proinfo: laboratórios de informática, internet banda larga e Gesac<sup>7</sup>.
- **Olimpíadas: melhoria do ensino e aprendizagem de leitura, escrita e matemática.**
- **Piso nacional para professores de escolas públicas: R\$ 950 (Lei 11.738/2008).**

## Alfabetização e Educação Continuada

- **Brasil Alfabetizado: para brasileiros de 15 anos ou mais.**

## Educação Profissional e Tecnológica

- **Expansão da Rede Federal: implantação de novas escolas.**
- **Institutos Federais: reorganização enfatiza oferta em nível médio e licenciaturas.**

## Educação Superior – expansão

- **Criação de novos campi universitários; Reuni<sup>8</sup>: reestrutura e melhora aproveitamento de instalações e recursos humanos de universidades federais; Prouni: bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes de baixa renda; Fies<sup>9</sup>: financia ensino superior para estudantes de instituições privadas.**

Mais informações: [mecsrv04.mec.gov.br/pde1ano](http://mecsrv04.mec.gov.br/pde1ano)

1 UAB: Universidade Aberta do Brasil.

2 Pibid: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.

3 Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

4 Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

5 Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica.

6 Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

7 Gesac: Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão.

8 Reuni: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

9 Fies: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.



# PDE – METAS E RESULTADOS

Programas e Ações	Metas	Realizado (jul/08)
<b>Educação Básica</b>		
<b>Universidade Aberta do Brasil</b>	850 pólos (2011)	289 pólos
<b>Pibid</b>	9.200 bolsas/ano	Edital lançado em jan/08
<b>Ideb</b>	Médias 6,0 (ensino fundamental até 4ª série), 5,5 (5ª a 8ª séries) e 5,2 (ensino médio) até 2021	2007: já alcançadas médias previstas para 2009 (4,2; 3,8 e 3,5)
<b>Fundeb</b>	União participa com 10% do fundo de 2010 a 2020	Investimento de R\$ 3,2 bi definido para 2008
<b>Ensino Fundamental de 9 anos (pública e privada)</b>	Alcançar todos estados, municípios e DF até 2010	2007: 44% de matrículas nesse regime
<b>ProInfância</b>	200 creches/ano	2007 e 2008: 955 creches conveniadas
<b>Caminho da Escola (ônibus escolar)</b>	15.000 veículos até 2011	1.785 veículos (634 com recursos MEC, 287 dos municípios e 864 de empréstimos BNDES)
<b>Proinfo (laboratórios de informática e conexão à internet)</b>	29 mil laboratórios em 2008, 40 mil em 2009 e 45 mil em 2010; 22 mil conexões em 2008, 22 mil em 2009 e 11 mil em 2010	6.198 laboratórios de informática instalados (1.280 rurais e 4.918 urbanos) e 4.500 escolas conectadas (banda larga)
<b>Olimpíadas 2008</b>		Matemática: 18,3 milhões de estudantes inscritos; Português: 6,1 milhões
<b>Alfabetização e educação continuada</b>		
<b>Brasil Alfabetizado</b>	1,5 milhão alfabetizados/ano	2003-2007: 8 milhões de alunos; 2008: estados elaboram Planos Plurianuais de Alfabetização
<b>Educação Profissional e Tecnológica</b>		
<b>Expansão do ensino técnico</b>	214 novas escolas técnicas (2010)	2003-2007: 64 criadas (53 funcionando); 2007-2008: 150 criadas: 18 já em funcionamento, 36 com licitações concluídas; 50 com licitações em andamento e 46 com licitações a iniciar
<b>Educação Superior</b>		
<b>Novas universidades</b>	16 universidades federais, sendo uma em cooperação com países africanos de Língua Portuguesa e outra com países latino-americanos	12 já funcionando, 3 em tramitação e 1 a ser encaminhada ao Congresso
<b>Novos campi</b>	88 campi	86 já funcionando e 2 em planejamento
<b>Reuni</b>	Ampliar de 124 mil vagas/ano (2002) para 229 mil (2012)	100% de adesão das instituições federais
<b>Prouni</b>	720 mil bolsas até 2011	430 mil bolsas desde ago/05
<b>Fies</b>	400 mil contratos até 2011	48 mil contratos em 2007

# PNT – PLANO NACIONAL DE TURISMO

**Setor promove, em cinco anos, crescimento de 66% de desembarques domésticos e a entrada de US\$ 19 bi no país**

## 2º Plano Nacional de Turismo – PNT (2007-2010)

- Lançado em 13jun/07 para melhorar qualidade dos produtos turísticos, promover inclusão social no turismo e competitividade do Brasil no setor.

### Investimentos

- R\$ 5,63 bi para infra-estrutura: obras complementares ao PAC Saneamento; pavimentação; melhoria de rodovias e aeroportos; construção de centros de atendimento ao turista.
- R\$ 1 bi para promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior.

### Metas até 2010

- Promover 217 milhões de viagens/ano no mercado interno; gerar US\$ 7,7 bi/ano em divisas e 1,7 milhão de novos empregos e ocupações.
- Estruturar 65 destinos turísticos com padrão de qualidade internacional.

## 1º Plano Nacional de Turismo – PNT (2003-2007)

- Desembarques domésticos: de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, somando quase 207 milhões nos últimos cinco anos.
- Entrada de divisas: de US\$ 2,5 bi em 2003 para US\$ 4,9 bi em 2007, totalizando cerca de US\$ 19 bi desde a criação do PNT.
- Realizações em 2007: 163 milhões de viagens no mercado interno; R\$ 1,2 bi em infra-estrutura para 2.572 municípios; 152 mil pessoas qualificadas; 308 mil novos empregos e ocupações; R\$ 112,7 mi em promoção do Brasil no exterior.

### Ouros destaques do setor

- **Lei Geral do Turismo: a ser sancionada pelo Presidente da República até 17set/08.**
- Programa Viaja Mais Melhor Idade (2ª fase lançada em fev/08): pacotes especiais para pessoas com 60 anos ou mais, aposentadas ou pensionistas.
  - Em 2008, vendidos 140 mil pacotes, superando meta anual, de 50 mil. Na primeira fase (ago a dez/07) foram 9 mil pacotes.
  - Viaja Mais Melhor Idade Hospedagem<sup>1</sup>, lançado em abr/08: nessa modalidade, idoso tem acesso a mais de 1,6 mil meios de hospedagem credenciados que oferecem desconto de 50% nas diárias.

Mais informações [www.turismo.gov.br/](http://www.turismo.gov.br/)

1 Modalidade do “Portal de Hospedagem” que, em parceria com o Sebrae, foi concebido para ser o mais completo guia on-line do setor: [www.portaldehospedagem.com.br](http://www.portaldehospedagem.com.br)

# PRONASCI

**Articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir causas que levam à violência**

## Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci

- R\$ 6,7 bi a serem investidos até 2012 no combate ao crime e no apoio a jovens ameaçados de cair na delinquência. Prevê participação das comunidades.
- Prioridade para 15 regiões com maiores índices de violência e criminalidade que atingem jovens de 15 a 24 anos<sup>1</sup>: regiões metropolitanas de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília e entorno (DF, GO e MG), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP), Vitória (ES), Fortaleza (CE), Maranhão, Acre e Piauí.

## Metas e realizações

- Força Nacional de Segurança Pública articulada com as polícias estaduais: 696 profissionais em oito estados<sup>2</sup>. Houve redução do efetivo em relação ao mês anterior, acordada com o estado do Rio de Janeiro, devido à redução da violência.
- Criação de Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM): 73 dos 84 municípios prioritários com gabinetes já em funcionamento, dos quais 55 com videomonitoramento e observatório.
- Cursos de formação para profissionais de segurança pública:
  - Bolsa Formação para policiais – até R\$ 400 mensais. Meta até 2012: 220 mil policiais. Realizado: 69,8 mil (ago/08).
  - Expansão da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Cadastradas 81 instituições de ensino superior.
  - Cursos de ensino a distância. Meta 2008: capacitação de 240 mil profissionais. 125 mil inscrições no 3º ciclo. 262 mil policiais estudando (ago/08).
- PAC: infra-estrutura, habitação e saneamento nas comunidades do Pronasci.
- Integração do jovem em situação de risco e sua família aos programas sociais do governo federal: projetos Mulheres da Paz (12 mil mulheres a serem beneficiadas), Protejo (18,3 mil jovens a serem beneficiados) e Reservista Cidadão (fase inicial).
- Repassados R\$ 22 mi ao Ministério da Cultura para implantação de museus comunitários, bibliotecas públicas, pontos de leitura e pontos de cultura e R\$ 60 mi para implementação do Programa Economia Solidária nos municípios do Pronasci.
- No total, foram investidos R\$ 790 mi até agosto de 2008.

## Pronasci soma-se a outras medidas

- Fortalecimento da Polícia Federal.
- Construção de presídios federais: Catanduvas (SP), Campo Grande (MS) (ambos em funcionamento), Mossoró (RN), Porto Velho (RO) (ambos finalizados) e Brasília (DF) (em definição de local).
- Sistema Único de Segurança Pública (Susp) em regulamentação no Congresso<sup>3</sup>.
- Criação da Coordenação de Operações Especiais de Fronteira.

Mais informações: [www.mj.gov.br/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm](http://www.mj.gov.br/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm)

1 Faixa etária original, de 15 a 29 anos, foi alterada no Congresso, com aprovação da Lei 11.707 de 19jun/08.

2 MA, RJ, DF e entorno, RR, PA, RO, MT e AL.

3 Errata: nas edições anteriores, foi informado erroneamente como já regulamentado.

# PROJOVEM

**Mais de 850 mil vagas em 2008 para elevar o nível educacional, a qualificação profissional e a inclusão dos jovens**

## Desafio

- Brasil: 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Cerca de 4,5 milhões fora da escola, não concluíram ensino fundamental e desempregados (PNAD 2005<sup>1</sup>).

## ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens<sup>2</sup>

- Oferece oportunidade de elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento humano; articula, integra e amplia programas para juventude.
- Recursos: R\$ 5,2 bi até 2010. Em 2008, previstos cerca de R\$ 1,2 bi (LOA 2008). Meta até 2010: oferecer 3,5 milhões de vagas, em quatro modalidades:

## ProJovem Adolescente

- Público: 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do Bolsa Família, egresso ou em cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção, ou de programas de erradicação do trabalho infantil (Peti) ou de combate a abuso e exploração sexual.
- Oferece atividades socioeducativas durante 24 meses. Adicional de até dois benefícios de R\$ 30 por família.
- Primeira etapa de adesão finalizada, com 446.950 vagas em 2.830 municípios<sup>3</sup>.

## ProJovem Urbano

- Público: 18 a 29 anos que lê e escreve, mas não concluiu ensino fundamental.
- Objetivo: elevar escolaridade, com conclusão do ensino fundamental associada à qualificação profissional e participação social e cidadã. Benefício de R\$ 100/mês, por até 20 meses.
- Meta 2008: 316.655 vagas em 102 municípios com mais de 200 mil habitantes em 22 estados. Matrículas em jun-jul e nov-dez/08.

## ProJovem Campo/Saberes da Terra

- Público: agricultores familiares de 18 a 29 anos.
- Objetivo: elevar escolaridade, com conclusão do ensino fundamental e qualificação social e profissional, formação para desenvolvimento sustentável e solidário, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade e calendário adaptado ao ciclo agrícola. Benefício: R\$ 100 a cada dois meses, durante 24 meses.
- Meta 2008: 35 mil jovens em 21 estados.

## ProJovem Trabalhador

- Público: 18 a 29 anos, desempregado, de família com renda per capita de até um salário mínimo.
- Prepara jovem para o trabalho. Benefício: R\$ 100/mês, por seis meses.
- Meta 2008: 147.076 jovens beneficiados, por meio de convênios com 32 municípios, oito estados e 30 entidades privadas sem fins lucrativos.

Mais informações: [http://www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sec\\_geral/Juventude/ProJ/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/ProJ/)

1 Nas edições anteriores, o dado estava erroneamente informado como sendo PNAD 2006.

2 Lei 11.692, de 10jun/08.

3 Houve ampliação de vagas em relação ao mês anterior.

# PAC FUNASA

**R\$ 4 bi para saneamento básico em pequenas comunidades, áreas quilombolas, indígenas, assentamentos e áreas de interesse epidemiológico**

## Resumo das realizações

- Até 1set/08, selecionados 4.259 projetos (R\$ 3,3 bi); 2.480 contratados (R\$ 2,1 bi).
- Redes de água, esgoto, coleta de lixo e limpeza urbana. **31 obras concluídas; 180 em andamento;** 1.362 em preparação.
- Abastecimento de água, esgoto, melhoria sanitária e resíduo sólido junto a pequenas comunidades: R\$ 1,8 bi contratados (692.942 famílias, 834 municípios).

## Comunidades quilombolas

- Metas: entre 2007/10, 380 comunidades (R\$ 170 mi, cerca de 50 mil famílias). Contratado: 120 comunidades em 54 municípios (R\$ 31,3 mi, 10.682 famílias).

## Áreas indígenas

- Metas: elevar cobertura de abastecimento de água em 2.100 aldeias, de 62% para 90%, e dobrar a de esgoto, de 30% para 60%. Entre 2007/10: R\$ 200 mi.
- Executado: em 2007, R\$ 33,8 mi (183 municípios, 16.450 famílias). Contratado em 2008 R\$ 9,5 mi.

## Áreas de interesse epidemiológico

- Doença de Chagas - Meta: 622 municípios (R\$ 280 mi). 2007: 190 municípios (R\$ 79,3 mi). 2008: 123 municípios (R\$ 30,5 mi). Malária - Meta: 31 municípios da Amazônia. 2007-2008: 29 municípios (R\$ 108,3 mi, 96.892 famílias).

## Municípios de até 50 mil habitantes

- Água - Meta: 1.326 municípios (R\$ 1 bi). 2007: 252 municípios (R\$ 164,4 mi). 2008: 582 municípios (R\$ 480,5 mi).
- Esgoto - Meta: 488 municípios<sup>1</sup> (R\$ 1,2 bi). 2007: 120 municípios (R\$ 309,2 mi). 2008: 180 municípios (R\$ 479,5 mi).
- Melhoria sanitária domiciliar – Meta: 500 municípios (R\$ 280 mi). 2007: 185 municípios (R\$ 109,4 mi). 2008: 241 municípios (R\$ 131,2 mi).
- Resíduos sólidos - Meta: oito municípios da Bacia do Rio São Francisco (R\$ 4,3 mi). 2008: três municípios (R\$ 1,7 mi).

## Programa Nacional de Saneamento Rural (pequenas comunidades)

- Água e esgoto para 75 mil famílias<sup>2</sup> em comunidades até 2.500 habitantes, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e 889 escolas.
- Executado: em 2007, 289 escolas (R\$ 12,9 mi) e 656 comunidades (R\$ 53,9 mi). Total: 33.049 famílias beneficiadas.

## Apoio ao controle da qualidade da água para consumo

- Objetivo: melhorar qualidade com a adoção de boas práticas de operação, manutenção e monitoramento dos sistemas de abastecimento.
- Meta: implantar 25 unidades regionais de controle. Investimentos previstos: R\$ 70 mi.
- Executado: Em 2007, 4 unidades (R\$ 6,7 mi).

Mais informações: [www.funasa.gov.br/](http://www.funasa.gov.br/)

1 Meta foi reduzida: 12 municípios solicitaram mudança do objeto a ser contratado.

2 Errata: em Destaques de agosto constou incorretamente o número de famílias (300 mil).

# POVOS INDÍGENAS

**Resgate cultural, proteção das terras e inclusão social levam cidadania e dignidade para mais índios**

## Características

- Orçamento: R\$ 114 mi para triênio 2008-10<sup>1</sup>.
- Ações para garantir direitos, proteção das terras e promoção social dos índios, considerando as especificidades culturais e territoriais. Estruturam-se em torno de três programas, sob a coordenação da Funai:
  1. Proteção das Terras Indígenas: regularização fundiária, implantação de territórios indígenas da cidadania (Alto Rio Negro/AM, Cone Sul/MS e Raposa Serra do Sol-São Marcos/RR<sup>2</sup>), gestão ambiental e territorial, recuperação de áreas degradadas e proteção de povos isolados<sup>3</sup>.
  2. Promoção dos Povos Indígenas: documentação e valorização da língua e do patrimônio cultural, implantação de três pontos de cultura e auto-sustentação econômica.
  3. Qualidade de vida: incluir índios (aldeados e de zonas urbanas) em programas sociais do Governo Federal<sup>4</sup>, observando especificidades culturais de cada povo; promover exercício do controle social.

## Metas 2008 e realizações

- Demarcação de 39 terras: 15 concluídas, 14 iniciadas, dez em processo de licitação e duas impedidas por processos judiciais e conflito agrário.
- Meta até 2010: demarcação de 127 terras.
- Território da Cidadania do Alto Rio Negro (AM): implantado.
- Indenização e reassentamento de três mil famílias.
- Fomentar projetos econômicos de auto-sustentação dos povos em todas as regiões do país.
- Constituir parcerias com órgãos apoiadores para documentar e fortalecer 20 línguas indígenas ameaçadas de desaparecimento.
- Aprovar projeto de lei do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI). Enviado ao Congresso em 12jun/08; em tramitação na Câmara dos Deputados.
- Iniciar implementação do sistema de indicadores de qualidade de vida dos povos indígenas e gestão governamental.

## Cenário atual

- Indígenas aldeados: 440 mil (estimativa).
- Etnias: 220; línguas: 180; referências de povos indígenas isolados: 63.
- Terras indígenas: 654<sup>5</sup> (12,5% do território nacional e 22% da Amazônia Legal).

## Raposa Serra do Sol

- Iniciado julgamento no STF. Interrompido em virtude de pedido de vista ao processo.

Mais informações: [www.funai.gov.br/](http://www.funai.gov.br/)

1 Orçamento inicial de R\$ 305 mi foi alterado devido ao contingenciamento.

2 Raposa Serra do Sol e São Marcos são terras indígenas vizinhas e, por isso, compõem o mesmo território.

3 Povos que não têm contato com a sociedade e são preservados.

4 Bolsa Família, Benefício de Proteção Continuada (BPC), Cesta de Alimentos, Carteira Indígena, Cisternas, Luz para Todos e Salário-Maternidade.

5 Errata: nos cadernos anteriores, esse número foi registrado equivocadamente como 615 terras indígenas existentes.

# PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

*Equiparação de oportunidades e ampliação de acessibilidade a serviço da inclusão social e da promoção de cidadania*

## Contexto

- Censo IBGE 2000: 25 milhões de brasileiros têm alguma deficiência; 70% vivem abaixo da linha da pobreza; 33% são analfabetos ou têm até três anos de escolaridade; 90% estão fora do mercado de trabalho.

## Orçamento (2008-10)

- R\$ 1,7 bi para ações voltadas a beneficiários do Bolsa Família, do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social – BPC e alunos da educação básica.

## Realizações

- Comitê Gestor composto por Secretaria Especial de Direitos Humanos (coordenação) e ministérios da Saúde, Educação, Desenvolvimento Social, Cidades, Trabalho e Emprego e Planejamento, estruturado e em funcionamento.
- Termo de Adesão: 13 estados e 48 municípios.
- Linha de financiamento pela Caixa para aquisição de recursos tecnológicos de uso pessoal<sup>1</sup> lançada: até R\$ 10 mil.
- Concessão de órteses e próteses<sup>2</sup>: implantação de oficinas ortopédicas e capacitação de profissionais em instituições de ensino e de pesquisa.
  - BNDES financiará implantação de oficinas nos Cefets<sup>3</sup>.
  - Unidades de referência<sup>4</sup> em implementação: SE, MT, MG e PE.
- Acessibilidade nos transportes: veículos, estações, terminais e entorno de escolas:
  - Estações metroferroviárias: três em adaptação<sup>5</sup>. Meta 2008: 30.
- **Acessibilidade nas escolas públicas de educação básica:**
  - **Implantadas 625 salas de recursos multifuncionais em escolas públicas (máquina de escrever em braile, computador com software leitor de tela, scanner, dicionário digital em libras). Meta: mais 4.300 em 2008.**
  - Projeto livro acessível<sup>6</sup>: R\$ 1,5 mi contratados pelo MEC.
  - Cadastro para inclusão escolar de crianças e adolescentes beneficiários do BPC. Apenas 21% têm acesso à escola.
- Inserção no mercado de trabalho, garantindo o cumprimento da legislação<sup>7</sup>:
  - Realizado seminário com empresários buscando a conscientização sobre cotas para pessoas com deficiência, pelo Ministério do Trabalho, em jul/08.
  - Pactuada com BNDES linha de financiamento para empresários que desejem recursos para adequação do ambiente de trabalho.

Mais informações: [http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/pps/APRES\\_PLANALTO26-9.ppt](http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/pps/APRES_PLANALTO26-9.ppt)

1 Aparelho ortopédico, cadeiras de roda e banho, aparelho auditivo, prótese, impressora em braile, camas motorizadas, inaladores, andadores, calculadora especial, relógios em braile e falados, teclado especial, adaptação de veículos.

2 Prótese: dispositivo que substitui um membro, órgão ou parte dele; órtese: refere-se a aparelhos ou dispositivos ortopédicos de uso externo, destinados a alinhar, prevenir ou corrigir deformidades ou melhorar função das partes.

3 Centros Federais de Educação Tecnológica.

4 Unidades do SUS preparadas para atendimentos a pessoas com deficiência.

5 Fortaleza (CE), Recife (PE) e Salvador (BA).

6 Livros com conteúdo e recursos adaptados a pessoas com deficiência.

7 Lei 8.213, de 24jul/91, determina reserva de 2% a 5% dos postos de trabalho em empresas com 100 ou mais empregados.

# MAIS CULTURA

**Promover acesso à cultura e à diversidade por meio da ampliação de recursos e a valorização das manifestações regionais**

## Objetivos

- Dar acesso a bens culturais e meios de expressão artística; promover diversidade e produção cultural local; gerar emprego e renda.

## Orçamento 2007-2010

- R\$ 4,7 bi: R\$ 2,2 bi da União e R\$ 2,5 bi em parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios.

## Prioridade

- 2.615 municípios com menores IDH e Ideb<sup>1</sup>, abrangendo: beneficiários do Bolsa Família; regiões metropolitanas do Pronasci com maiores índices de homicídios; quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, Territórios da Cidadania, regiões do semi-árido e da bacia do Rio São Francisco, BR-163; e 1.790 escolas.

## Metas e realizações

- De 2003 a 2007 Governo triplicou recursos para o Ministério da Cultura e quadruplicou recursos da Lei Rouanet.
- Pontos de Cultura: 742 pontos já implantados. Convênios com 24 estados e quatro municípios<sup>2</sup> para instalação de mais 1.298 pontos. Meta 2008: dois mil pontos.
- Bibliotecas públicas: zerar municípios sem biblioteca. Meta 2008: modernização da biblioteca do Pará (em andamento) e da Biblioteca Estadual do Rio de Janeiro.
  - Entregues 300 primeiros kits para implantação de bibliotecas.
- Microprojetos Culturais – projetos culturais de até 30 salários-mínimos. R\$ 15 mi para seleção. Meta 2008: todos os municípios do semi-árido.
- Espaços Culturais Multiuso – projetos de qualificação de espaços culturais, em parceria com o Ministério das Cidades, em áreas de reurbanização do PAC Infra-estrutura. 17 propostas em análise.
- Programa do Artesanato de Tradição Cultural (Promoart) – apoio à produção, divulgação e comercialização por três anos. 65 comunidades selecionadas.
- Linhas de crédito, microcrédito e patrocínio.
  - Amazônia Mais Cultura: lançado em 29abr/08, em parceria com o Basa<sup>3</sup>, financia produção cultural nos estados da Amazônia Legal.
  - Banco do Nordeste: duas linhas já criadas: Cresce Nordeste Cultura, para micros, pequenas, médias e grandes empresas culturais; e Crediamigo Cultural, pequenos empréstimos (até R\$ 2 mil) a empreendedores.
- Mais de R\$ 2 mi para a implantação de 11 Pontos de Memória<sup>4</sup> em 2008: um para cada região priorizada pelo Pronasci, pelo alto índice de criminalidade.
- Assinados acordos de cooperação para a implementação do programa com 14 estados: MA, SP, BA, AP, AC, PA, RN, PE, PI, CE, RJ, SE, AL e MG.

Mais informações: [www.cultura.gov.br/site/2008/07/11/mais-cultura-para-o-brasil-e-o-povo-brasileiro-5/](http://www.cultura.gov.br/site/2008/07/11/mais-cultura-para-o-brasil-e-o-povo-brasileiro-5/)

1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

2 São Vicente (SP), Curitiba (PR), Campina Grande (PB) e Goiânia (GO).

3 Banco da Amazônia.

4 Museus comunitários.



# CRIANÇA E ADOLESCENTE

## **Enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes prioriza soluções comunitárias e respeito a direitos humanos**

### **Agenda Social - Criança e Adolescente**

- Orçamento 2008-10: R\$ 2,1 bi para implantação de quatro projetos e 47 ações, envolvendo 14 ministérios e cinco empresas estatais.

### **Metas e realizações**

- Implantado Comitê Gestor<sup>1</sup> com reuniões periódicas.
- Três grandes projetos:
  1. Bem-me-quer – enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes:
    - Pair (Programa de Ações Integradas Referenciais): implantado em 92 municípios, sendo 11 em regiões metropolitanas do Pronasci.
    - “Depoimento sem dano” – sala para depoimentos à Justiça específica de criança vítima de abuso sexual: implantado em quatro municípios e capacitação sobre o tema em outros nove.
    - Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: já implantado em sete estados. Meta para 2008: ampliar para 11 estados.
    - Escolas de Conselhos de Direitos e Tutelares<sup>2</sup>: convênios para criação de seis escolas, envolvendo 45 municípios.
  2. Caminho para Casa: promover direito à convivência familiar e comunitária, re-inserindo em famílias crianças e adolescentes abrigados.
    - Lançado o Cadastro Nacional de Adoção, em parceria com o CNJ<sup>3</sup>.
    - Lei Nacional da Adoção: facilitará adoção. Em tramitação no Congresso Nacional.
    - Implantação de serviços de Famílias Acolhedoras<sup>4</sup>.
    - Auxílio financeiro de R\$ 1,5 mil às famílias para retorno de filhos abrigados.
    - Moradias coletivas para adolescentes abrigados em transição à autonomia.
  3. Na Medida Certa: implantar Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), voltado para adolescentes em conflito com a lei:
    - Construção de unidades de internação com novos padrões arquitetônicos: pequenos alojamentos que minimizam sensação de confinamento. Três unidades em construção; outras três em reforma. Meta 2008: iniciar construção de mais nove e a reforma de outras dez.
    - Financiamento da construção de quadras esportivas em 20 unidades.
- Observatório: portal com informações sobre andamento de políticas públicas de direitos humanos de crianças e adolescentes. Lançamento previsto para set/08.
  - Portal conterá informações sobre agenda social e andamento e acompanhamento de pactos com estados e municípios.

Mais informações: [www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/arquivos/spdca/agenda\\_social.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/spdca/agenda_social.pdf)

<sup>1</sup> Composto por: Secretaria Especial de Direitos Humanos (coordenador), Secretarias de Políticas de Igualdade Racial, Políticas para Mulheres, Juventude e Ministérios: Cidades, Cultura, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Educação, Esporte, Justiça, Plantejamento, Saúde e Trabalho e Emprego.

<sup>2</sup> Formação dos conselheiros de direitos e tutelares.

<sup>3</sup> Conselho Nacional de Justiça.

<sup>4</sup> Famílias que abrigam, temporariamente, crianças vítimas de violência doméstica ou negligência, enquanto pais recebem atenção social e psicológica.

# CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

*Investimentos no setor promovem o fortalecimento das instituições de pesquisa, a capacidade inovadora das empresas e a inclusão social*

## Prioridade I - Expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I<sup>1</sup>

- Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: destinado a instituições científicas de excelência articuladas em redes de pesquisa com outras entidades. Parceria entre CNPq, Finep, Capes, Fapemig, Faperj e Fapesp<sup>2</sup>.
  - Lançado edital de R\$ 435 mi (valor recorde de uma Chamada Pública para apoio à pesquisa), sendo R\$ 270 mi do MCT<sup>3</sup>.
- Rede Nacional de Pesquisa (RNP), de alta velocidade, interliga universidades e centros de pesquisa. Inaugurada a MetroSampa, para a região metropolitana de São Paulo. Outras seis existentes: RN, PA, AM, DF, ES e SC.
- Lançada Chamada Pública para formação de duas redes de meteorologia (mudanças climáticas e previsão de secas; e monitoramento oceânico): R\$ 18 mi.
- CNPq: Concessão de 900 bolsas de Mestrado e Doutorado.

## Prioridade II – Promoção da inovação tecnológica nas empresas

- Chamadas Públicas lançadas:
  - Seleção das instituições que integrarão as Redes de Extensão Tecnológica e as Redes de Prestação de Serviços Tecnológicos do Sistema Brasileiro de Tecnologia (Sibratec): R\$ 40 mi.
  - Programa Juro Zero: R\$ 20 mi para seleção de parceiros estratégicos para estimular capacidade inovadora das pequenas e microempresas brasileiras.
  - R\$ 11 mi para apoio a projetos de transporte aquaviário e construção naval.
  - R\$ 8 mi para projetos de interação das engenharias do setor de petróleo e gás com estudantes do Ensino Médio.
- Programa Subvenção Econômica à Inovação: pré-qualificadas 801 propostas, de um total de 2.612 apresentadas. Será destinado um total de R\$ 450 mi.

## Prioridade III – P,D&I<sup>4</sup> em áreas estratégicas

- Editais lançados: **Biodiesel**: R\$ 14 mi para apoio a projetos de produtores associados à cadeia produtiva de biodiesel. **Saúde**: R\$ 10 mi para projetos de pesquisa em terapia celular e R\$ 2 mi para pesquisas sobre doenças ocupacionais e saúde bucal. **Agronegócio**: R\$ 20,8 mi para melhoramento genético convencional de plantas; estabelecimento de padrões sanitários de sementes; fontes alternativas de nutrientes para agricultura; e P&D<sup>4</sup> do bambu.
- Criado o Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), em Porto Alegre/RS, vinculado ao MCT: R\$ 250 mi para desenvolver produtos e formar recursos humanos.

## Prioridade IV – C,T&I para o desenvolvimento social

- Edital de apoio às Olimpíadas de Ciências: R\$ 1,5 mi.
- Inclusão Social: R\$ 26 mi a projetos sobre recursos hídricos para agricultura familiar, arranjos produtivos locais e intervência universitária.

Mais informações: [www.mct.gov.br/index.php/content/view/66448.html](http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/66448.html)

1 Ciência, Tecnologia e Inovação.

2 CNPq: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Finep: Financiadora de Estudos e Projetos; Fapemig: Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais; Faperj: Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro e Fapesp: Fundação de Amparo à Pesquisa de São Paulo.

3 Ministério da Ciência e Tecnologia.

4 P,D&I - Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. P&D – Pesquisa e Desenvolvimento.

# QUILOMBOLAS

## **Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura afro-brasileira por meio de incentivos ao desenvolvimento das localidades**

### **Objetivos**

- Viabilizar acesso à terra, saúde, educação, construção de moradias, eletrificação, recuperação ambiental, incentivo ao desenvolvimento local e assistência social a famílias quilombolas.

### **Metas**

- Atender, até 2010, 1.739 comunidades em 22 estados, 330 municípios e 120 territórios rurais<sup>1</sup>, beneficiando cerca de 50% do universo de 1,7 milhão de quilombolas.
- Prioridade em 2008: comunidades inseridas nos Territórios da Cidadania.
- Concluir 713 relatórios, determinantes para regularização fundiária<sup>2</sup>, de 1.170 certidões de auto-reconhecimento expedidas. 2008: finalizar 220 relatórios.
- Água potável encanada e melhorias sanitárias domiciliares para 548 comunidades. Meta 2008: atender 137 comunidades.
- Material didático: 280 mil exemplares sobre história e cultura africana e afro-brasileira.
- Capacitação de 5.400 professores da rede pública do ensino fundamental.
  - “A Cor da Cultura”: três mil educadores já capacitados.
- Construção de 950 salas de aula. 2008: construção de 296 salas.
- Acesso a programas sociais. Meta 2008: Luz para Todos em 15 mil domicílios e Saúde da Família e Saúde Bucal em 137 comunidades.
- Recuperação ambiental das 55 comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras de integração de bacias do Rio São Francisco.
- Fomento à inclusão produtiva: ações de desenvolvimento local e etno-desenvolvimento. Meta 2008: atender 390 comunidades.

### **Realizações**

- Instalados comitês gestores locais do Programa em três estados (PI, AM, RJ).
- **Edital inédito de seleção de projetos<sup>3</sup> voltados às comunidades quilombolas: R\$ 5 mi.**

### **Ações afirmativas**

- Cotas raciais nas universidades: 23 universidades federais, 25 estaduais e três Cefets<sup>4</sup> já implementaram.
- Parceria com Pronasci: atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade social nos centros urbanos. R\$ 5,4 mi até 2010 (2008: R\$ 1,8 mi).
- Parceria com Ministério do Trabalho e Emprego: qualificação profissional e escolarização de empregadas domésticas. Projeto-piloto atendeu 210 mulheres em sete cidades. Meta: atender a 2.100 mulheres em 30 cidades.

Mais informações:

[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/seppir/copy\\_of\\_acoes/Principal.2007-11-18.0317/principalfolder\\_view/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/Principal.2007-11-18.0317/principalfolder_view/)

1 Programa preexistente que abrange áreas que não fazem parte dos Territórios da Cidadania.

2 O título definitivo é expedido pelo Incra.

3 Projetos de fortalecimento da capacidade técnica e operacional das organizações e comunidades quilombolas; de fortalecimento do controle social, de apoio à organização comunitária e ao protagonismo de mulheres e jovens quilombolas.

4 Centros Federais de Educação Tecnológica.

# MAIS SAÚDE

## **Melhoria no acesso, modernização da gestão, promoção de pesquisa e capacitação profissional**

### **Promoção da saúde**

- Dia Nacional de Mobilização pela Promoção da Saúde e Qualidade de Vida, lançado em 6abr/08, em Brasília e em 283 municípios – mobilização e material educativo sobre: atividade física, alimentação saudável, tabagismo, uso abusivo do álcool, anfetaminas e outras drogas, violência e meio ambiente.

### **Atenção à saúde**

- **Farmácia Popular do Brasil: implantadas, de dez/04 a ago/08, 470 unidades em 370 municípios, atingindo 94% da meta de 500 farmácias até 2011.**
- “Aqui Tem Farmácia Popular”: 6.172 farmácias da rede privada, credenciadas ao SUS, funcionando em 1.186 municípios. Meta para 2011: 19,4 mil.
- Samu: 1.359 unidades, sendo 1.064 Unidades de Suporte Básico (USB) e 295 Unidades de Suporte Avançado (USA). Presente em 1.163 municípios.
- Saúde da Família: 28.669 equipes, beneficiando mais de 91 milhões de brasileiros.
- Saúde na Escola (lançado em 4set/08). Ver pág. 47.
- Agentes Comunitários de Saúde: 223.375 agentes (5.328 municípios), beneficiando mais de 110,6 milhões de brasileiros.
- Centros de Especialidades Odontológicas (CEOs): 672 unidades (569 municípios), atingindo 71% da meta para 2011.
- Saúde Bucal: 17.124 equipes (4.517 municípios), beneficiando mais de 82,5 milhões de brasileiros.
- 2,5 milhões de exames para controle de câncer do colo do útero em mulheres com idade entre 25 e 59 anos, de jan a jun/08.

### **Qualificação da Gestão**

- Implantados 54 complexos reguladores para agendamento de consultas, internações e exames especializados (PR, RS, CE, MS, ES, DF, TO, PE, RJ, MT, GO, AL, BA, SP, SC).

### **Força de trabalho em saúde**

- Capacitação e qualificação de 79.793 profissionais do Programa Saúde da Família – 10.354 (gestores), 65.036 (nível médio) e 4.403 (nível superior), de jan a jul/08.
- Telessaúde: educação permanente e apoio a 1.048 equipes de Saúde da Família em localidades remotas e periferias urbanas.

### **Complexo Industrial da Saúde**

- 430 milhões de unidades de medicamentos produzidas pelos 19 laboratórios oficiais (de jan a jun/08).

### **Cooperação Internacional**

- Assinatura de acordo de cooperação entre laboratório indiano Cipla (Chemical, Industrial & Pharmaceutical Laboratories) e Instituto de Tecnologia Farmanguinhos para transferência de tecnologia na produção de medicamentos contra malária.
- Bancos de leite humano: acordo de cooperação técnica para implantação na Argentina, Equador, Uruguai, Venezuela e Paraguai.

Mais informações: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pacsauade/>

# DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

***Ampliação e aprimoramento do acesso à documentação básica garantem o exercício da cidadania***

## **Agenda Social – Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica**

- Objetivo: erradicar sub-registro de nascimento<sup>1</sup> e expandir acesso à documentação básica (CPF, RG e carteira de trabalho).
- Orçamento 2008-2010: R\$ 101,6 mi.
- Prioridade: Amazônia Legal; povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos); trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis; pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos; municípios com índice de sub-registro acima de 25%, municípios sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes.
- Ações dão continuidade ao Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento, lançado em 2004.
- Em quatro anos, índice nacional de sub-registro diminuiu de 20,9% em 2002 para 12,7% em 2006.

## **Realizações**

- Já aderiram ao compromisso nacional 19 estados.
- Mobilização para registro civil<sup>2</sup> e campanhas de TV e rádio:
  - Realizadas na Amazônia Legal e no Piauí: 300 municípios dos Territórios da Cidadania.
  - Iniciadas junto aos povos indígenas do MS e AM.
- Ampliação da rede de emissão de documentos e aprimoramento da infra-estrutura:
  - Adquiridas duas unidades móveis do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); uma em funcionamento (PA). Mais 28 em licitação.
  - Mutirões do PNDTR: 195 municípios, 97.692 documentos emitidos para 38.859 trabalhadoras.
  - Iniciados os serviços itinerantes fluviais de registro civil<sup>3</sup> para povos indígenas e ribeirinhos.
  - Implantados 435 pontos de emissão de Carteira de Trabalho. Outros 129 serão implantados até o final de 2008.
- Criação do Sistema Informatizado de Registro Civil e do Banco de Dados Nacional de Pessoas Registradas:
  - Criado Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI que envolve a SEDH<sup>4</sup>; Conselho Nacional de Justiça; Arpen<sup>5</sup>; Anoreg<sup>6</sup>; IBGE; Ministérios da Justiça, do Planejamento, da Saúde e da Previdência Social; INSS e Dataprev.
  - Concluído estudo do Projeto de Informatização do Sistema de Registro Civil, a partir da atuação do GTI.

Mais informações: [www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/sedh/promocaodh/ld\\_rcn/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/ld_rcn/)

1 Situação das crianças com até um ano de idade, sem registro de nascimento.

2 Série de atividades que busca identificar pessoas sem documentação.

3 Em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania do Amazonas.

4 Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

5 Associação dos Registradores de Pessoas Naturais.

6 Associação dos Notários e Registradores do Brasil.

# TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

***Maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no país combina políticas de geração de oportunidades e políticas sociais***

## Características

- Dois milhões de beneficiários: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais.
- Meta: 120 territórios até 2010 (60 em 2008).
- Em 2008: previstos investimentos de R\$ 12,9 bi, em 177 ações de 15 ministérios/órgãos, nos 60 territórios implantados, envolvendo 958 municípios.

## Objetivos

- Combate à pobreza rural; inclusão produtiva; planejamento e integração de políticas públicas; universalização de programas básicos de cidadania; ampliação da participação social.

## Eixos estruturantes

1. Apoio a atividades produtivas: assistência técnica, crédito, seguro, comercialização, programa de biodiesel.
2. Cidadania e direitos: educação, saúde, cultura, documentação.
3. Infra-estrutura: saneamento básico, habitação, cisternas, estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental.

## CrITÉRIOS de seleção

- Menor IDH<sup>1</sup>; maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado.

## Implantação

- Agendas de mobilização e debates: 13.758 participantes em 236 eventos, com representantes de prefeituras, governos federal e estaduais e sociedade civil.
- Comitês de articulação estadual implantados em todos os estados.
- Protocolos de cooperação federativa, de pactuação com governo estadual e municípios, assinados em 21 estados<sup>2</sup>.
- Planos Territoriais de Ações Integradas – ações concretas que o governo federal está executando nos Territórios da Cidadania, em obras, serviços públicos e projetos de fomento à produção – apresentados aos Colegiados Territoriais<sup>3</sup>.
- Atualmente, está em elaboração Relatório de Situação sobre execução das ações para subsidiar acompanhamento por parte dos Comitês de Articulação Estadual.
- Em discussão, incorporação dos agentes financeiros e de fomento: BNDES, BB, Caixa, Basa e BNB<sup>4</sup>.

Mais informações: [www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1867](http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1867)

1 Índice de Desenvolvimento Humano.

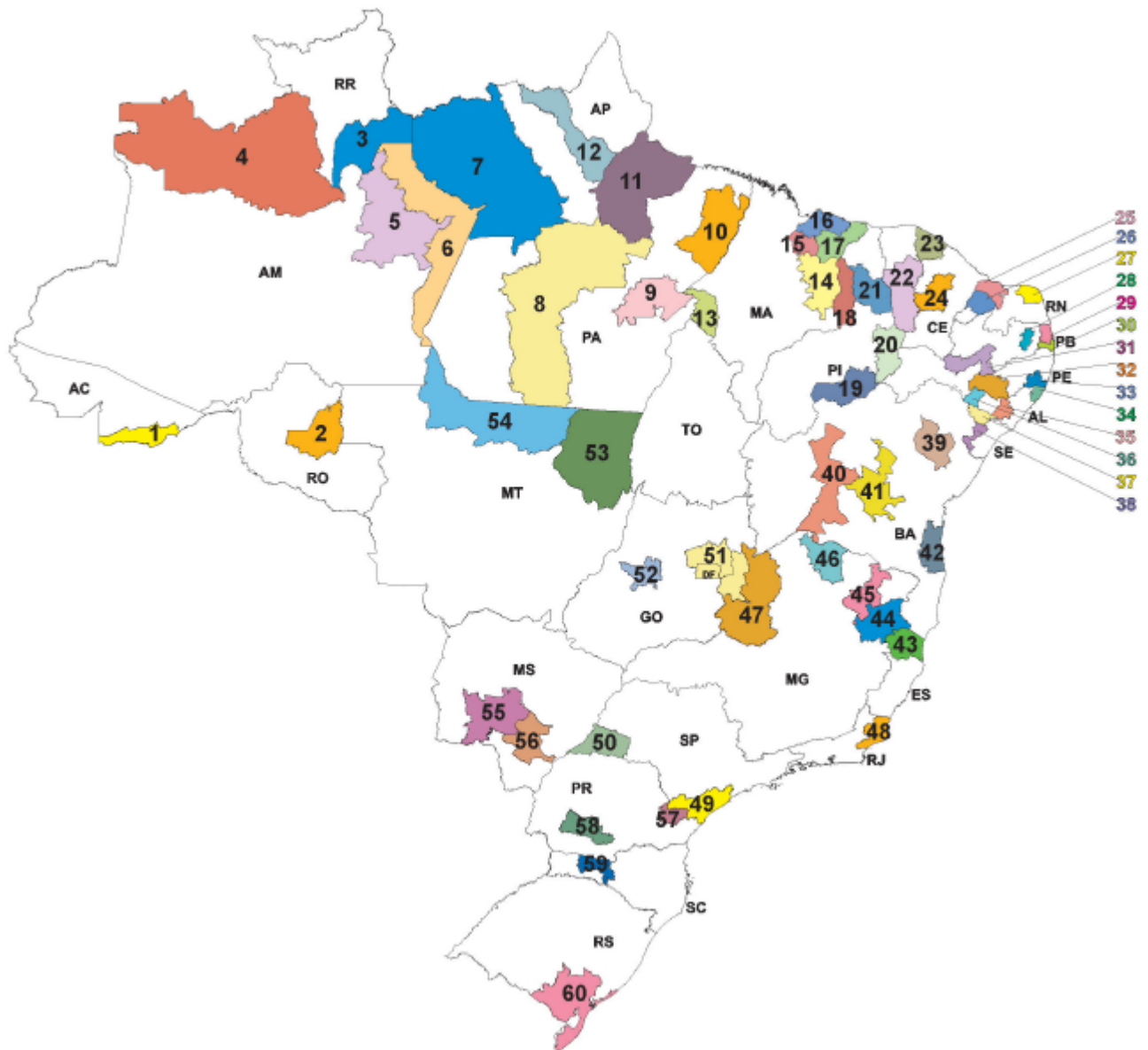
2 Faltam: AC, GO, MA, RO, RR e SP.

3 Formados por representantes dos governos federal, estadual e municipal e representantes da sociedade.

4 BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; BB – Banco do Brasil; Basa – Banco da Amazônia; BNB – Banco do Nordeste do Brasil.

# TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

## Os 60 Territórios



### Abrangência dos 60 Territórios

- Municípios: 958 (17% do total do País).
- População: 23,9 milhões de habitantes (14%).
- População rural: 7,8 milhões (27%).
- Agricultura familiar: 1 milhão de famílias (24%).
- Assentados da reforma agrária: 319,4 mil famílias (40%).
- Bolsa Família: 2,3 milhões de famílias (21%).
- Comunidades quilombolas: 350 (37%).
- Terras indígenas: 149 (25%).
- Pescadores: 127,1 mil famílias (33%).

# REFORMA TRIBUTÁRIA

**Proposta em debate no Congresso Nacional racionaliza sistema tributário e amplia potencial de crescimento do país**

## Principais medidas propostas

- Extinção, no segundo ano após aprovação, de cinco tributos federais. Quatro (Cofins, PIS/Pasep, Cide-Combustíveis e Contribuição para o Salário-Educação) serão substituídos por novo imposto sobre o valor adicionado (IVA-F) e o quinto (CSLL) será incorporado ao IR de pessoas jurídicas.
- Unificação das 27 legislações estaduais do ICMS, com extinção do atual imposto e criação do “Novo ICMS”.
- Fim da guerra fiscal: cobrança do Novo ICMS no estado de destino. Redução progressiva da alíquota na origem, completando-se o processo no 8º ano após aprovação da reforma. Será mantida alíquota de 2% para estado de origem.
- Criação do Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar estados por eventuais perdas de receitas decorrentes da reforma.
- Redução de 20% para 14% da contribuição de empregadores para Previdência Social, com queda de 1 pp/ano, a partir do 2º ano após aprovação da reforma.
- Redução gradual, até eliminação completa, do prazo para apropriação dos créditos de impostos pagos na aquisição de bens de capital.
- Ampliação da desoneração da cesta básica.
- Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, com criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e o aumento de recursos.
- Financiamento de programas públicos com porcentagem da receita do IR, IPI e IVA-F para cada área cuja fonte de financiamento está sendo extinta.
- Ampliação da base de partilha federativa para base ampla de tributos, que inclui o IR, o IVA-F e o IPI<sup>1</sup>.
- Novo critério de partilha municipal do ICMS, por lei complementar.

## Impactos

- Melhores condições de crescimento e competitividade das empresas, com desoneração de investimentos e exportações, simplificação do sistema e desoneração da folha de salários.
- Aumento da formalidade, desoneração da cesta básica e maior transparência.
- Aumento de receita de estados e municípios e fim da guerra fiscal. Com mecanismos de compensação, nenhum estado será prejudicado.
- Impacto sobre PIB estimado em, no mínimo, 10% após transição. Espera-se que PIB brasileiro cresça 0,5 pp/ano a mais do que cresceria sem a reforma.

## Tramitação da proposta no Poder Legislativo

- PEC 233/2008 encaminhada ao Congresso Nacional em 28fev/08.
- **Encerradas as audiências públicas na Comissão Especial da Reforma Tributária. Expectativa é de que seja votada ainda em 2008.**

Mais informações: [www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf](http://www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf)

<sup>1</sup> A despeito de neutra em relação ao montante de recursos transferidos a estados e municípios, medida melhora qualidade das relações federativas, ao deixar claro que qualquer aumento de receita da União será partilhado, ao contrário do que ocorre hoje com as contribuições sociais.



# MULHERES

## ***Mais cidadania para mais brasileiras: mobilização social e ações articuladas para enfrentar a discriminação e a violência***

### **Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher**

- Lançado em ago/07, na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Articula ações de 13 ministérios e secretarias especiais para implementação entre 2008 e 2011. Investimento total: R\$ 1 bi.
- Unidades da federação prioritárias ao Pacto Nacional em 2008: AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, MA, DF, MG e MS.
- Pacto em andamento:
  - **Lei Maria da Penha: dois anos em vigor. Ver pesquisa Ibope/Themis (pág. 73).**
  - Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180: serviço de utilidade pública para orientar mulheres em situação de violência. De jan-jun/08, realizou 121.891 atendimentos. Parte significativa deve-se à busca por informações sobre a Lei Maria da Penha, que registrou, no 1ºsem/08, 49.025 consultas, contra 11.020 no 1ºsem/07 (crescimento de 345%).
  - Enfrentamento ao tráfico de mulheres: negociação do Projeto Mercosul, de instalação de Centros de Acolhimento a vítimas em fronteiras secas com países do bloco.
  - Mutirão Nacional de Revisão Processual nos estabelecimentos penais femininos: início em set/08, no Estado de São Paulo. Na primeira etapa atingirá cerca de 64% das detentas do país.

### **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM**

- Lançado em mar/08. Resulta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de ago/07, cuja elaboração envolveu diretamente cerca de 200 mil mulheres em conferências municipais e estaduais, em todos os estados.
- Em 2008, estados da Bahia e do Maranhão lançaram Planos Estaduais de Políticas para as Mulheres.

### **II PNPM, em andamento**

- Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão, com **lançamento da campanha “Mais Mulheres no Poder”, em set/08<sup>1</sup>**: veiculação no rádio, distribuição de Plataforma Eleitoral a ser incorporada por candidatas e candidatos no atual processo eleitoral, lançamento do site [www.maismulheresnopoder.com.br](http://www.maismulheresnopoder.com.br) e cursos de capacitação para mulheres candidatas de todos os partidos políticos.
- Programa Mulher e Ciência:
  - 4ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero (concurso de redação para estudantes do ensino médio e de artigos científicos para universitários), lançado por edital do CNPq<sup>2</sup> e Encontro de núcleos de pesquisa em gênero.
  - 2º Edital CNPq de apoio a pesquisas de estudos de gênero, mulheres e feminismos, com R\$ 5 mi (R\$ 1,2 mi na 1ª edição).

Mais informações: [www.spmulheres.gov.br/](http://www.spmulheres.gov.br/)

1 Iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, com o apoio da Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM.

2 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

# PAC – EMBRAPA

***Mais investimentos em pesquisa agrícola permitem o fortalecimento da produção agrícola e a ampliação do conhecimento em áreas estratégicas***

## Objetivos

- Diminuir desigualdades regionais por meio do fortalecimento da produção agrícola, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Contribuir para país consolidar posição de líder em agricultura tropical na produção de alimentos, fibras e energia.
- Estabelecer novos paradigmas para conhecimento agrícola em áreas estratégicas, como biotecnologia, mudanças climáticas e nanotecnologia.

## Recursos

- R\$ 913,6 mi para pesquisa agropecuária (até dez/10): R\$ 650 mi investidos diretamente na Embrapa e R\$ 263,6 mi repassados, mediante contrapartida, a organizações estaduais que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)<sup>1</sup>, coordenado pela Embrapa.
- Totalidade dos recursos para 2008 (R\$ 119,1 mi) liberada em jul/08: R\$ 88,7 mi diretamente para a Embrapa e R\$ 30,4 mi para organizações estaduais de pesquisa.
- Dos R\$ 88,7 mi programados para a Embrapa, R\$ 28,7 mi já foram alocados para os Centros de Pesquisa: R\$ 21,8 mi em investimento e R\$ 6,9 mi em custeio.

## Metas

- Até 2010: dez projetos com 88 metas tecnológicas e institucionais.
- Em 2008: 112 projetos de pesquisa prioritários.
- Metas tecnológicas:
  - Revitalização das organizações estaduais de pesquisa agropecuária.
  - Uso do monitoramento de obras civis por satélite, como instrumento de gestão do PAC.
  - Temas prioritários: agroenergia; alimentos seguros; promoção da agricultura sustentável na Amazônia; agricultura familiar; nanotecnologia; aproveitamento de recursos naturais.
- Metas institucionais:
  - Três novos centros de pesquisa em macropólos de desenvolvimento regional (MA, TO e MT);
  - Braço privado da empresa, a Embrapa Participações.
  - Ampliação da Embrapa Internacional.

## Realizações

- Criadas unidades da Embrapa na África (2006) e na Venezuela (2008).
- Ampliação de presença em laboratórios nos EUA e Europa (Inglaterra em 2008).

## Ampliação do quadro de pesquisadores

- Contratação de 750 pesquisadores e 460 profissionais de suporte à pesquisa em três anos.

Mais informações: [www.embrapa.gov.br/](http://www.embrapa.gov.br/)

<sup>1</sup> Consulte: [http://www.embrapa.br/a\\_embrapa/snpa](http://www.embrapa.br/a_embrapa/snpa)

# PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

***Novo modelo de desenvolvimento para região busca superar exploração predatória dos recursos naturais***

## Características

- Beneficiários: população brasileira, especialmente, 24 milhões de habitantes da Amazônia.
- Abrangência: estados do AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO.
- Elaborado a partir de 2003, de forma interativa entre os governos federal, estaduais e representações da sociedade, por meio de encontros e consultas públicas com ampla participação e representatividade.
- **Comissão Gestora: 13 ministros e governadores da região, constituída em 30mai/08.**

## Objetivo geral

- Elevar nível de vida da população, com implantação de modelo que valorize o patrimônio natural e aporte investimentos em tecnologia e infra-estrutura, para viabilizar atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, compatíveis com o uso sustentável de recursos naturais e a preservação dos biomas.

## Eixos estruturantes

1. Ordenamento territorial e gestão ambiental.
2. Produção sustentável com inovação e competitividade.
3. Infra-estrutura para o desenvolvimento sustentável.
4. Inclusão social e cidadania.

## Compromissos dos governos federal e estaduais

- Promover desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade socio-cultural e ecológica e redução das desigualdades regionais.
- Ampliar presença do Estado; integrar ações dos três níveis de governo, da sociedade e de setores empresariais.
- Garantir soberania nacional, integridade territorial e interesses nacionais.
- Combater desmatamento ilegal, garantir conservação de biodiversidade, recursos hídricos e mitigar mudanças de clima.
- Promover utilização de áreas já desmatadas com aumento da produtividade e recuperação da floresta.
- Implementar o ZEE<sup>1</sup> e acelerar regularização fundiária.
- Aprimorar e ampliar crédito e apoio a atividades e cadeias produtivas sustentáveis.
- Reestruturar, ampliar e modernizar sistema multimodal de transportes, sistema de comunicação e estrutura de abastecimento.
- Promover utilização sustentável de potencialidades energéticas e expansão de infra-estrutura de transmissão e distribuição.
- Incentivar e apoiar pesquisa científica e inovação tecnológica.
- Melhorar e ampliar acesso a serviços públicos em áreas urbanas e rurais.
- Assegurar direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais e equidade social (gênero, geração, raça, classe social e etnia).

Mais Informações: [www.mma.gov.br/estruturas/sca/arquivos/plano\\_amazonia\\_sustentavel.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/sca/arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf)

<sup>1</sup> Zoneamento Ecológico-Econômico.

# DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

*Investir e inovar para crescer: combinação de ações para potencializar e dinamizar setores econômicos de importância estratégica*

## Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP

- Eixos: ampliação do investimento, da inovação e das exportações.
  1. Ações sistêmicas: focadas em fatores geradores de externalidades positivas para a estrutura produtiva nacional.
  2. Programas estruturantes: voltados para setores ou complexos produtivos. Inicialmente, desenvolvidos programas para 25 setores.
- Destaques estratégicos: micros e pequenas empresas, regionalização, integração produtiva com a América Latina, Caribe e África, desenvolvimento sustentável, exportações.
- Marco legal da PDP (PLVs<sup>1</sup> 19 e 20, originados das MPs 428 e 429) aprovado no Congresso Nacional em ago/08; sanção presidencial em set/08.

## Metas para 2010

- Ampliar investimento de 17,6% para 21% do PIB; investimentos privados em P&D<sup>2</sup> de 0,51% para 0,65% e participação no comércio mundial de 1,17% para 1,25%. 10% a mais de pequenas e microempresas exportadoras (em 2006 eram 11.792).
- Instrumentos: incentivos fiscais, crédito e subvenção econômica, poder de compra governamental, regulação técnica, econômica e concorrencial e apoio técnico: certificação, metrologia, promoção comercial, gestão da propriedade intelectual, capacitação empresarial, recursos humanos e outros.

## Recursos

- R\$ 210,4 bi de financiamento do BNDES<sup>3</sup>; R\$ 41,2 bi do PAC C&T; e desonerações de cerca de R\$ 20 bi (2008-2011).

## Ações já realizadas

- **23 medidas de desoneração, inovação e exportações.**
- Proex<sup>4</sup>: orçamento ampliado de R\$ 500 mi para R\$ 1,3 bi; extensão do prazo de financiamento (um ano) para setores intensivos em mão-de-obra; alteração de critérios de enquadramento para empresas com faturamento de até R\$ 150 mi; e ampliação do limite (e inclusão do setor automotivo) para operações intercompanies<sup>5</sup> (US\$ 20 mi por empresa).
- Eliminação de IOF nas operações do BNDES e Finep<sup>6</sup>; redução de IPI para alguns bens de capital; dedução em dobro no IR de despesas com capacitação (empresas de software, tecnologia da informação e comunicação); maior prazo de recolhimento do IPI do setor automotivo (de dez para 30 dias); suspensão de PIS/Cofins na aquisição de combustível para embarcações de grande porte (navegação de cabotagem).
- Instalada governança da PDP (28jul/08): secretaria executiva (acompanhamento), cinco coordenações (formulação) e 32 comitês executivos (executores).

Mais informações: [www.desenvolvimento.gov.br/pdp/](http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/)

1 Projetos de Lei de Conversão.

2 Pesquisa e Desenvolvimento.

3 Para capital físico e P&D na indústria e serviços.

4 Proex: Programa de Financiamento às Exportações, do Governo Federal.

5 Operações intra-firmas, ou seja, entre matriz e filial e vice-versa.

6 Financiadora de Estudos e Projetos, empresa vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

# MAIS ALIMENTOS

## *Salto de produtividade da agricultura familiar: mais crédito para investimento de longo prazo, comercialização e nova assistência técnica*

### Oportunidade

- Programa visa enfrentar alta recente do preço dos alimentos, aumentando produção da agricultura familiar, com mais investimento, conhecimento e comercialização. Meta: produzir mais 18 milhões de toneladas/ano até 2010.
- Brasil é dos poucos grandes produtores mundiais com perspectivas de aumento da produção acima da demanda interna (pode exportar excedentes), seja por aumento de área plantada ou de produtividade.
- Entre as safras 2000/01 e 2007/08, mundo apresentou déficit (diferença entre produção e consumo) de 176,3 milhões de ton de grãos, enquanto o Brasil apresentou superávit de 149,4 milhões.

### Mais investimento

- Linha especial de crédito para investimento de longo prazo (dez anos): até R\$ 100 mil (até três anos de carência), taxa de 2% ao ano e seguro pelo PGPAF<sup>1</sup>.
- Metas: safra 2008/2009 – 300 mil produtores e investimento de R\$ 6 bi. Até 2010: um milhão de produtores e investimento de R\$ 25 bi.
- Aumento da mecanização:
  - acordo com Anfavea<sup>2</sup> prevê desconto de 15% na aquisição de tratores para agricultura familiar. Meta: 60 mil tratores em três anos.
  - Acordo com Abimaq<sup>3</sup>: entrega de implementos agrícolas a preços especiais.
  - Possibilidade da utilização do mecanismo de registro de preços<sup>4</sup> para regular preços de outros insumos.
- Mais investimentos em melhoria de solo, pastagens, sementes e genética.

### Mais conhecimento

- Nova Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): em cinco anos, recursos ampliados e sistema reestruturado.
  - Um milhão de agricultores assistidos, com aumento dos extensionistas para 30 mil profissionais e atendimento sistêmico da propriedade;
  - Organização por cadeia produtiva, focada em gestão e inovação, com flexibilidade para operar com diversos agentes (públicos, cooperados, privados).

### Mais comercialização

- Estoques reguladores e de segurança alimentar para antecipar crises de oferta.
- Correção dos preços mínimos: feijão, arroz, trigo, mandioca, milho e leite.
- Ampliação da estrutura de armazenagem pública e das cooperativas.

Mais informações: [www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1872](http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1872)

1 Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar.

2 Anfavea: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

3 Abimaq: Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

4 Conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras (Dec 3.931/01, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços, previsto na Lei 8.666/93).

# MAIS PESCA E AQUICULTURA

**Aumentar o consumo de pescado e estimular a modernização do setor por meio de qualificação e ampliação de crédito**

## **Semana do Peixe – de 25ago a 7set/08**

- Objetivo: estimular consumo de peixe e divulgar benefícios para a saúde. Parceria com Abras, Abrasel e ANR<sup>1</sup>.
- Distribuído folheto sobre cuidados na hora de comprar, como conservar e receitas.
- **Semana barateou custo para consumidores e elevou vendas em mais de 30%.**

## **Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca 2008-2011**

- Objetivos: fomentar produção de pescado, gerar emprego e renda, estimular consumo e melhorar condições sociais e de trabalho de pescadores artesanais.
- Metas: aumentar produção de pescado em 40%, chegando a 1,4 milhão de ton/ano e aumentar o consumo per capita, de 7 para 9 kg/ano.
- Investimento total de R\$ 1,75 bi até 2011 compreende:
  - Implantação de 120 Centros Integrados de Pesca Artesanal e Aquicultura<sup>2</sup>, 20 terminais pesqueiros públicos<sup>3</sup> e reforma de 25 acessos aquaviários.
  - Assistência técnica e extensão aquícola e pesqueira a 400 mil profissionais.
  - Apoio à renovação da frota artesanal e ampliação da oferta de diesel subsidiado.
  - Demarcação de 40 reservatórios da União para uso das águas para aquíicultura.

## **Programa Águas Produtivas – mais peixes para mais brasileiros**

- **Entrega de títulos de Cessão das Águas da União:**
  - **647 famílias no reservatório de Castanhão (CE), em 3set/08;**
  - **73 famílias no reservatório de Itaipu (PR), em 20mar/08.**
- Cessão de águas já licitadas em Jatobá (PE), Recife (PE), Ilha Comprida (SP).

## **Programa Feira do Peixe**

- Edital de 7ago/08: recursos e equipamentos à pesca artesanal, para viabilizar comercialização direta da produção, barateando custo final.

## **Profrota<sup>4</sup>**

- Publicado quarto edital; R\$ 104 mi em recursos. Juros de 7 a 12% ao ano, com até 18 anos para quitação.

## **Registro Geral da Pesca**

- Canceladas 3.167 carteiras irregulares de pescador e constituída comissão técnica para apuração de irregularidades em mais 20 municípios do Pará.

## **Fábricas de gelo**

- Publicado edital (4set/08) para selecionar entidades privadas sem fins lucrativos e órgãos públicos, interessados em projetos conjuntos visando à estruturação da cadeia produtiva do pescado.

Mais informações: [www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/seap/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/)

1 Associação Brasileira de Supermercados, Associação Brasileira de Bares e Restaurantes, Associação Nacional dos Restaurantes.

2 Também conhecidos como Cipar, reúnem atividades de organização da produção e capacitação de pescadores.

3 Locais em que produtores e consumidores poderão negociar diretamente, excluindo a figura do atravessador.

4 Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira – destinado a pessoas físicas e jurídicas.

# 3 – TEMAS SETORIAIS E ATUALIDADES

## Índice

<b>Tema</b>	<b>Página</b>
Esportes	46
Programa Saúde na Escola - PSE	47
Emprego	48
Previdência Social	49
Exportações	50
Inflação e Alimentos	52
Agricultura e Pecuária	53
Desmatamento e Aquecimento	54
Combustíveis	56
Energia Elétrica	57
Reforma Agrária	58
Mudança no Campo	59
Habitação	60
Saneamento	61
Relação com Municípios	62
Relação com Estados	63
Integração Nacional	64

# ESPORTES

## ***Políticas públicas e incentivos fiscais favorecem massificação do esporte e qualificam país para sediar grandes eventos internacionais***

### **Esportes de alto rendimento**

- Bolsa-Atleta (desde 2005) – destinado a atletas de alto rendimento sem patrocínio: auxílio financeiro a 3.945 atletas. Orçamento 2008: R\$ 21,1 mi.
  - Pequim 2008: 33 bolsistas (sete medalhistas da seleção feminina de futebol).
- Olimpíadas (227 atletas) e Paraolimpíadas (188): maiores delegações da história.

### **Infra-estrutura esportiva**

- Construção, modernização de quadras, ginásios e espaços esportivos; aquisição de equipamentos para instituições de ensino e comunidades.
  - “Praça da Juventude”: complexos esportivos em regiões de vulnerabilidade social (quadras poliesportivas, campo de futebol, pistas de corrida e skate, área de ginástica, centros de convivência e da terceira idade).

### **Brasil – sede de grandes eventos esportivos**

- Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro: pela primeira vez cidade brasileira passa à segunda fase. Congresso Nacional aprovou crédito de R\$ 85 mi para ações pela candidatura. Definição: 2out/09.
- Copa do Mundo 2014: assinado acordo de cooperação com Abdib<sup>1</sup> e CBF<sup>2</sup> para mapear investimentos necessários em 18 cidades e respaldar decisão final da Fifa.

### **Inclusão social pelo esporte**

- Segundo Tempo (desde 2003): democratizar prática esportiva por meio de vivência e iniciação realizadas no contraturno escolar. Público-alvo: crianças, adolescentes e jovens expostos a risco social. Assinados 708 convênios (1.660 municípios, três milhões de beneficiados até 9jul/08).
- Pintando a Liberdade (desde 1999): ressocialização e profissionalização de presos na confecção de materiais esportivos, mediante remuneração e redução de pena. Desde 2003 beneficiou 12,7 mil detentos, passou de 16 para 73 unidades prisionais, com 1,76 milhão de itens de materiais esportivos produzidos.
- Pintando a Cidadania (desde 2004): inclusão social em comunidades carentes e ingresso no mercado de trabalho em fábricas de materiais esportivos. Beneficiou 1.873 pessoas. Produzidos 3,49 milhões de itens em 23 unidades de produção.
- Esporte e Lazer na Cidade (desde 2003): pesquisa, gestão compartilhada e ações educativas de esporte e lazer. Em 2008, 42 processos em chamada pública e 67 via emendas parlamentares (para 1,3 milhão de pessoas); mais 85 no âmbito do Pronasci (800 mil jovens de 15 a 24 anos). 46 pesquisas em andamento.
- Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (lançado em 25ago/08).
- Promoção e apoio a eventos científicos e de qualificação de gestores.

### **Lei de Incentivo ao Esporte – 11.438/06**

- Benefícios fiscais a pessoas físicas e jurídicas em contrapartida a estímulo ao esporte por meio de patrocínio/doação.

Mais informações: [portal.esporte.gov.br](http://portal.esporte.gov.br)

1 Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base.

2 Confederação Brasileira de Futebol.



# SAÚDE NA ESCOLA

***Alunos da rede pública terão atenção integral à saúde; programa distribuirá óculos e próteses auditivas e fará atendimento odontológico***

## **Lançado em 4 de setembro de 2008**

- Atuação das equipes de Saúde da Família para promoção da atenção integral à saúde dos alunos da rede pública de ensino: fundamental, médio, educação profissional e tecnológica e educação de jovens e adultos.
- Parceria entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação.

## **Metas**

- 2 milhões de alunos de 699 municípios<sup>1</sup> em 2008; 26 milhões de alunos<sup>2</sup> até 2011.
- 5 milhões de consultas oftalmológicas; fornecimento de 460 mil óculos; 800 mil avaliações auditivas e fornecimento de 33 mil próteses auditivas até 2011.

## **Investimentos 2008 – R\$ 88 mi**

- Ministério da Saúde: R\$ 45 mi. Ministério da Educação: R\$ 43 mi.

## **Componentes do programa**

- Avaliação das condições de saúde: avaliação clínica e psicossocial, oftalmológica, auditiva, nutricional e de saúde bucal; atualização de calendário vacinal; detecção precoce de hipertensão arterial.
- Promoção de saúde e prevenção: segurança alimentar e alimentação saudável; práticas corporais e atividade física; saúde sexual, reprodutiva e prevenção de DST/aids, gravidez na adolescência, uso de álcool, tabaco e outras drogas; cultura de paz e contra a violência.
- Educação permanente e capacitação dos profissionais e de jovens: formação pela Universidade Aberta do Brasil (UAB), em interface com Núcleos de Telessaúde do Ministério da Saúde.
- Monitoramento e avaliação da saúde dos estudantes: Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), em parceria com IBGE, nas 27 capitais; encarte Saúde no Censo Escolar (Censo da Educação Básica) com cinco questões ligadas mais diretamente ao tema de DST/aids.

## **Participação da família**

- Acompanhamento das ações por comissão intersetorial de educação e de saúde, formada por pais, professores e representantes da saúde.
- Crianças, jovens e seus pais informados sobre importância da prevenção da saúde e benefícios. Incentivos à adoção de hábitos de alimentação e vida saudáveis e realização de exames de prevenção nas escolas.

Mais informações: [portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id\\_area=124](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/area.cfm?id_area=124)

1 As escolas foram definidas por meio de cruzamento entre 1.242 municípios prioritários do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE e os municípios com cobertura de 100% do programa Saúde da Família, resultando em lista de 647 municípios. Além destes, serão contempladas 2.050 escolas localizadas em 52 municípios do Programa Mais Educação, que são capitais e grandes cidades de regiões metropolitanas. A realização da meta dependerá da adesão de estados e municípios.

2 Esta meta representa cerca de 60% dos alunos matriculados em 2006, segundo o Censo Escolar do MEC.

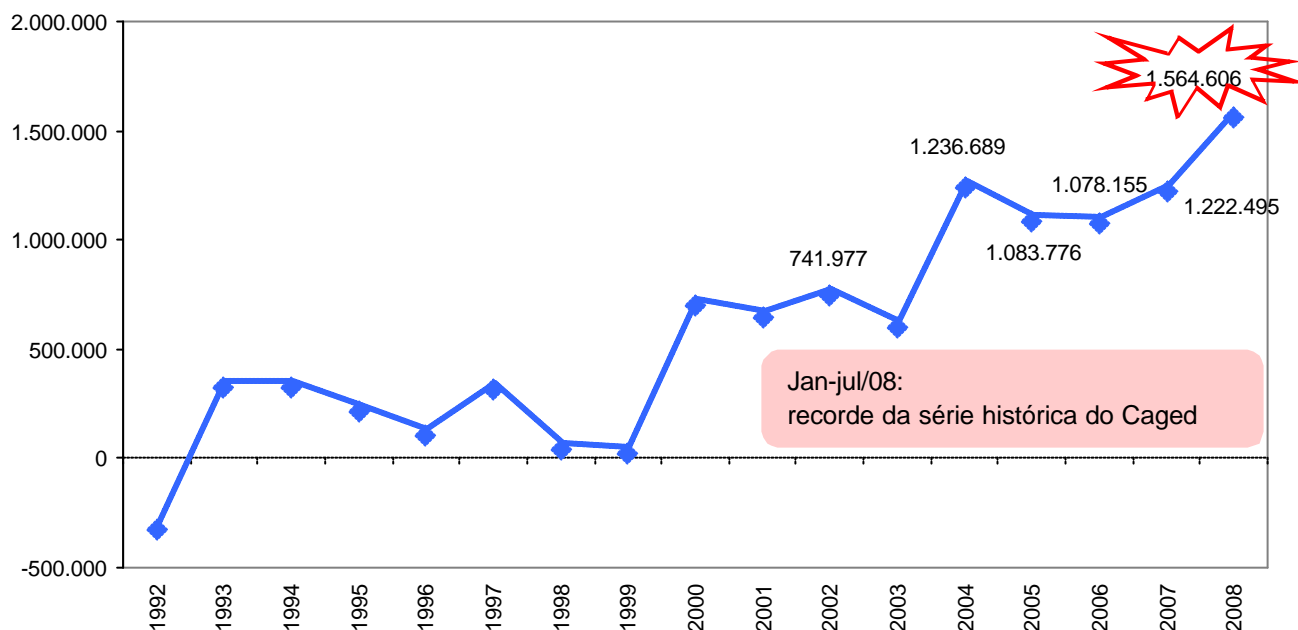
# EMPREGO

**Crescimento da economia gera oportunidade de trabalho para quase 12 milhões de brasileiros**

## Recordes sucessivos na geração de empregos formais

- Jul/08: criados 203.218 postos de trabalho com carteira assinada. **Melhor resultado da série histórica do Caged** para meses de julho; 60% superior a jul/07 (+ 126.992 postos).
- Recorde histórico também em 2008** (jan-jul/08): 1.564.606 novos postos (27% acima do recorde anterior verificado em 2004 (+1.236.689 postos)).

### Brasil - Comportamento do Emprego Formal Segundo o CAGED Período: Janeiro a Julho de 1992 a 2008

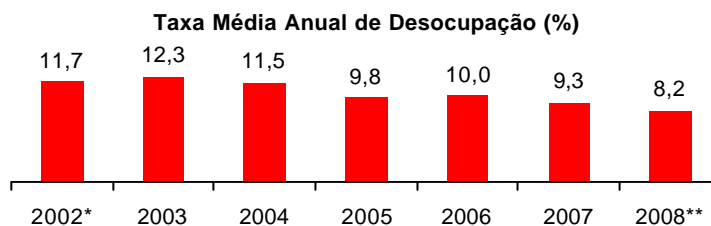


Fonte: CAGED - LEI Nº 4.923/65 - MTE

- Crescimento atinge todos os setores. Destaques:
  - Agropecuária: +272 mil empregos em 2008 (jan-jul); +18% ante mesmo período de 2007.
  - Construção civil: +232 mil empregos em 2008 (jan-jul); +15% ante mesmo período de 2007 e 42% superior ao recorde anterior para o mês, ocorrido em 2006.
- Governo Lula (jan/03-jul/08): criados 9.653.334 novos postos formais de trabalho<sup>2</sup> e 11.741.998 oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais)<sup>3</sup>.

## Recorde também na redução do desemprego

- A taxa média anual de desocupação em 2008, nas seis regiões metropolitanas pesquisadas<sup>4</sup>: **8,2%**. Menor taxa desde o início da série histórica em 2002.



Fonte: IBGE. \* A partir de março. \*\* Até julho.

1 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. [www.mte.gov.br](http://www.mte.gov.br)

2 Segundo os dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais) e do Caged.

3 Estimativa a partir de dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2003-06) e do Caged (2007-08).

4 Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Fonte: IBGE.

# PREVIDÊNCIA SOCIAL

**Déficit continua em queda e atendimento melhora. Primeira parcela do abono de Natal já começou a ser paga**

## Realizações e avanços para cidadãos

- **Abono de Natal: paga, em 25ago/08, primeira parcela do 13º salário aos beneficiários do INSS<sup>1</sup>. Mais de 22 milhões beneficiados com R\$ 7 bi.**
- **Rurais: acordo entre INSS e Contag<sup>2</sup> permitirá que seja feito pela internet agendamento coletivo de trabalhadores rurais em agências da Previdência, o que facilitará deslocamento dos trabalhadores. Serviço também está disponível para sindicatos, entidades de classe e empresas que tenham convênios com o INSS.**
- **Simples Nacional: Câmara dos Deputados aprovou, em 13ago/08, emenda substitutiva ao Projeto de Lei Complementar 2/07, criando figura do microempreendedor individual<sup>3</sup>.**
- **Consignado: Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS) decidiu manter taxa de juros em, no máximo, 2,5% ao mês. Aumento era reivindicado pelos bancos.**
- **Contracheque semestral: INSS já está enviando, via Correios, para cerca de 25 milhões de beneficiários. Comprovante é referente ao 1ºsem/08.**
- **Previdência e Tribunal Regional Federal da 5ª Região (TRF 5)<sup>4</sup> começaram esforço de conciliação: dos 15 mil processos, 40% deverão ser objeto de conciliação.**

## Balanço de jul/08

- **Arrecadação líquida de R\$ 13,2 bi é recorde histórico.** Resultado é 1,6% maior que jun/08 e 9,9% maior que jul/07.
- **Déficit: caiu 24,4% ante jun/08 (de R\$ 2,9 bi para R\$ 2,2 bi) e 37% ante jul/07 (R\$ 3,5 bi para R\$ 2,2 bi). Acumulado/ano: R\$ 20,8 bi (menor 20,1% ante mesmo período de 2007).**
- **Bom comportamento do mercado de trabalho, crescimento da formalização e medidas de gestão têm permitido que arrecadação cresça mais que despesas.**
- **Regime Geral Urbano apresentou superávits no mês: de R\$ 461,3 mi na contabilidade tradicional e de R\$ 1,5 bi no novo modelo,** que considera renúncia fiscal (filantropia, benefícios rurais e Simples) como receita coberta pelo Tesouro. No acumulado do ano, pela contabilidade tradicional, Regime Geral Urbano apresentou déficit de R\$ 1,9 bi; pela nova contabilidade, superávit de R\$ 5,8 bi.

## Balanço 2007

- **Déficit anual tem 1ª queda desde 1996: necessidade de financiamento caiu de 1,8% do PIB em 2006 para 1,75% em 2007 (R\$ 46 bi)<sup>5</sup>.**
- **Receitas cresceram em ritmo maior que despesas: arrecadação líquida cresceu 9,1% (R\$ 143,7 bi); despesas aumentaram 7,4% (R\$ 189,7 bi).**
- **Ampliação do trabalho formal, esforços na gestão de benefícios (auxílio-doença e censo previdenciário) e intensificação do combate às fraudes favoreceram diminuição do déficit.**

Mais informações: [www.previdencia.gov.br/pg\\_secundarias/previdencia\\_social\\_10.asp](http://www.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_10.asp)

1 Juntamente com os benefícios do mês de agosto, pagos até o 5º dia útil de setembro.

2 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

3 Segue ao Senado; aumentará inclusão previdenciária e permitirá concessão automática de benefícios, melhorando atendimento.

4 TRF 5 engloba os estados de Pernambuco, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Bahia e Sergipe.

5 Se descontado o efeito contábil da antecipação do pagamento de parte dos benefícios de jan/08 para dez/07, déficit seria ainda menor, de 1,62% do PIB. Em jan/08, déficit cresceu 30,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude do pagamento de sentenças judiciais, no valor de R\$ 2,4 bi.

# EXPORTAÇÕES

**Exportações brasileiras batem recordes sucessivos com diversificação de setores e destinos**

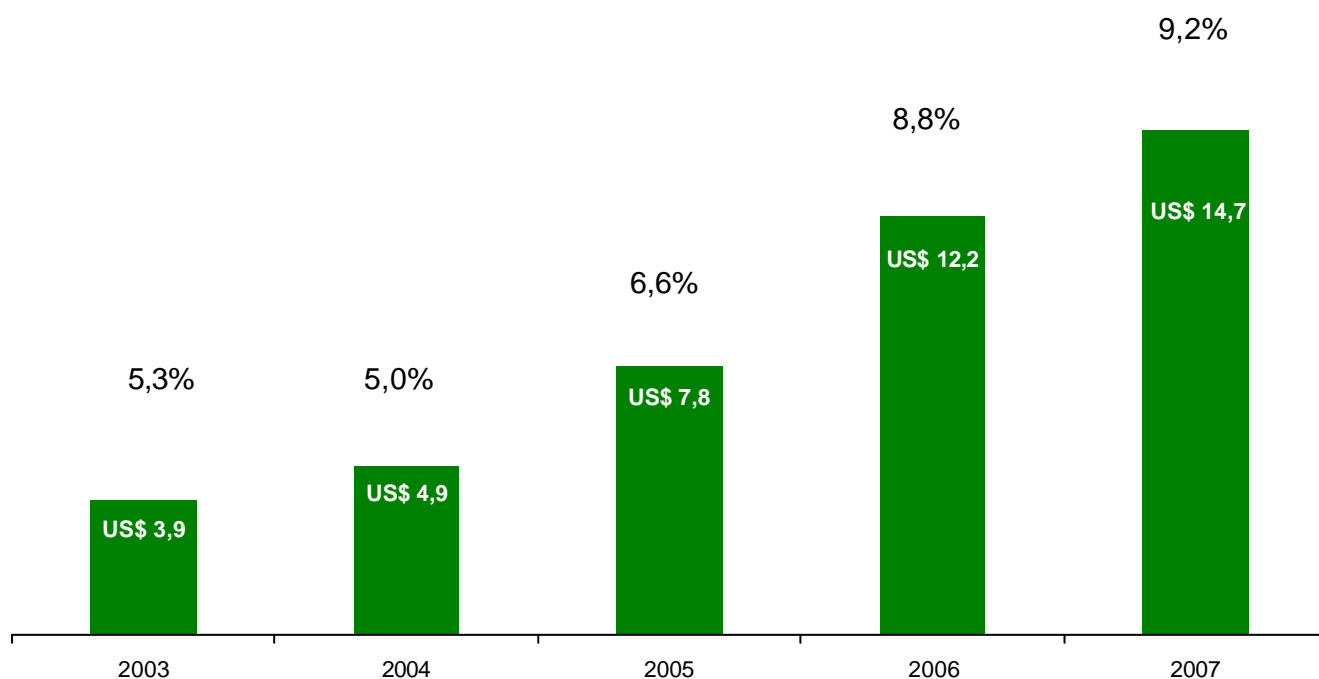
## Exportações brasileiras

- US\$ 19,7 bi em ago/08. Crescimento de 30,7% em relação a ago/07. Acumulado do ano (jan-ago/08): US\$ 130,8 bi, aumento de 27,7% em relação a mesmo período de 2007 e recorde histórico.
- Valor das exportações acumulado em 12 meses<sup>1</sup> também foi recorde histórico: US\$ 189,1 bilhões (+24,5% em relação a mesmo período de 2007).

## Exportações de petróleo, combustíveis nucleares e álcool<sup>2</sup>

- Participação das exportações de petróleo, combustíveis nucleares e álcool na pauta de exportação brasileira elevou-se de 5,3%, em 2003, para 9,2%, em 2007.
- Em 2003, 40,7% do total das exportações desses setores eram destinadas ao mercado norte-americano e 15,5% a outros países, como Bahamas e Índia. Em 2007, participação dos EUA foi de 27,2% e do mercado chileno passou para 9,5%.
- As exportações de óleos bruto e refinado de petróleo e álcool etílico<sup>3</sup> cresceram a taxas médias de 34% ao ano, a partir de 2003, e alcançaram US\$ 9,9 bi, no acumulado de janeiro a julho de 2008.

**Exportações brasileiras (US\$ bilhões) e participação sobre a pauta exportadora da extração e refino de petróleo, combustíveis nucleares e produção de álcool (2003 a 2007)**



Fonte: Secex/MDIC. Elaboração Apex-Brasil.

Mais informações: [www.apexbrasil.com.br/](http://www.apexbrasil.com.br/) ; [www.desenvolvimento.gov.br](http://www.desenvolvimento.gov.br)

<sup>1</sup> Set/07 a ago/08.

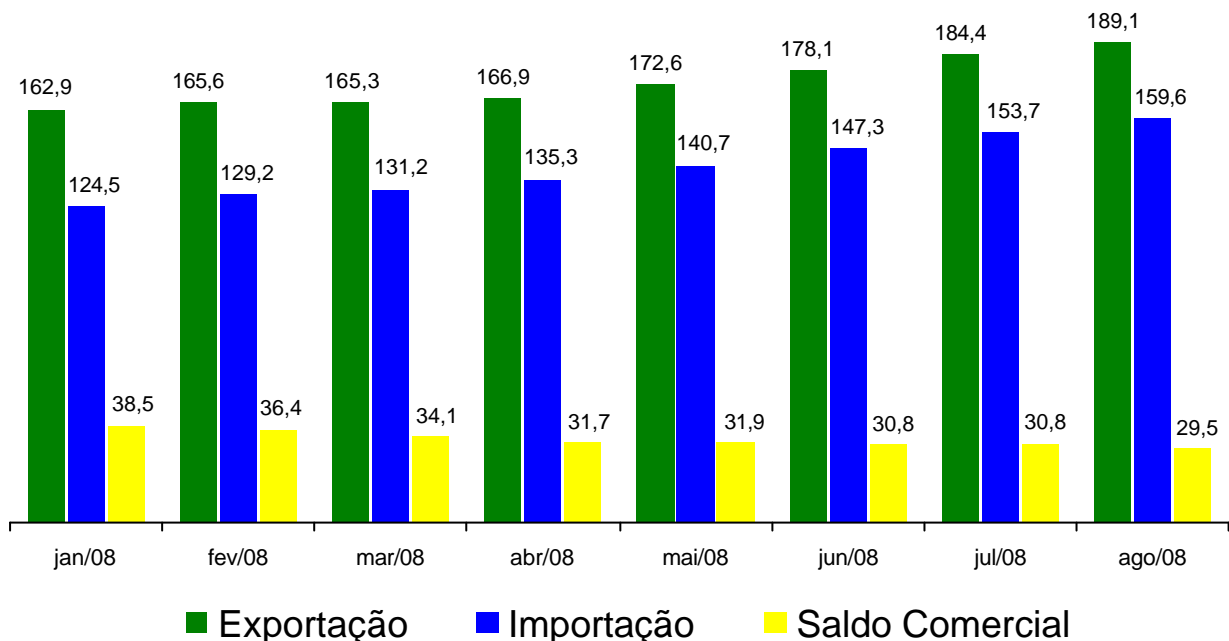
<sup>2</sup> A partir de agora, o Caderno Destaques publicará, a cada mês, um setor de destaque da pauta de exportações brasileiras.

<sup>3</sup> Estes itens representam 83% do total exportado pelo segmento de petróleo, combustíveis nucleares e álcool. Valor total das exportações do segmento somou US\$ 11,3 bi no acumulado de jan a jul/08.

# EXPORTAÇÕES

## Exportações, importações e saldo comercial

Valor das exportações, importações e saldo comercial do Brasil – acumulado em doze meses  
( US\$ bilhões)

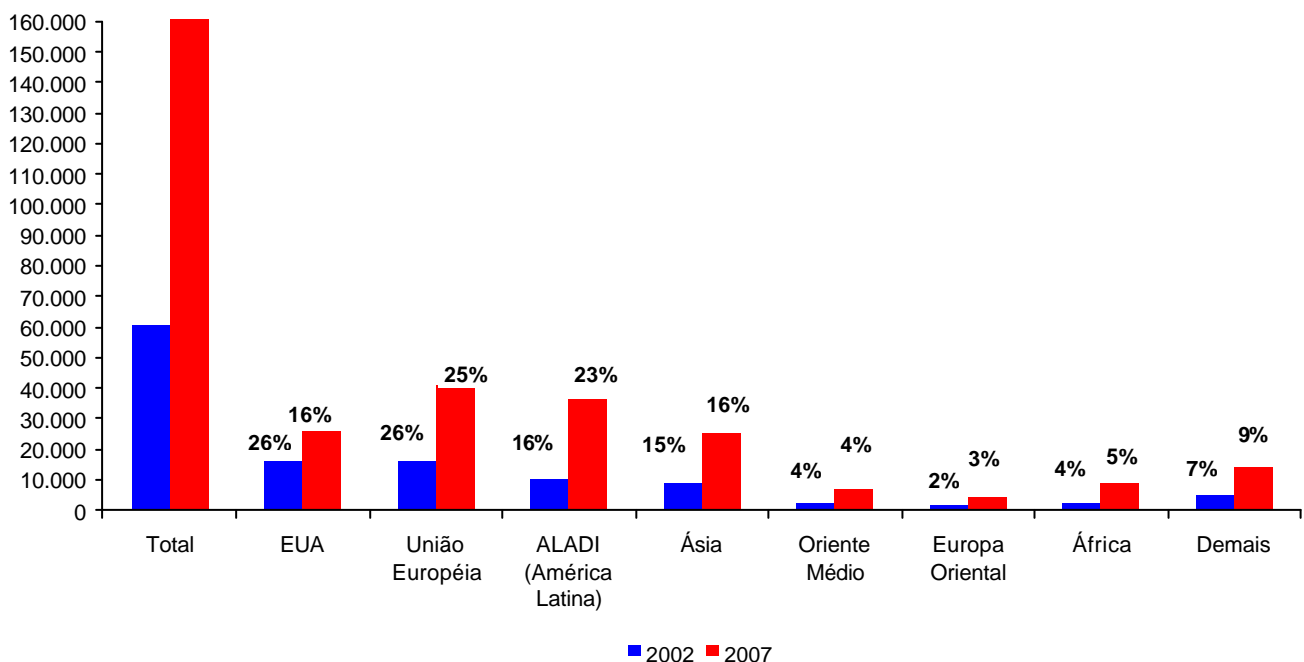


Fonte: Secex/MDIC. Elaboração Apex-Brasil.

## Exportações por bloco econômico

- Brasil aumenta exportações, mantém parceiros tradicionais e amplia volume de comércio com os demais.

Evolução das Exportações Brasileiras por Blocos Econômicos de Destino  
(em US\$ milhões FOB e participação de cada bloco em relação ao total das exportações)



Fonte: Fonte: Secex/MDIC.

# INFLAÇÃO E ALIMENTOS

**Preços dos alimentos e da cesta básica caem e reduzem ritmo de crescimento dos índices de inflação**

## Índices recentes apontam queda da inflação

- Dieese: em ago/08, cesta básica caiu em 15 das 16 capitais pesquisadas. Recife, Natal, Fortaleza e Rio de Janeiro tiveram quedas superiores a 10%. Todos os itens acompanhados apresentaram estabilidade ou retração na maioria das capitais.
- IPCA de ago/08 variou 0,28%: menos 0,25 p.p. em relação a jul/08 (0,53%). Grupo Alimentação e Bebidas – com variação negativa de 0,18% – foi principal responsável por redução do ritmo de crescimento do índice. Tomate (-36,91%), batata inglesa (-6,55%) e feijão mulatinho (-6,46%) tiveram maiores quedas.

## Ações macroeconômicas de combate à inflação

- Estímulo ao investimento: PAC e Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP).
- Três aumentos consecutivos da taxa básica de juros (Selic): de 11,25% a 13% aa<sup>1</sup>.
- Aumento da meta de resultado primário: de 3,8% para 4,3% do PIB.
- Ação setorial: restrições ao crédito ao consumidor (IOF compulsório sobre leasing).

## Medidas para conter preço de alimentos e aumentar produção

- Liberalização de importações (ampliação da lista de exceção – imposto de importação).
- Cide: redução da alíquota de importação e comercialização de gasolina e diesel<sup>2</sup>.
- Redução a zero da alíquota de PIS/Cofins de trigo, farinha de trigo e pão comum e de adubos, fertilizantes, defensivos e outros produtos.
- Arroz: Conab<sup>3</sup> continua comercializando produto para controlar preço. Mais três leilões de 50 mil toneladas cada realizados a partir de 16set/08.
- Instrumentos de apoio à agropecuária:
  - Reestruturação das dívidas dos produtores rurais<sup>4</sup>, da ordem de R\$ 75 bi, que permitirá recuperação da renda agrícola e aumento de produção.
  - Safra 2008-09 – R\$ 78 bilhões: R\$ 65 bi para a agricultura empresarial e R\$ 13 bi para a familiar.
  - Programa Mais Alimentos – Ver pág. 43.

## Poder de compra do salário mínimo – jan/03 a ago/08

Item cesta básica	Preço nominal (em R\$)		Poder aquisitivo do s.m.	
	Jan/2003	Ago/2008	Jan/2003	Ago/2008
Salário mínimo	200,00	415,00	-	-
Cesta Básica	143,50	207,88	1,4 cesta	2 cestas
Arroz (kg)	1,74	2,21	115 kg	188 kg
Feijão (kg)	2,73	4,73	73 kg	88 kg
Carne (kg)	7,34	11,69	27 kg	36 kg
Pão (kg)	4,37	5,87	46 kg	71 kg
Leite (litros)	1,12	1,70	179 litros	244 litros
Óleo (litros)	2,73	3,16	73 litros	131 litros

Fonte: Dieese e Ipeadata.

1 0,5 p.p em 16abr/08; 0,5 p.p. em 4jun/08 e 0,75 p.p. em 23jul/08.

2 Cide – Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Dec. 6.446, 2mai/08). Inclui correntes (derivados) dos produtos.

3 Companhia Nacional de Abastecimento.

4 Medida Provisória 432, de 27mai/08.

# AGRICULTURA E PECUÁRIA

**Equacionamento das dívidas, mais crédito e novos recordes de produção revelam dinamismo e apontam papel estratégico do setor**

## Crédito rural

- Volume triplicou: de R\$ 25 bi em 2002-03 para R\$ 78 bi em 2008-09. Destes, R\$ 65 bi destinados ao Plano Agrícola e Pecuário – PAP (agricultura empresarial), que contempla, entre outras medidas, custeio, investimento, seguro rural e política de preços mínimos – especialmente de alimentos como arroz, feijão, milho e trigo.

## Safra

- Últimos levantamentos apontam safras recordes: Conab<sup>1</sup> estima 143,87 milhões de toneladas de grãos na safra 2007/08 (+9,2% em relação à safra anterior)<sup>2</sup>; e IBGE prevê 145,1 milhões de toneladas para safra 2008 (+9% em relação à de 2007).

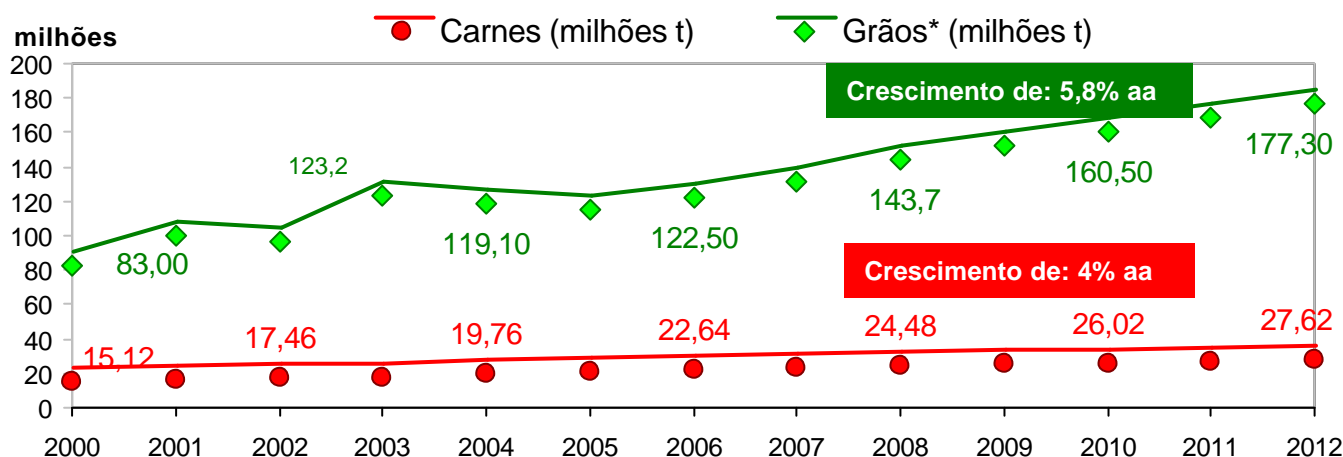
## Recordes da balança comercial do agronegócio

- 2007 – recorde histórico: exportação de US\$ 58,4 bi e saldo de US\$ 49,7 bi<sup>3</sup>.
- 2008 – estimativa: exportação US\$ 74 bi e saldo US\$ 62 bi (+25% contra 2007).

## Carne bovina

- Jul/08: MS declarado área livre de aftosa com vacinação pela Organização Mundial de Saúde Animal. Agora são 16 estados e três regiões reconhecidas<sup>4</sup>.
- Exportações totalizaram US\$ 11,3 bi em 2007, 30,7% superior a 2006 (*in natura* foram US\$ 3,5 bi em 2007, valor 11,2% superior a 2006).

Produção Brasileira de Grãos e Carnes em 2000 – 2012



Fonte: AGE/MAPA \* 2009 – 2012 projeção.

## Outras medidas

- Endividamento: reestruturação de R\$ 75 bi do total estimado em R\$ 87,5 bi (MP 432, de 27mai/08). Medida tem potencial de atender 2,8 milhões de contratos.
- Fundo de Catástrofe do Seguro Rural – projeto encaminhado ao Congresso: instrumento de resseguro em caso de ocorrência de catástrofes climáticas.
- Dec. 6.464 (27mai/08) – cria adidos agrícolas junto a missões brasileiras no exterior. Participarão de negociações em assuntos sanitários e fitossanitários.
- Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar: concluído em ago/08. Até out/08, governo deve anunciar política para o plantio da cana nos próximos 20 anos.

1 Companhia Nacional de Abastecimento: [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br)

2 Resultado poderá ser alterado com a colheita do milho safrinha do Nordeste que será finalizada neste mês.

3 Desempenho decorreu de crescimento da economia mundial e aumento de preços de importantes commodities exportadas.

4 MS, RS, SC, PR, SP, MG, RJ, ES, BA, SE, GO, TO, MT, RO, AC, DF, região centro-sul do Pará e dois municípios do AM.

# DESMATAMENTO E AQUECIMENTO

**Ações concretas que geram resultados efetivos são a marca da política ambiental brasileira**

## Combate ao desmatamento na Amazônia

- **Índice do desmatamento (dados preliminares): queda de 62,8% em jul/08 ante jun/08.** De ago/04 a jul/07: queda de 59% (27,4 mil km<sup>2</sup> para 11,5 mil km<sup>2</sup>)<sup>1</sup>.
- Novas normas legais dão instrumentos ao governo para aumentar fiscalização:
  - Lei de crimes ambientais regulamentada, possibilita medidas imediatas (embargo, suspensão, apreensão, destruição e demolição) e atualiza valor de multas.
  - Decretos proíbem definitivamente o abate de mogno e criam Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques<sup>2</sup>.
  - Exigência de regularidade ambiental e fundiária para crédito rural na região em vigência desde 1ºjul/08<sup>3</sup>.
- Operação Arco Verde<sup>4</sup>: penhor florestal como garantia do crédito rural; juros de apenas 4% para operações florestais de regularização e recuperação de reservas legais; inclusão de produtos extrativistas na Política de Garantia de Preços Mínimos.
- Criado Fundo Amazônia (1ºago/08), para captar doações internacionais e privadas em apoio a ações de proteção.
- Apreensão e leilão de 3.046 cabeças de gado em Unidades de Conservação.

## Desenvolvimento Florestal

- Investimentos em assistência técnica, capacitação e mais crédito ampliaram área de plantio florestal, de 320 mil ha (2002) para 627 mil ha (2006).
- Entre 2006-2007, plantadas mais de um bilhão de árvores e cadastrados 210 milhões de hectares de florestas públicas. Publicado 1º Plano Anual de Outorga Florestal; 1º Edital de Concessão Florestal – licitação em andamento.
- Homologada e adjudicada primeira concessão de floresta pública federal (Jamari – RO).

## Política Nacional sobre Mudança do Clima

- Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM) prepara primeira versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, para consulta pública.
- Estratégia para reduzir emissões e promover remoção de gases do efeito estufa e adaptação a impactos (positivos e negativos) das mudanças climáticas.
- PL 3.535/08, enviado ao Congresso: institui Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- PL 3.820/08, enviado ao Congresso: altera arts. 6º e 50 da Lei 9.478/97, que dispõe sobre política energética nacional e atividades relativas a monopólio do petróleo, institui Conselho Nacional de Política Energética e Agência Nacional do Petróleo e cria Fundo Nacional sobre Mudança do Clima – FNMC.

## Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia

- Expandidas em 26,7% de 2003 a ago/08, com criação de 63 unidades (250.612 km<sup>2</sup>). São 299 UC's federais (755.508 km<sup>2</sup>), 9% do território brasileiro.

<sup>1</sup> Ver gráfico na página seguinte.

<sup>2</sup> Decreto 6.477, de 5jun/08, que altera artigo 3º do Decreto 4.722 e Decreto 6.515/08, respectivamente.

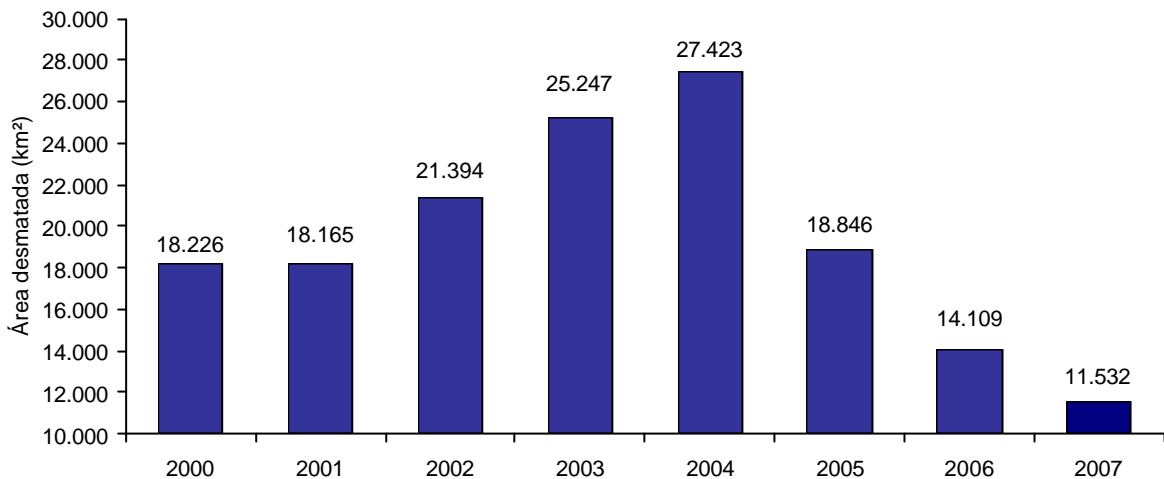
<sup>3</sup> Resolução 3.545/08 do Conselho Monetário Nacional.

<sup>4</sup> Anunciada no lançamento do Plano Amazônia Sustentável, em 8mai/08. Dois eixos de ação voltados aos 36 municípios que mais desmatam na Amazônia: medidas emergenciais e agenda de transição para a sustentabilidade.



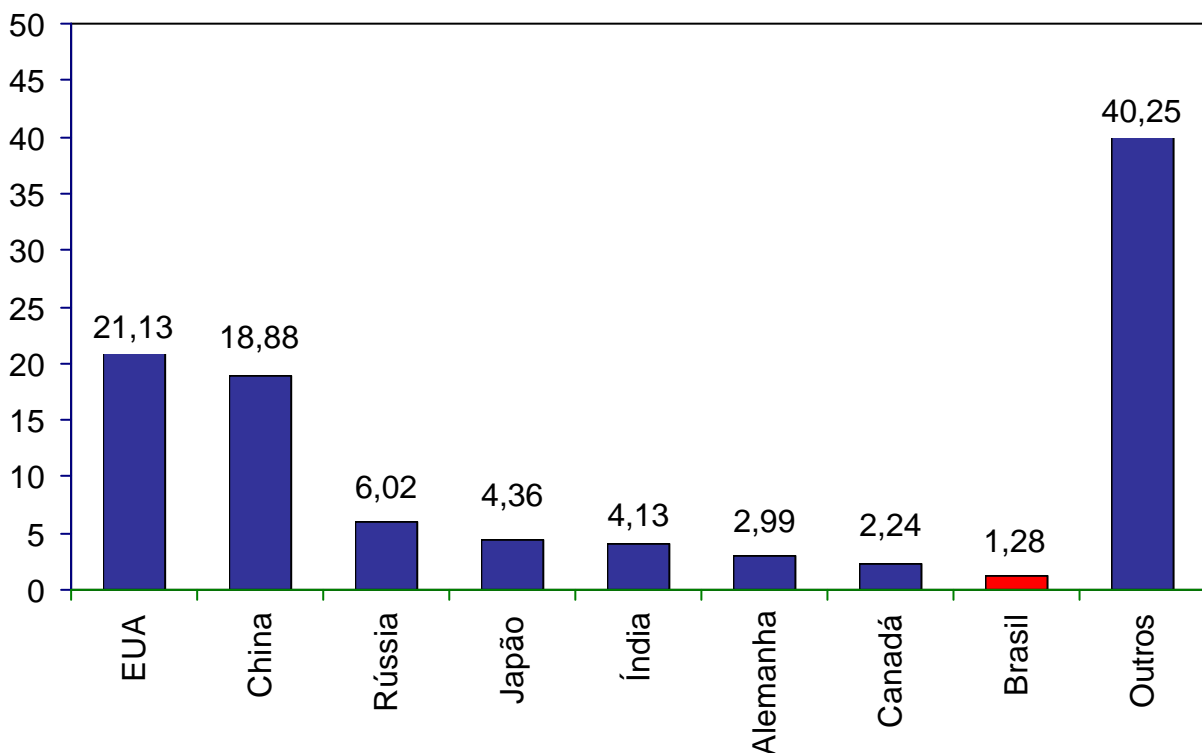
# DESMATAMENTO E AQUECIMENTO

## Desmatamento na Amazônia Legal 2000-2007<sup>1</sup>



\* Dados de 2007 sujeitos à revisão final. Fonte: Prodes/Inpe.

## Emissões de CO2 em 2005



Fonte: Embrapa.

Mais informações: <http://www.mma.gov.br/> e <http://www.inpe.br/>

1 Elaborado a partir de dados obtidos em [www.obt.inpe.br/prodes/prodes\\_1988\\_2007.htm](http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes_1988_2007.htm), em 5set/08.

# COMBUSTÍVEIS

***Início da exploração do pré-sal é resultado do investimento contínuo para ampliar produção de petróleo e gás e garantir segurança energética***

## **Petróleo – resultados 2008**

- Iniciada, em 2set/08, produção (P-34) do Pré-Sal no campo de Jubarte (ES). Pronunciamento do Presidente Lula em 7set/08. Ver pág. 67.
- Descoberta, em ago/08, nova acumulação de petróleo do Pré-Sal da Bacia de Santos, “poço Iara”, no bloco BM-S-11, mesma área exploratória do poço Tupi.
- Conclusão das obras do HBio<sup>1</sup> nas refinarias Regap, Repar, Refap e Replan<sup>2</sup>.
- Conclusão, em jun/08, da unidade de Coque da Reduc (Reduc – Conversão).
- Petroquímica Paulínia: entrada em operação em abr/08.
- Início de obras: Petroquímica Suape (PE), jan/08; Lubnor e Comperj (RJ), mar/08; P-56, no estaleiro BrasFels-Angra, em fev/08.
- Perspectiva 2008: conclusão das plataformas P-51<sup>3</sup> e P-53<sup>4</sup> até o 4ºtri/08.

## **Gás – resultados 2008**

- Iniciada produção dos campos de Manati, BA (jan/08) e Peroá II, ES (fev/08).
- Descoberta de Júpiter, na Bacia de Santos (grande jazida de gás natural e condensado, de dimensão ainda não delimitada).
- Fev/08: em operação gasoduto Cabiúnas (RJ)–Vitória (ES), com 303 km de extensão.
- Mai/08: iniciadas obras do gasoduto Cacimbas (ES)–Catu (BA), com 954 km; em jun/08, obras do gasoduto Japeri-Reduc (RJ), com 45 km; em jul/08, obras do gasoduto Caraguatatuba (SP) –Taubaté (SP), com 96 km e Gasduc III, com 183 km.
- Em jul/08, entrada em operação, em do gasoduto Campinas (SP) – Rio (trecho Taubaté-Japeri), com 247 km.
- Perspectivas 2008:
  - Operação do primeiro terminal de regaseificação de Gás Liquefeito Natural – Pecém (CE), em nov/08<sup>5</sup>.
  - Conclusão do terminal da Baía de Guanabara (RJ), em dez/08<sup>6</sup>.
  - Entrada em operação, em set/08, do Gasoduto Catu-Carmópolis (trecho Catu-Itaporanga), com 197 km. Início de obras de três gasodutos<sup>7</sup>.

## **Petróleo e gás**

- Conclusão de 12 dos 50 processos licitatórios, em 2008, para elaboração de projetos, fornecimento de materiais, construção e montagem de instalações e unidades industriais para exploração, produção e distribuição de petróleo, gás e derivados.

## **Biocombustíveis**

- Ver pág. 12.

Mais informações: <http://www.mme.gov.br/> e <http://www.anp.gov.br/>.

1 HBio – o “diesel verde”, é composto com 10% a 30% de óleos vegetais e diesel derivado do petróleo.

2 Obras na Replan deverão ser concluídas ainda no 1º sem/08. Nas demais refinarias as obras já estão concluídas.

3 A ser instalada no Campo Marlim Sul Módulo 1, na Bacia de Campos.

4 A ser instalada no Campo Marlim Leste, na Bacia de Campos.

5 Inaugurado em 20ago/08. Está em fase de testes (pré-operação). Começa a operar, efetivamente, em nov/08.

6 Em função de atraso na construção do píer do terminal de Guanabara, foi adiada a data de conclusão.

7 Gasodutos: Pilar – Ipojuca (187 km), Gasbel II (267 km) e Paulínia – Jacutinga (93 km). Os gasodutos Gasan e Gaspal tiveram atrasos no licenciamento ambiental, razão pela qual o início das obras está atrasado.

# ENERGIA ELÉTRICA

**Reestruturação do setor garante fornecimento de energia à sociedade e dá suporte ao crescimento econômico**

## Medidas para não faltar energia<sup>1</sup>

- Novo modelo para setor elétrico (Leis 10.871/04 e 11.097/05).
- Retomada do planejamento: criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE<sup>2</sup> – e elaboração dos Planos Nacionais e Decenais de Energia e da Matriz Energética Nacional.
- Criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE<sup>3</sup>
- Instituição de leilão para contratação de energia, com celebração de contratos com duração de 15 anos para UTE e de 30 anos para UHE.
- Realização do 1º leilão de energia reserva<sup>4</sup> em 14ago/08, com a contratação de 31 UTEs movidas a biomassa, para início de suprimento em 2009 e 2010.

## Geração e transmissão

- Resultados obtidos: desde 2005, comercializados 12.808,4 MW médios<sup>5</sup>, em oito leilões. No leilão de 14ago/08, energia contratada atingiu 524,3 MW.
  - Geração: em 2008, agregados 870,5 MW ao sistema (até 31ago/08). Em 2007, agregados 4.028 MW. Transmissão: concluídos 1.974 km de linhas até 31ago/08.
- Perspectivas – geração: previsão de mais 2.101 MW, totalizando 2.972 MW em 2008; 5.160 MW em 2009; e 3.350 MW em 2010.
  - Linhas de Transmissão (LT) monitoradas: seis ações (1.480 km) a serem concluídas até 31dez/08. Em 2009, 24 ações (5.657 km).

## Reservatórios

- Atendimento energético do Sistema Interligado Nacional–SIN assegurado segundo critérios de segurança estabelecidos para o setor.
- Volumes acumulados ao final de ago/08 ficaram acima da Curva de Aversão a Risco – CAR, de acordo com o ONS<sup>6</sup>:
  - Regiões: SE/CO (10,4 pontos percentuais acima); NE: (34,4 p.p.); S:(49,0 p.p.).

## Argentina e Uruguai

- Argentina: desde 2004, Brasil supre energia de UTE. Em 2008, excepcionalmente, acordado suprimento de energia hidráulica, limitado a 500 MWmed e cláusula de devolução. Envio: de mai a ago/08; devolução: de set a nov/08<sup>7</sup>.
- Uruguai: desde 2004, Brasil também supre energia de UTE. Em 2008, acordado envio de energia hidráulica, limitado a 72 MWmed e cláusula de devolução. Envio: jul e ago/08; devolução: de set a nov/08<sup>8</sup>.

## Luz para Todos

- 8,4 milhões de pessoas beneficiadas (ago/08).

1 Principais siglas utilizadas: UTE – Usina termelétrica; UHE – Usina hidrelétrica; MW – megawatt.

2 Saiba mais: [www.epe.gov.br](http://www.epe.gov.br)

3 Ministro de Minas e Energia coordena. Participam: Operador Nacional do Sistema (ONS), EPE, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).

4 Para utilização quando nível dos reservatórios da UHE está baixo.

5 A geração de energia de uma usina varia em função dos níveis dos reservatórios ao longo do ano. MW médios são, portanto, a média dos períodos de maior e menor geração de energia.

6 ONS – Operador Nacional do Sistema. A Região Norte não possui CAR.

7 Resolução 3 do Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Até 31ago/08, devolução de energia atingiu 67,7%.

8 Resolução 5 do CNPE.

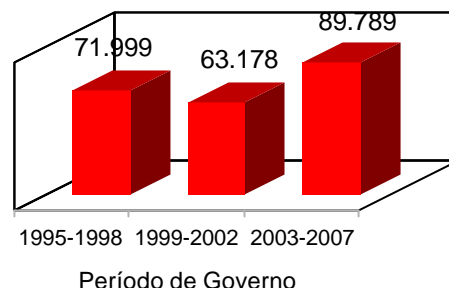
# REFORMA AGRÁRIA

**Apoio, crédito e assistência estimulam produção familiar e aumento da renda de assentados**

## Renda e cidadania

- De 2003 a 2007, criados 2,8 mil projetos de assentamento; incorporados cerca de 39 milhões de hectares e assentadas quase 450 mil famílias.
- Acesso a várias modalidades de crédito, que podem chegar a R\$ 23,3 mil por família.
- Assistência técnica chegou a mais de 555 mil famílias assentadas<sup>1</sup>.
- Habitação: de 2003 a 2007, construídas 216 mil casas. Meta 2008: construção de 60 mil casas e reforma de 40 mil.
- Educação: orçamento do Pronera<sup>2</sup> passou de R\$ 9 mi (2003) para R\$ 38 mi (2007). Resultado: 286 mil assentados alfabetizados, escolarizados e graduados no período.
- Em 2008, 24.730<sup>3</sup> assentados estudam:
  - Projetos de alfabetização e ensino fundamental: 19.320.
  - Nível médio profissionalizante: 3.354.
  - Graduação (Pedagogia, Geografia, História, Direito, Agronomia, etc.): 2.056.

**Média anual famílias assentadas**



Fonte: MDA.

## Meio Ambiente

- Obtidas 1.142 licenças prévias e de instalação e operação (jan/03 a ago/08).
- Meta 2008: solicitação de mais de duas mil licenças de imóveis para fins de reforma agrária e de projetos de assentamentos.

## Regularização fundiária em 2008

- Até final de 2008, mais de 30 mil pequenos agricultores vão receber títulos: dez mil no CE (cinco mil já entregues em ago/08); seis mil em MG; dez mil na área do canal de integração do Médio São Francisco; e cinco mil na faixa de fronteira, em 11 estados.
- Amazônia:
  - Retomados pela União 227 mil hectares na região de Manicoré/AM.
  - Georeferenciados 10,35 milhões de hectares de terras da União até ago/08. Meta 2008: 18 milhões de hectares.
  - Operação com o Exército, a partir de jul/08, na área da BR-163, sul do PA, levanta número de posseiros com direito legítimo às terras.
- R\$ 40 mi para regularizar áreas quilombolas (Programa Territórios da Cidadania).

## Fortalecimento do Incra

- Mais de 1.300 servidores concursados ingressaram no Incra em 2006 e 2007.

Mais informações: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br); [www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)

<sup>1</sup> Inclui ações de consolidação de assentamentos do PAC/Incra (Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária), Projeto Dom Helder Câmara e Pronaf "A".

<sup>2</sup> Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

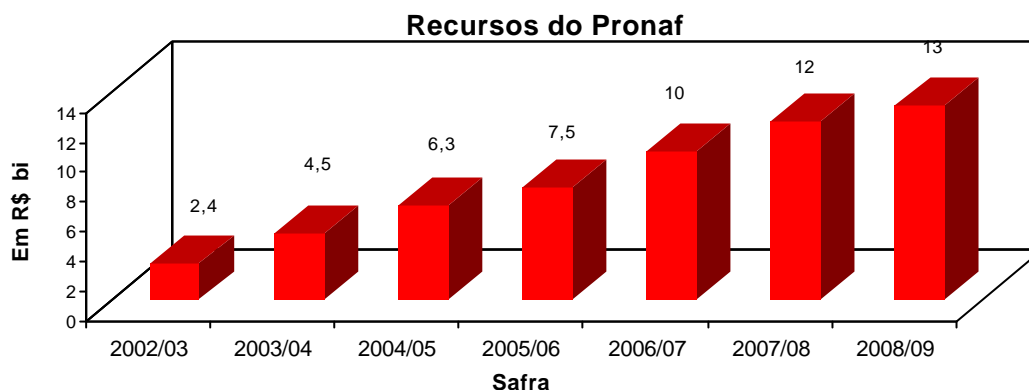
<sup>3</sup> O número de estudantes do Pronera foi reduzido em agosto devido à conclusão de cursos.

# MUDANÇA NO CAMPO

**Agricultura familiar, que já responde por 70% dos alimentos dos brasileiros, tem mais crédito, assistência e garantia para produzir**

## Agricultura familiar

- Recursos disponíveis para a Agricultura Familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cresceram mais de cinco vezes desde a safra 2002/2003: de R\$ 2,4 bi para **R\$ 13 bi em 2008/2009**.



Obs: safras 2006/07 a 2008/09 - recursos disponibilizados

- Assistência técnica: de 107 mil em 2003 para 1,2 milhão de agricultores em 2007.
- Criado o Seguro da Agricultura Familiar e ampliado o Garantia-Safra no semi-árido.
- Políticas de comercialização: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com R\$ 1,6 bi entre 2003 e 2007 e implantação da linha Pronaf Comercialização.
- Dívidas de produtores repactuadas (MP 432, 27mai/08). Há medidas específicas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária<sup>1</sup>.

## Destaques do Plano Safra 2008-09 da Agricultura Familiar

- Grupos C, D e E do Pronaf foram agrupados em categoria chamada “agricultura familiar”. Para financiamento de custeio, taxas de juros caíram para 1,5% a 5,5% ao ano (antes variavam de 3% a 5,5%). Nas operações de investimento, caíram para faixa de 1% a 5% (antes variavam de 2% a 5,5%).
- Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) para a produção de arroz, feijão, milho, trigo e mandioca – ampliado de R\$ 1,8 mil para até R\$ 2,5 mil por família.
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF): criado em 2006, cobre operações de crédito de custeio estabelecendo preço de garantia de alguns produtos, tendo por base custo de produção. Foi ampliado de 11 para 15 produtos<sup>2</sup> e adotará preços mais elevados para trigo, arroz, feijão, milho, mandioca e leite, protegendo produtor contra queda de preço.
- Linha de crédito específica para recuperação e manejo do solo, com financiamento de até R\$ 7 mil e juro de 1% ao ano.
- **Recursos para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): R\$ 397 mi, contra R\$ 168 mi em 2007.**

Mais informações: [www.mda.gov.br](http://www.mda.gov.br)

<sup>1</sup> Medida permitirá que 300 mil famílias regularizem financiamentos.

<sup>2</sup> Arroz, café, cará, castanha de caju, feijão, inhame, leite, mandioca, milho, tomate e soja; incluídos pimenta-do-reino, trigo, cebola e mamona.

# HABITAÇÃO

## Novos programas e ampliação de financiamentos beneficiam população de baixa renda e classe média

### Evolução dos recursos

- R\$ 82 bi em investimentos habitacionais de 2003 a 2007:
  - R\$ 44,3 bi de recursos federais, que beneficiaram cerca de 2,4 milhões de famílias, sendo 74,6% com renda até cinco salários mínimos.
  - R\$ 37,8 bi de investimentos privados: aumento de 700% no período.
- Em 2008, alocados R\$ 23,6 bi, sendo R\$ 7,2 bi de programas geridos pelo governo federal<sup>1</sup> que beneficiarão aproximadamente 520 mil famílias.

### Execução de jan/07 a ago/08

Fonte dos recursos*	Famílias beneficiadas	Valor repassado (R\$ mi)
FAR	23.290	735
FAT	52.048	622
FDS	11.380	196
FGTS	642.903	14.646
OGU	453.498	5.442
OGU/FNHIS	281.458	3.500
SBPE	359.046	34.656
<b>Total</b>	<b>1.823.623</b>	<b>59.796</b>

\* FAR – Fundo de Arrendamento Residencial; FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; FDS – Fundo de Desenvolvimento Social; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; OGU – Orçamento Geral da União; OGU/FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

### Programas para famílias de baixa renda

- Programa de Aceleração ao Crescimento – PAC (PPI<sup>2</sup> e FNHIS):
  - Em 2007, selecionados 295 projetos em 27 Estados e 117 municípios, no valor de R\$ 7,9 bi, sendo R\$ 5,4 bi do OGU e R\$ 2,5 bi de financiamento (FGTS/FAT) pelo PPI.
  - Em 2007 e 2008, selecionadas 3.068 ações em 27 Estados e 1.853 municípios, para receber recursos do FNHIS, com repasse total de R\$ 1,85 bi.

### Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE

- Em jul/08, operações e contratações pelos agentes do SBPE atingiram R\$ 3,4 bi, valor 115% maior que jul/07. Financiadas 34.718 unidades, acumulando 163.146 unidades no período de jan a jul/08, maior valor em 20 anos.
- Elevação de contratações deve-se, além do crescimento econômico e aumento da renda, a uma série de fatores: medidas legais, como a Lei 10.931/04 (trata do patrimônio de afetação nas incorporações imobiliárias) e Resolução do Conselho Monetário Nacional 3.177/04 (que, entre outras providências, aumenta a penalidade pela não aplicação de recursos da caderneta de poupança em operações de financiamento imobiliário).

Mais informações: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao>

1 Programa de Arrendamento Residencial (PAR); Programa Crédito Solidário; Carta de Crédito FGTS (Individual e Associativa); Apoio à Moradia; FNHIS; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e Pró-Moradia. Foram somados os valores da seleção do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social-FNHIS e do Pró-Moradia para 2008.

2 Programa Prioritário de Investimento.

# SANEAMENTO

## Retomada e ampliação dos investimentos em saneamento beneficiarão milhões de famílias

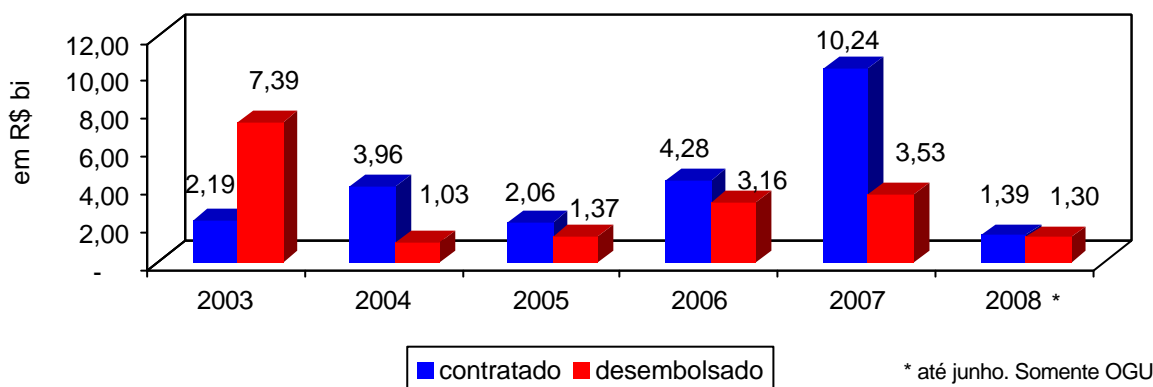
### Resultados 2008

- Destinados R\$ 5,67 bi em 2008 do OGU<sup>1</sup> – R\$ 3,04 bi para ações do PAC<sup>2</sup>.
- 1º sem/08: empenhados R\$ 1,39 bi e desembolsados R\$ 1,3 bi do OGU.
- PAC Saneamento: de 2007 a jul/08, contratados R\$ 19 bi (48% do OGU e 52% de financiamentos) para iniciativas nas modalidades abastecimento de água, esgotamento sanitário, saneamento integrado, manejo de águas pluviais, manejo de resíduos sólidos, desenvolvimento institucional, estudos e projetos. Iniciadas 317 obras.

### Resultados 2007

- Em 2007, destinados R\$ 10,4 bi<sup>3</sup>: R\$ 7,3 bi do OGU e R\$ 3,1 bi para financiamentos<sup>4</sup>.

Recursos Federais Comprometidos e Desembolsados com Iniciativas de Saneamento entre 2003 e jun/08



- Aumento de 79,1% ante a média de anos anteriores (2003-06): + 32,9% para recursos do OGU e + 17,7% de financiamentos.
- Dos R\$ 10,4 bi, comprometidos<sup>5</sup>, R\$ 10,2 bi<sup>6</sup> (+ 278% ante a média 2003-06), e desembolsados R\$ 3,5 bi<sup>7</sup> (+ 105% na mesma comparação).
- Estima-se que estes recursos comprometidos beneficiarão 2,8 milhões de famílias e irão gerar mais de 542 mil empregos.

### Obras

- Desembolsos realizados entre jan/03 e dez/07 permitiram concluir 5.463 obras em todo o país – investimentos da ordem de R\$ 1,8 bi.
- Em dez/07, havia 2.315 obras de saneamento em andamento apoiadas por recursos federais diretos/financiadas (carteira de investimentos de R\$ 7,7 bi).

1 Orçamento Geral da União. Recursos não onerosos oriundos da Lei Orçamentária Anual (LOA) e não prevêem retorno financeiro direto dos investimentos, pois os beneficiados não precisam ressarcir os cofres da União.

2 LOA 2008. R\$ 3,05 bi (R\$ 1,17 bi em rubricas do PAC) estão no orçamento do Ministério das Cidades.

3 Fonte: "Gasto Público em Saneamento Básico – Governo Federal e Fundos Financiadores, Relatório de Aplicações de 2007", Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Ministério das Cidades, disponível em [www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental/gasto-publico-em-saneamento/gasto-publico-em-saneamento](http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/saneamento-ambiental/gasto-publico-em-saneamento/gasto-publico-em-saneamento).

4 Recursos onerosos. Têm como fontes o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). São empréstimos de longo prazo concedidos a taxas de juros reduzidas.

5 Compromissos de gastos firmados, que expressam os contratos de financiamento onerosos e os empenhos no Orçamento Geral da União para os recursos não onerosos (sinalizam os investimentos futuros comprometidos).

6 48,2% oriundos de fontes não onerosas e 51% de fontes onerosas.

7 Gastos efetivamente realizados, condicionados, em sua maioria, à execução física das etapas dos empreendimentos.

# RELAÇÃO COM MUNICÍPIOS

***Cresce o Brasil, ganham os municípios; repasses aumentam, compromissos são cumpridos e relações dão salto de qualidade***

## **Mais recursos para os municípios já mudam a vida nas cidades**

- FPM<sup>1</sup>: 22,5% para 23,5% do IR/IPI. De R\$ 25,1bi (2004) para R\$ 34,6 bi (2007).
- ISS<sup>2</sup> passou a representar fatia mais significativa das receitas próprias municipais: de 40,3% (2004) para 45,1% (2006).
- Saúde: de R\$ 15,6 bi (2004) para R\$ 19 bi (2007).
- Salário-educação ampliado e repassado diretamente aos municípios: de R\$ 1,6 bi (2004) para R\$ 2,3 bi (2007).
- Transporte escolar: de R\$ 241,9 mi (2004) para R\$ 291,9 mi (2007).
- PAC: habitação (R\$ 1 bi para 1.053 municípios); saneamento (R\$ 12,5 bi para 976 projetos); Provias<sup>3</sup> (R\$ 500 mi do BNDES para financiar aquisição de máquinas).
- Agenda Social: Territórios da Cidadania (R\$ 12,9 bi, 958 municípios); Mais Cultura (R\$ 4,7 bi até 2010); PlanSeQ<sup>4</sup> Bolsa Família (185 mil beneficiários).
- Fundeb: valor-aluno do fundamental: R\$ 682,60 para R\$ 1.137,30 (2008)

## **Compromissos cumpridos preparam ciclo para novos governos municipais**

- PEC Reforma Tributária: proposta pactuada em “mesas federativas plenas” com Estados (Confaz<sup>5</sup>) e municípios (CAF<sup>6</sup>) e já enviada ao Congresso (ver pág. 38).
- ITR<sup>7</sup>: criado Comitê Gestor; estendido prazo para adesão (jan/09); novas regras facilitam opção por cobrança do tributo pelos municípios.
- Melhor atendimento: Sasf<sup>8</sup> e Salas das Prefeituras/Caixa (superintendências).
- Portal Único de Convênios: a partir de 1ºset/08, facilita acesso e aumenta transparência dos recursos. Capacitação de gestores municipais através de multiplicadores: [www.convenios.gov.br/portal](http://www.convenios.gov.br/portal).
- Apoio à transição governamental: publicação “Orientações aos gestores municipais em final de mandato”; portal com informações consolidadas para municípios: [wiki.planalto.gov.br/federativo](http://wiki.planalto.gov.br/federativo). Em nov/08, após eleições, serão lançados guia, catálogo e informações eletrônicas sobre PAC, PDE, Pronasci e Agenda Social para novos gestores.
- Transporte Escolar Rural: encaminhado ao Congresso PL com nova normatização da gestão do serviço.
- Lançamento da Agenda Nacional de Apoio à Gestão dos Municípios: conjunto de ações apresentado na X Marcha dos Prefeitos<sup>9</sup>, para melhorar a gestão.

1 Fundo de Participação dos Municípios. Valores corrigidos pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo a preços de dez/07.

2 Imposto Sobre Serviços (competência municipal).

3 Programa de Intervenções Viárias.

4 Plano Setorial de Qualificação.

5 Conselho Nacional de Política Fazendária.

6 Comitê de Articulação Federativa.

7 Imposto Territorial Rural.

8 Sistema de Assessoramento Federativo em cada órgão da administração pública federal.

9 Realizada em 15abr/08.



# RELAÇÃO COM ESTADOS

## ***Ampliação da capacidade de investimento dos estados e dos recursos federais fortalecem pacto federativo e combatem desigualdade regional***

### **Diálogo republicano garante aumento de investimentos estaduais**

- Criada Câmara de Conciliação Federativa, no âmbito da AGU<sup>1</sup>, para equacionar controvérsias jurídicas entre União e unidades da federação.
- Alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal para responsabilizar cada poder por seus gastos de pessoal. Proposta encaminhada ao Congresso.
- Compensações pela desoneração do ICMS nas exportações: R\$1,95 bi de repasse a título de auxílio financeiro para fomento às exportações em 2007<sup>2</sup>.
- Mesas federativas no CAF<sup>3</sup> com estados (Confaz<sup>4</sup>) e municípios acertaram proposta de reforma tributária enviada ao Congresso.
- Partilha do PIS e Cofins com estados. Reivindicação atendida na proposta de reforma tributária enviada ao Congresso.
- PEC<sup>5</sup> dos precatórios. Apoio do Governo à proposta da PEC 12/06 garantiu aprovação na CCJ do Senado.
- Revisão da Lei de Licitações. Governo encaminhou PL ao Congresso.
- Vários estados tiveram contratos do Plano de Ajuste Fiscal (PAF) negociados com o Ministério da Fazenda, resultando em maior espaço fiscal para possíveis financiamentos e investimentos.
- Refinanciamento da dívida dos estados com o mercado: Banco do Brasil.
- **Reuniões com 27 governadores e prefeitos das Regiões Metropolitanas estruturaram investimentos do PAC e garantem gerenciamento das ações.**
- PAC saneamento transferiu R\$ 12,7 bi para estados e municípios em 2007.
- Instalação do Foro Consultivo de Governadores e Prefeitos do Mercosul.

### **Programas pactuados fortalecem Política de Desenvolvimento Regional**

- Territórios da Cidadania: comitês estaduais articulados e instalados com governadores.
- Recriação da Sudam<sup>6</sup> e Sudene<sup>7</sup> – governadores como membros dos conselhos.
- Adesão de todos os estados ao PDE<sup>8</sup>. Fundeb e apoio a transporte escolar (PNATE) incorporam o ensino médio.
- Mais Cultura – R\$ 4,7 bi até 2010, em parceria com os governos estaduais.
- Participação do Presidente da República nos Fóruns de Governadores: Nordeste, Amazônia Legal.
- Organização do PlanSeQ<sup>9</sup> do Bolsa Família, que qualificará 185 mil beneficiários do programa para mercado de trabalho.
- BNDES autoriza agências estaduais de desenvolvimento a operar como agentes.
- Pronasci: contratados R\$ 500 mi para os estados em 27jun/08.

1 Advocacia Geral da União.

2 Medidas Provisórias 355 e 368.

3 Comitê de Articulação Federativa.

4 Conselho Nacional de Política Fazendária.

5 Proposta de Emenda à Constituição.

6 Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia.

7 Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

8 Plano de Desenvolvimento da Educação.

9 Plano Setorial de Qualificação.

# INTEGRAÇÃO NACIONAL

**Convergência da ação pública em benefício das regiões menos favorecidas reduz desigualdades regionais**

## Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)

- Decreto 6.047/2007 potencializa desenvolvimento, tendo como uma das estratégias o aproveitamento da diversidade regional brasileira.

## Pro-água<sup>1</sup>

- Pro-água Semi-árido 2003 a 2007:
  - 35 sistemas concluídos, nove em conclusão, dois em contratação. Valor investido: R\$ 390,7 mi. População atendida: 4,2 milhões.
- Pro-água Nacional 2008 - 2009 (em contratação):
  - 11 sistemas a implantar, cinco a ampliar e duas barragens de reservação a construir. Dois estudos de diagnóstico e preparação de novos projetos. Valor a investir (MI<sup>2</sup> e estados): R\$ 427,5 mi. Investimentos em cautelas ambientais: R\$ 8 mi. População beneficiária: 1,2 milhão de pessoas.

## Cooperação com a União Européia – Diálogo de Políticas Regionais

- Assinado memorando de entendimento (nov/07) para cooperação na área de gestão de políticas regionais e territoriais. Agenda de trabalho para 2008-11 será lançada em out/08, em Bruxelas.

## Fundos Constitucionais de Financiamento (FCO, FNE e FNO<sup>3</sup>)

- Em 2007, financiamentos contratados totalizaram R\$ 7,3 bi (mais 4,4% ante 2006), sendo R\$ 1,1 bi pelo FNO, R\$ 4,2 bi pelo FNE e R\$ 2 bi pelo FCO.
- No 1º sem/08, contratados R\$ 5,5 bi (mais 70,4% em relação ao 1º sem/07).

## Fundos Regionais de Desenvolvimento (FDA e FDNE<sup>4</sup>)

- Financiamentos de projetos de infra-estrutura (energia e transporte) e estruturadores por meio de aquisição de debêntures emitidas por empresas que podem ser convertidas em ações.
- Aprovados, de 2006 até jun/08, projetos que demandam R\$ 972 mi (R\$ 827 mi do FDA e R\$ 145 mi do FDNE). Destes, R\$ 726 mi já contratados pelo FDA (R\$ 475 mi já liberados) e R\$ 48 mi contratados pelo FDNE.

## Incentivos fiscais nas áreas de atuação da Sudam e da Sudene<sup>5</sup>

- Renúncia fiscal – IR de empresas de setores prioritários (2008) – estimada pela Receita Federal em R\$ 2,1 bi na área da Sudene e R\$ 1,6 bi na Sudam.
- Novas Sudam e Sudene: conselhos deliberativos instalados, respectivamente, em 30mai/08 e 30abr/08. PLC 119/2006, da nova Sudeco<sup>6</sup>, tramita no Senado Federal.

Mais informações: [www.integracao.gov.br](http://www.integracao.gov.br)

1 Programa faz parte do Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido.

2 Ministério da Integração Nacional.

3 Respectivamente, Fundos Constitucionais do Centro-Oeste, Nordeste e Norte.

4 Respectivamente, Fundos de Desenvolvimento da Amazônia e do Nordeste.

5 Respectivamente, Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste.

6 Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste.

## 4 – BIBLIOTECA: ESTUDOS, ARTIGOS, PESQUISAS E ANEXOS

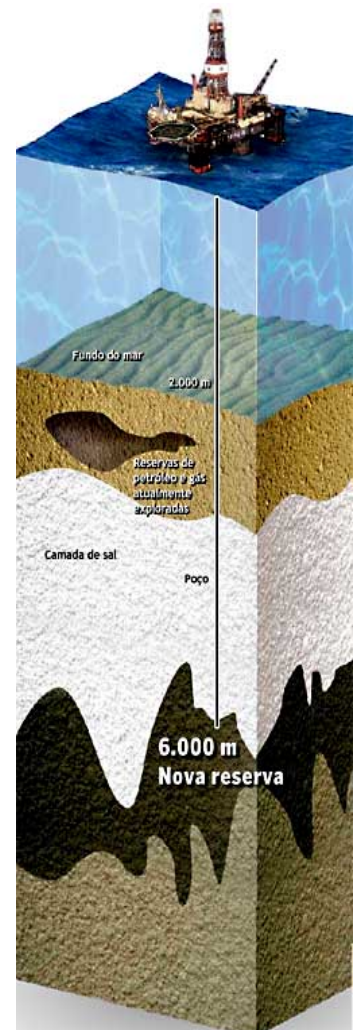
### Índice

Tema	Página
Pronunciamento do Presidente Lula sobre o pré-sal em 7 de Setembro	67
Apresentações da reunião ampliada da reunião do CDES de 28ago/08	69
Artigo: Josué de Castro Hoje – por Francisco Menezes	70
Estudo: Redução da Pobreza e da Indigência – Ipea	72
Mulheres: 2 anos da Lei Maria da Penha	73
Ambiente de Negócios	74
Conselhos e Conferências Nacionais – 2003 a 2008	78

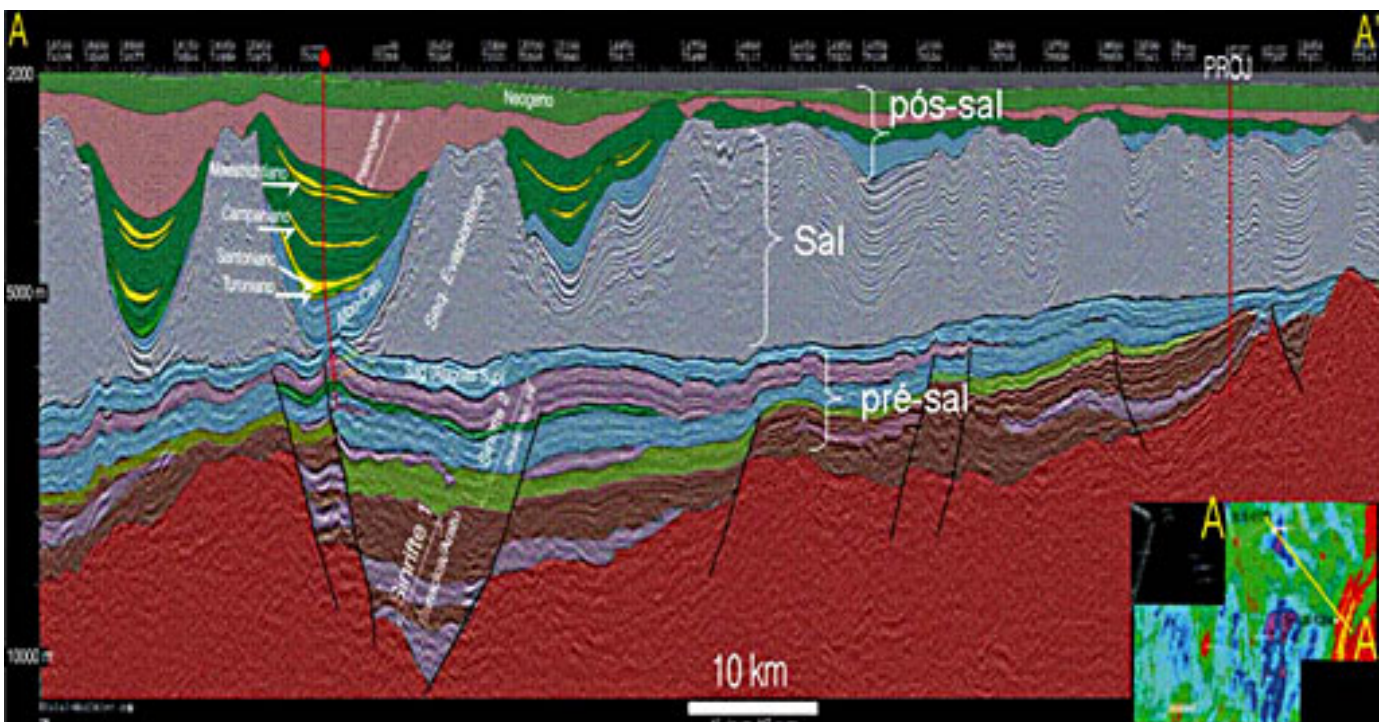
# 7 DE SETEMBRO

**“Já se pode dizer, com toda segurança, que o pré-sal colocará o Brasil entre os maiores produtores de petróleo e gás do mundo” – Presidente Lula**

- Novas descobertas na costa brasileira situam-se abaixo de uma extensa camada de sal.
- Estas ocorrências situam-se em águas profundas e ultra-profundas das bacias de Santos, Campos e do Espírito Santo.



O Estado de S. Paulo, 09/11/2007



Petrobrás, 09/09/2008

# 7 DE SETEMBRO

***Pronunciamento permite conhecer horizonte que se abre para o Brasil, com a descoberta da jazida de petróleo e gás na camada do pré-sal***

## **Pronunciamento do Senhor Presidente da República em 7set/08**

Queridas brasileiras e queridos brasileiros,

Feliz é o povo que, no dia de sua Independência, pode olhar com orgulho para o passado e com esperança para o futuro. Principalmente, quando essa esperança está firmada na realidade, e não é apenas um sonho vago e distante.

Neste 7 de Setembro, o Brasil não só vive um momento excelente, como está reunindo todas as condições para que as próximas décadas sejam muito melhores.

Eu tive o privilégio de ter um vislumbre deste futuro, em pleno mar aberto, na última terça-feira, na costa do Espírito Santo. Vi com os meus olhos e senti nas minhas mãos, na Plataforma P-34 da nossa querida Petrobrás, o petróleo que começou a ser produzido no pré-sal.

O que assisti ali – e faço questão de dividir esta emoção com vocês – foi o início de um dos enlaces mais simbólicos da vida deste País. A abertura de uma ponte direta entre riqueza natural e erradicação da pobreza. E fico muito feliz de explicar esta história para vocês, justamente no dia em que a gente comemora a nossa Independência.

O chamado pré-sal são jazidas gigantescas de petróleo e gás, situadas entre cinco e sete mil metros abaixo do nível do mar. Não se pode ainda dizer, com certeza, quantos bilhões de barris ela acrescentará às reservas brasileiras. Mas já se pode dizer, com toda segurança, que o pré-sal colocará o Brasil entre os maiores produtores de petróleo e gás do mundo.

Mas aqui começa a diferença: **os recursos das jazidas do pré-sal serão canalizados, prioritariamente, para a educação e a erradicação da pobreza.** Vamos aproveitar esta grande quantidade de recursos para pagar a imensa dívida que o nosso país tem com a educação.

Agindo dessa forma, estaremos dando um dos mais vigorosos passos da história para diminuir a pobreza no Brasil. E iremos transformar uma riqueza perecível, como o petróleo e o gás, em fonte de riqueza perene e inesgotável para o povo brasileiro.

Esta descoberta, que vai colocar o Brasil num novo patamar no cenário mundial, não seria possível sem a Petrobrás. E a exploração destas jazidas será mais um desafio tecnológico que esta empresa, que é o maior símbolo da criatividade e competência dos brasileiros, irá vencer.

Uma comissão de Ministros está estudando a melhor forma de exploração do pré-sal. Dei a ela algumas diretrizes.

# 7 DE SETEMBRO

Primeira: o Brasil não quer ser um mero exportador de óleo cru. Ao contrário, queremos agregar valor ao petróleo aqui dentro, exportando derivados, que valem mais. Vamos aproveitar a riqueza do petróleo, que Deus nos deu, para produzir mais riqueza ainda com o nosso trabalho.

Vamos constituir uma poderosa e sofisticada indústria petrolífera, consolidar o renascimento da nossa indústria naval e acelerar o desenvolvimento tecnológico da nossa petroquímica. Vamos reforçar a nossa Petrobrás.

Vamos encomendar – e produzir aqui dentro – milhares e milhares de equipamentos, gerando emprego, salário e renda para milhões de brasileiros. Só nos próximos anos serão construídas no Brasil cinco novas refinarias, dezenas de sondas e plataformas e centenas de navios.

Segunda diretriz: não vamos nos deslumbrar e sair por aí gastando o que ainda não temos ou torrando dinheiro em bobagens. O pré-sal é um passaporte para o futuro. Sua principal destinação, repito, deve ser a educação das novas gerações e o combate à pobreza. Vamos investir esses recursos naquilo que temos de mais precioso e promissor: nossos filhos e nossos netos.

Dentro de algumas semanas, a Comissão Interministerial me entregará suas sugestões e aí abriremos uma discussão ampla com a sociedade. Esse debate, decisivo para o futuro do nosso País, interessa de perto a todos os brasileiros. Queremos uma política energética voltada para a paz, o progresso e a solidariedade, e não para alimentar disputas e conflitos.

Quero dizer a vocês que a descoberta do pré-sal não poderia chegar em hora mais apropriada. O País vive o melhor momento econômico e social de sua história. Estamos assistindo ao coroamento de uma política exitosa de crescimento com distribuição de renda e inclusão social.

Vivemos, ao mesmo tempo, na era do maior movimento de ascensão social e na época do maior montante de investimentos da história do Brasil. É por isso que, a cada dia, mais brasileiros estão mais confiantes no país que estamos construindo: um Brasil maior para mais brasileiros.

Viva o Brasil!

Viva o 7 de Setembro!

Viva o povo brasileiro!

[www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pronunciamento070908@.doc](http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pronunciamento070908@.doc)

# REUNIÃO AMPLIADA DO CDES

*Um novo Brasil em construção, com crescimento econômico e ciclo inédito de investimentos públicos e privados, é tema do evento em 28ago/08*

## Discurso do Presidente da República

- Em reunião ampliada do CDES<sup>1</sup> (28ago/08), com mais de 500 convidados – entre conselheiros, empresários, políticos, autoridades e líderes da sociedade civil – Presidente Lula discursou sobre os investimentos que estão ocorrendo no Brasil, os novos recursos na área de energia e a melhoria da vida da população. Veja a íntegra do discurso:

[www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr843-2@.doc](http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr843-2@.doc)

[www.info.planalto.gov.br/media/audio/pronunciamento070908@.mp3](http://www.info.planalto.gov.br/media/audio/pronunciamento070908@.mp3)

## Discurso do Ministro José Múcio no CDES



- Ministro José Múcio fez a abertura da reunião ampliada. Veja a íntegra do discurso:

[www.cdes.gov.br/exec/documento/baixa\\_documento.php?p=f01200e46c415ddf55cdf53be343ed652ad50cbcbaf154e9f79df0f7734b318401c3d747e605ce9a3ecbb0f4af3cd002c601](http://www.cdes.gov.br/exec/documento/baixa_documento.php?p=f01200e46c415ddf55cdf53be343ed652ad50cbcbaf154e9f79df0f7734b318401c3d747e605ce9a3ecbb0f4af3cd002c601)

## Luciano Coutinho: investimentos no Brasil



- Presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES apresentou quadro dos projetos de investimento, informando que a taxa de investimento no Brasil tem crescido duas vezes acima da expansão do Produto Interno Bruto (PIB), e os aportes entre 2008 e 2011 devem chegar a R\$ 1,5 tri. Veja a íntegra da apresentação:

[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/Subsecretaria/arquivos/livretocdes.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/livretocdes.pdf)

## José Sérgio Gabrielli: Petrobras



- Presidente da Petrobras fez balanço dos investimentos anunciados pela estatal e apresentou as perspectivas de extração de petróleo e gás da camada pré-sal. Veja a íntegra da apresentação:

[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens\\_discursos/petrobras\\_gabrielli.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens_discursos/petrobras_gabrielli.pdf)

## Marcelo Neri: a nova classe média



- Chefe do Centro de Pesquisas Sociais da Fundação Getúlio Vargas-FGV apresentou estudo que revela crescimento da classe média brasileira e redução da desigualdade. Veja a apresentação e o artigo preparados por ele:

[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens\\_discursos/marcelonery\\_fgv.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens_discursos/marcelonery_fgv.pdf)

[www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens\\_discursos/artigo\\_marcelonery.pdf](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/Mensagens_discursos/artigo_marcelonery.pdf)

Íntegra dos discursos e apresentações: [www.presidencia.gov.br/estrutura\\_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/](http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/)

<sup>1</sup> CDES: Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

# JOSUÉ DE CASTRO HOJE

## Artigo

Por Francisco Menezes<sup>1</sup>

*"...tem que saber pra onde corre o rio, tem que saber seguir o leito, tem que estar informado, tem que saber quem é Josué de Castro ,...rapaz!". Chico Science*

Neste mês de setembro, a celebração do centenário do nascimento de Josué de Castro tem dois sentidos maiores. O primeiro deles é o necessário resgate da memória desse grande brasileiro. O Brasil, e em particular seus jovens, precisam conhecer a história de vida e as idéias do ilustre médico pernambucano. O segundo sentido refere-se à fome, que Josué re-significou em sua obra, e que continua sendo um tema de discussão necessária no país.

Josué de Castro partiu da realidade que via e sentia – no sertão pernambucano, nas plantações de cana-de-açúcar da Zona da Mata, nos manguezais do Recife. Em sua atuação profissional como professor, médico, sociólogo e escritor, converteu seu profundo conhecimento daquela realidade em contribuição incomparável para a compreensão dos problemas da miséria e da fome.

A partir de sua obra e militância política, tornou-se nome reconhecido internacionalmente, tendo na FAO<sup>2</sup> liderado a primeira campanha internacional contra a fome.

*"E foi assim que, pela história dos homens e pelo roteiro do rio, fiquei sabendo que a fome não era um produto exclusivo dos mangues. Que os mangues apenas atraíram os homens famintos do Nordeste: os da zona da seca e os da zona da cana. (...) E quando cresci e saí pelo mundo afora, vendo outras paisagens, me apercebi com nova surpresa que o que eu pensava ser um fenômeno local era um drama universal. (...) Que aquela lama humana do Recife, que eu conhecera na infância, continua sujando até hoje a paisagem do nosso planeta como negros borrões de miséria: as negras manchas demográficas da geografia da fome".*

Josué de Castro foi um homem à frente de seu tempo. Baseando-se na realidade imediata do pós-guerra, não se conformou com diagnósticos simplistas sobre as carências do acesso à alimentação em todo o mundo, ousando pensá-las em sua complexidade e nas múltiplas faces com que se apresentam. Afirmou ser a fome a expressão biológica de males sociológicos, produzidos por iniquidades estabelecidas pelos próprios homens.

**Desmitificou a fome como resultado inexorável de determinações naturais.**

Demonstrou que a fome não se reduz a um problema de produção insuficiente de alimentos: caso a população não disponha de poder de compra para adquirir os alimentos, haverá fome. Denunciou o imperialismo e o comércio internacional de reduzirem o tema da alimentação ao âmbito de interesses econômicos específicos, desprezando os interesses da própria saúde pública<sup>3</sup>.

Nunca se satisfaz, em suas análises, com abordagens meramente setoriais dos problemas: *"Um dos grandes obstáculos ao planejamento de soluções adequadas*

1 Francisco Menezes é diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e foi presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar de 2004 a 2007.

2 Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação.

3 Prefácio da última edição de Geografia da Fome, Rio de Janeiro, 2003.



# JOSUÉ DE CASTRO HOJE

*ao problema da alimentação dos povos reside exatamente no pouco conhecimento que se tem do problema em conjunto, com um complexo de manifestações simultaneamente biológicas, econômicas e sociais*<sup>4</sup>. Inspirou a todos nós, que hoje trabalhamos o tema da soberania e segurança alimentar e nutricional no Brasil, com a perspectiva intersectorial por ele iniciada.

Mas Josué de Castro incomodou. Isto lhe custou o exílio durante o regime militar e o impedimento de retornar ao país. Este cidadão do mundo morreu de tristeza há 35 anos, por não poder regressar ao seu país, ao seu Recife, que traduzia para ele o significado das mazelas de todo o planeta, mas que também traduzia as possibilidades de superação, contidas em nosso próprio povo.

Josué nos ensina, profundamente, sobre os tempos atuais. Tempos de crise do sistema alimentar mundial. Usando os conhecimentos que ele nos legou, não pensemos que será apenas com a elevação da produção de alimentos que o mundo conseguirá enfrentar a presente elevação de seus preços. Novamente precisamos saber articular os diferentes campos das políticas públicas a serviço dos interesses de todos. Precisamos entender que o alimento, muito mais do que uma simples mercadoria, é um direito fundamental e primeiro de todo ser humano. Não é nos mercados especulativos, nas bolsas de *commodities*, cujo objetivo único está na realização de grandes lucros para alguns, o lugar adequado para a definição de seu destino.

O Brasil tem alcançado nos últimos anos progressos que antes não eram imagináveis no enfrentamento da calamidade da fome, da miséria e da desigualdade. Isto nos faz referência para todo o mundo. É a primeira vez que o país alia crescimento econômico com redução da desigualdade. Pesquisas nacionais, com metodologias rigorosas, comprovam esses avanços, como é o caso da redução da desnutrição infantil. Porém, tais fatos não nos autorizam à conclusão de que o problema da fome está resolvido no país. Para certos porta-vozes das elites, que não querem abrir mão dos privilégios dos mais abastados, essa é a interpretação fácil que aponta como desperdício os investimentos atualmente realizados junto à população mais desprovida.

Como nos mostrou Josué de Castro, a fome não pode ser apenas avaliada por sua manifestação biológica, ou por medidas de peso e altura. A fome, na sua versão contemporânea, se esconde atrás de estratégias de busca do provimento de energia, mas absolutamente carente de outros componentes nutricionais indispensáveis para uma vida saudável. É a fome oculta que nos ensinou Josué. De fato, a fome em seu estrito senso pode ser até aplacada pelo alimento colhido no lixo ou adquirido por ganho proveniente de trabalho degradante, mas na sua essência ela não estará vencida. A fome será vencida pelo reconhecimento, efetivo, do direito humano à alimentação, acima de qualquer outra prioridade. Isto se faz e garante através de políticas públicas sob a responsabilidade de todos, mas em particular do Estado.

Conforme Chico Science, poeta do mangue, um dos ícones das atuais gerações: Josué de Castro, patrono do Consea, tem muito o que nos dizer nesse caminho.

---

4 Geografia da Fome, Rio de Janeiro, 2003.

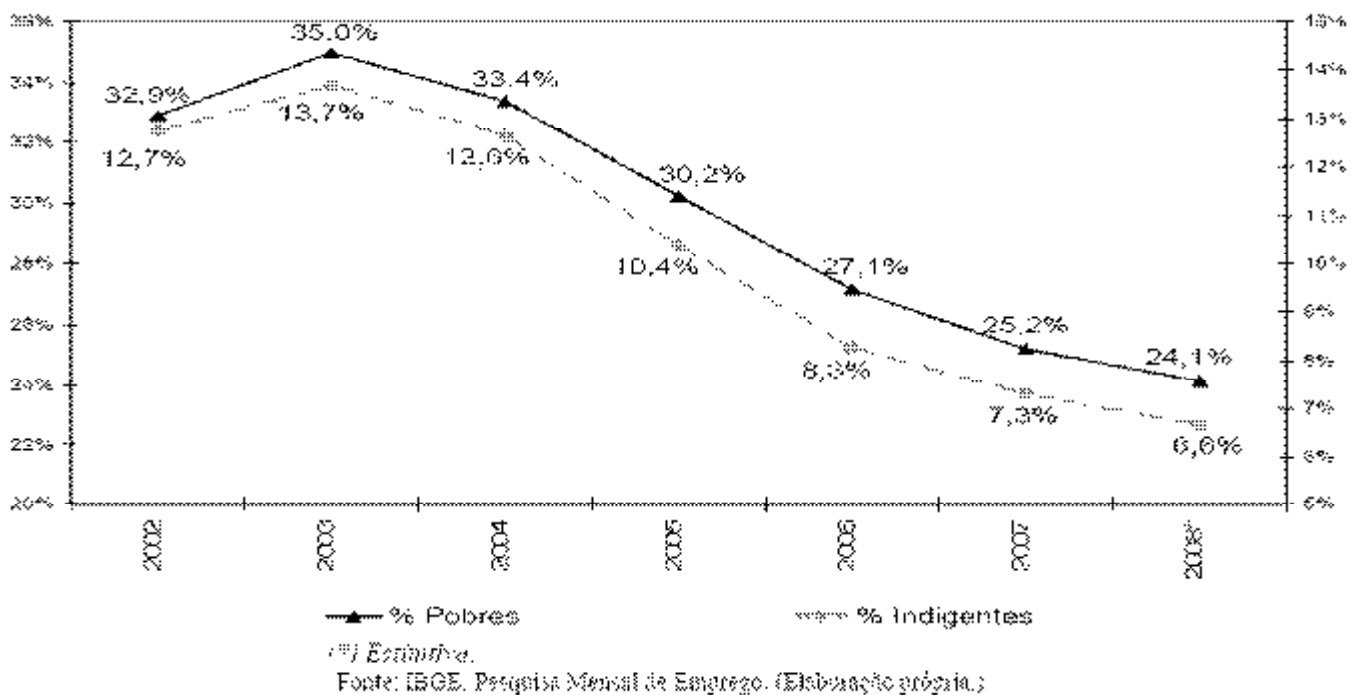
# REDUÇÃO DA POBREZA E DA INDIGÊNCIA

*Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea mostra redução da pobreza nas regiões metropolitanas*

## Principais resultados do estudo<sup>1</sup>

- Contribuíram para o fenômeno: crescimento econômico, ganhos do salário mínimo e transferências de renda do governo.
- Caiu a pobreza nas seis principais regiões metropolitanas<sup>2</sup>: de 35% da população em 2003 para 24,1% em 2008.
- Taxa de indigentes diminuiu: de 13,7% para 6,6% no mesmo período.

## Pobres e indigentes nas seis regiões metropolitanas – 2002-2008



- Número absoluto de pobres caiu 26,5% entre 2003 e 2008.
- Número absoluto de indigentes diminuiu 48,3% nesse período.

## Metodologia do estudo

- Utiliza dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE<sup>3</sup> das seis principais regiões metropolitanas do país.
- Definições:
  - Renda – somatório dos rendimentos do trabalho, aposentadorias, pensões, doações, aluguéis, juros, dividendos e Bolsa Família.
  - Pobre – renda igual ou inferior a meio salário mínimo (R\$ 207,50).
  - Indigente – renda igual ou inferior a um quarto do salário mínimo (R\$ 103,75).

1 "Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano" – Ipea, Comunicado da Presidência nº 7, agosto de 2008.

2 Regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

3 Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

# MULHERES – LEI MARIA DA PENHA

**Pesquisa mostra que, em dois anos, lei tem eficácia reconhecida pela sociedade brasileira no combate à violência contra a mulher**

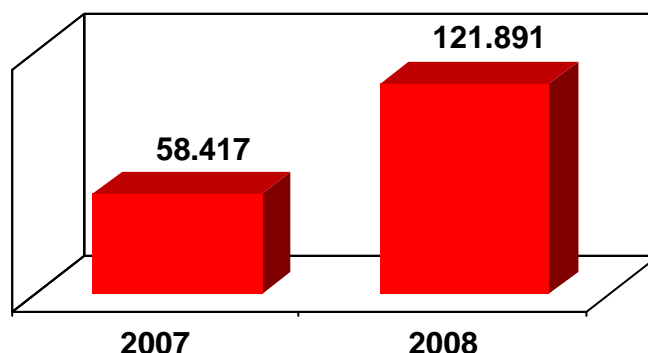
## Dois anos da Lei Maria da Penha

- Sancionada em 7ago/06, legislação integra o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que coíbe a violência doméstica e familiar contra a mulher.
- **Brasileiros conhecem a Lei Maria da Penha (68%) e sabem de sua eficácia (83%), atesta pesquisa Ibope/Themis<sup>1</sup>.**
- População percebe legislação como importante meio de inibir violência contra a mulher. Mas 42% dos entrevistados acreditam que mulheres "não costumam procurar serviço ou apoio" de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) ou de delegacias de polícia.
- Lei é mais conhecida nas regiões Norte e Centro-Oeste (83%).

## Ligue 180 – Chamadas que salvam vidas

- **No primeiro semestre de 2008, Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180) registrou aumento de 107,9% de ligações em relação ao mesmo período de 2007.**
- Maior divulgação da lei, melhorias tecnológicas, aperfeiçoamento do sistema e capacitação das atendentes contribuíram para crescimento.
- Moradoras do DF foram as que mais utilizaram serviço, com 132,8 atendimentos para cada 50 mil mulheres. Em segundo lugar ficou São Paulo (96,4) e em terceiro o Pará (79,5).
- Na maioria das denúncias e dos relatos, as usuárias declararam sofrer agressões diariamente (61,5%) e semanalmente (17,8%).
- Os agressores são, na sua maioria, os próprios companheiros (63,9%), muitas vezes, usuários de drogas e/ou álcool (58,4%).
- O perfil das usuárias revela que grande parte é negra (37,6%), tem idade entre 20 e 40 anos (52,6%), é casada (23,8%) e cursou parte ou todo o ensino fundamental (32,8%).
- Quanto à divulgação do número da Central de Atendimento (Ligue 180), o telefone público, com 21,2%, e a televisão, com 15,1%, representam os meios mais citados, seguidos do serviço de auxílio à lista (102), com 12,9%.

Central de Atendimento à Mulher - Ligue 180



1 Fonte: Ibope/Themis – Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero [www.themis.org.br](http://www.themis.org.br). Pesquisa realizada de 17 a 21jul/08.

# AMBIENTE DE NEGÓCIOS

*Redução da burocracia, aperfeiçoamento de marcos legais, racionalização de processos e incentivo à poupança potencializam desenvolvimento econômico*

## Medidas para melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia<sup>1</sup>

- **Nova Lei de Falências** (11.101/05 e LCp 118/05): promove recuperação extrajudicial de empresas como alternativa à falência; permite continuidade de atividades e manutenção de empregos. Possibilita que ativos da massa falida sejam rapidamente alienados, evitando deterioração, sem prejuízo aos credores.
- **Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e Simples Nacional** (123/06): aperfeiçoou legislação em vigor, em particular quanto a regime tributário especial aplicável às MPEs, o Simples Nacional. Aprofunda desoneração e simplifica procedimentos relativos a registro e legalização de empresas, acesso a compras públicas, incentivo à inovação tecnológica, acesso à Justiça, entre outros.
- **Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim** (11.598/07): simplifica processo de registro e legalização de empresas e cria Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim.
- **Novo modelo para setor elétrico** (Leis 10.871/04 e 11.097/05): cria carreiras e organiza cargos em agências reguladoras; introduz biodiesel na matriz energética brasileira.
- **Criação de Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI** (Lei 11.080/04): formulam e promovem políticas ativas de desenvolvimento industrial para geração de empregos.
- **Incentivo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica** (Leis 10.973/04 e 11.196/05): incentiva e facilita a cooperação entre instituições tecnológicas e empresas. Cria subvenção a projetos tecnológicos das empresas. Estabelece incentivos fiscais para a inovação tecnológica nas empresas.
- **Patrimônio de Afetação<sup>2</sup> nas Incorporações Imobiliárias** (Lei 10.931/04): regime fiduciário simplificado, blinda incorporações imobiliárias contra má-gestão ou fraude; confere mais transparência e segurança jurídica aos adquirentes de imóveis e às instituições bancárias concedentes de crédito imobiliário.
- **PPP** (Lei 11.079/04 e Decretos 5.385/05 e 5.411/05): cria e regulariza normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.
- **Abertura do Mercado de Resseguro** (LCp 126/07): abre mercado nacional, possibilita surgimento de companhias privadas ou entrada de resseguradoras estrangeiras. Acaba com monopólio público, a fim de permitir oferta de produtos securitários a preços mais baixos e competitivos e maior grau de especialização.
- **Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis** (Lei 11.638/07, altera Lei das S/A): estende às sociedades limitadas de grande porte normas de elaboração/divulgação de demonstrações financeiras. Permite convergência das práticas contábeis ao padrão internacional.
- **Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais** (Res. CMN 3.401/06 e Port. 301/06): para maior concorrência entre instituições bancárias, permite transferência de contratos de crédito ou arrendamento mercantil de uma instituição financeira para

1 Siglas utilizadas: LCp – Lei Complementar; MPE – Micro e Pequenas Empresas; PPP – Parcerias Público-Privadas; Res. CMN – Resolução do Conselho Monetário Nacional; Port. – Portaria do Ministério da Fazenda; IR – Imposto de Renda; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

2 Capacidade de responder por obrigações financeiras.

# AMBIENTE DE NEGÓCIOS

outra com melhores condições de crédito ao consumidor. Obriga instituição financeira a fornecer informações cadastrais e histórico de crédito ao cliente ou a terceiros autorizados. Permite uso das informações em benefício do consumidor, como colateral de reputação em operações bancárias e creditícias.

- **Obrigatoriedade da Conta Salário** (Res. CMN 3.402/06): prestação de serviços de pagamentos de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas; reduz custo do cliente por movimentar salário em instituições bancárias e fomenta concorrência bancária.
- **Mais transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito (Custo Efetivo Total – CET<sup>3</sup>)**; Resoluções CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07: determinam que não haja cobrança de tarifas em serviços essenciais; obrigam instituições financeiras a informar Custo Efetivo Total (CET) anual antes e a qualquer momento da tomada de crédito; facilitam comparação de custo do crédito entre diferentes instituições bancárias, aumentando competição.
- **Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs** (Lei 11.058/07): reativa programa das ZPEs recriando incentivos fiscais e reestabelece o Conselho das ZPEs, que poderá autorizar a criação de ZPEs nas regiões menos desenvolvidas do país.
- **Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Nota Fiscal Eletrônica** (Decreto 6.002/07): menos burocracia e maior controle da arrecadação. Seu avanço permitirá a contínua redução da carga tributária e simplificação do sistema tributário nacional.
- **Criação da Receita Federal do Brasil** (Lei 11.457/07): unificou arrecadação de tributos federais e contribuições previdenciárias.

## Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- **Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis** (Lei 10.931/04): facilita execução da garantia; reduz nível da depreciação do bem e concorre para ampliar crédito para aquisição de automóveis, com menores taxas e melhores condições.
- **Execução de sentença judicial** (Lei 11.232/05): agilidade a cumprimento de sentença condenatória; reduz incentivos a manobras protelatórias (devedor tem dez dias para pagar, senão incide multa de 10% no valor).
- **Súmula impeditiva de recursos** (Lei 11.276/06): reforça sistema jurisprudencial; permite que matérias com entendimento firmado pelos tribunais superiores não motivem recursos de natureza protelatória.
- **Execuções de títulos extrajudiciais** (Lei 11.382/06): modifica execução extrajudicial; facilita penhora de bens de melhor qualidade; agiliza processo de execução e elimina possibilidade de embargos protelatórios.

## Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- **Consignação em folha de pagamento** (Lei 10.820/03): autoriza desconto em folha de pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento; minimiza riscos e reduz custos de crédito ao consumidor.

3 Cálculo que reflete totalidade dos encargos e despesas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

# AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **Cédula de Crédito Bancário<sup>4</sup>, Letra<sup>5</sup> e Cédula de Crédito Imobiliário<sup>6</sup>** (Lei 10.931/04): instrumentos ágeis e juridicamente seguros para cessão ou securitização de créditos; melhora gestão de risco do segmento; é alternativa de capitalização das instituições concedentes de crédito; amplia volume de recursos ao consumidor.
- **Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio** (Lei 11.076/04): cessão e securitização de crédito rural. Melhora gestão de risco e desenvolve alternativa de captação de recursos privados para setor agropecuário.
- **Novo regime de tributação da Previdência Complementar** (Leis 11.053/04 e 11.196/05): introduz regras de tributação para entidades de previdência complementar e seus participantes; incentiva formação de poupança de longo prazo. Isenta de Imposto de Renda aplicações de recursos dos fundos de pensão.
- **Isenção de IR na troca de imóveis residenciais** (Lei 11.196/05): isenta ganhos de pessoa física com venda de imóvel residencial, quando proprietário compra outro imóvel em até 180 dias. Reduz custo de transação e promove maior giro e liquidez no mercado.
- **Juros prefixados nos financiamentos do SFH<sup>7</sup>** (Lei 11.434/06): autoriza que contratos de financiamento imobiliário no âmbito do SFH utilizem apenas juros pré-fixados; elimina obrigatoriedade de aplicação da TR – o que confere perfil mais adequado a crédito para fins de securitização e oferece a consumidor um contrato sem risco da taxa de juros ou inflação e com maior previsibilidade.
- **Consignado em folha para financiamento imobiliário** (Decreto 5.892/06): estende a operação de crédito consignado a financiamento imobiliário.

## Em tramitação no Congresso Nacional

- **PL das agências reguladoras** (3.337/04 – Câmara dos Deputados): estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos.
- **PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência** (5.877/05, apensado ao 3.937/04): maior eficiência na proteção de interesses de consumidores; reduz prazo de tramitação e custo administrativo; define papel dos três órgãos<sup>8</sup> que atuam sobre o tema; garante recursos materiais e humanos e aperfeiçoa legislação anterior, de 1994.
- **PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo** (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03): regras sobre atuação de bancos de dados e condições para que cadastrados tenham acesso a informações de crédito e outras, que possam constituir colateral de reputação, a ser utilizado para acesso a melhores condições em operações creditícias. Inovação permite coleta não apenas de informações “negativas” (de inadimplência), mas as “positivas” de empresas/pessoas.

4 Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

5 Lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo a seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

6 Representa os créditos imobiliários.

7 Sistema Financeiro de Habitação.

8 Secretarias de Acompanhamento Econômico – Seae (Ministério da Fazenda), de Direito Econômico – SDE (Justiça) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

# AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta** (3.498/08 – Câmara dos Deputados): medidas para fortalecer Sistema Nacional de Seguros Privados, Previdência Complementar Aberta e Capitalização; protege consumidor de riscos de liquidação e insolvência de companhias ligadas aos setores.
- **PLP Fundo de Catástrofe do Seguro Rural** (374/08 – Câmara dos Deputados): autoriza seguradoras privadas a constituírem Fundo de Catástrofe para cobertura de operações de seguro rural contra efeitos climáticos.
- **PEC da Reforma Tributária** (233/2008 – Câmara dos Deputados): simplifica sistema tributário, confere mais racionalidade a tributos diretos federais e indiretos federais e estaduais; estabelece nova repartição de recursos e cria IVA-Federal e novo ICMS; padroniza alíquotas, elimina cumulatividade e combate guerra fiscal.
- **MPs da Política de Desenvolvimento Produtivo** (428 e 429/2008): estabelece incentivos fiscais e creditícios para diversos setores industriais brasileiros, incentivando o investimento, a produção e as exportações. Ver pág. 42.

# CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

*Entre 2003 e 2008, mais de 3,4 milhões de brasileiros participaram de 48 conferências para debater e aperfeiçoar políticas públicas*

## Criação e recriação de conselhos

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2003)
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI (2003)
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae (2003)
- Conselho Nacional das Cidades (2003)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (2003)
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – Conape (2003)
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR (2003)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condrap (2003)
- Conselho Nacional da Juventude (2005)
- Conselho Nacional de Política Cultural (2007)

## Consolidação dos conselhos existentes

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD
- Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade)

## Conferências realizadas

- Conferência Nacional de Direitos Humanos (2003/2004/2006)
- Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (2003)
- Conferência Nacional das Cidades (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (2003/2006)
- Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003/2005/2008)
- Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente (2003/2006)
- Conferência Nacional de Saúde (2003/2007)
- Conferência Nacional de Assistência Social (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004/2007)
- Conferência Nacional do Esporte (2004/2006)
- Conferência Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres (2004/2007)
- Conferência Nacional de Saúde Bucal (2004)
- Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos (2004/2005)
- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005)
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004/2005)
- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (2005)
- Conferência Nacional de Cultura (2005)
- Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (2005)
- Conferência Nacional de Saúde Indígena (2006)



# CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

- Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006)
- Conferência Nacional de Economia Solidária (2006)
- Conferência Nacional de Imunodeficiências Primárias (2006)
- Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica (2006)
- Conferência Nacional da Educação Básica (2008)
- Conferência Nacional da Juventude (2008)
- Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008)
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008)

Versão eletrônica:



[www.presidencia.gov.br](http://www.presidencia.gov.br) ou [www.brasil.gov.br](http://www.brasil.gov.br)

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para: [destaques.secom@planalto.gov.br](mailto:destaques.secom@planalto.gov.br) escrevendo “incluir” no campo assunto.

# ÍNDICE REMISSIVO

**Relação completa de temas que fizeram parte do Caderno Destaques desde a primeira edição ([mar/08](#)) . Localize os meses em que os temas aparecem**

## Parte 1 – Brasil Hoje

Tema	Edição
Biocombustíveis	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Democracia	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Política Externa	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Retrato Econômico	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Retrato Social	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>

## Parte 2 – Programas 2007 e 2008

Bolsa Família	<a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Cesta básica e salário mínimo: variação do poder aquisitivo de 2003 a 2008	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a>
Cidadania e Inclusão Social	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Criança e Adolescente – Agenda Social	<a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Mais Alimentos	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Mais Cultura – Agenda Social	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Mais Pesca e Aquicultura	<a href="#">ago</a>
Mais Saúde	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Mulheres – Agenda Social	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
PAC Embrapa	<a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
PAC Funasa	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Pessoas com Deficiência – Agenda social	<a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Plano da Amazônia Sustentável – PAS	<a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Plano Nacional de Turismo – PNT	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP	<a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Povos Indígenas – Agenda Social	<a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Quilombolas – Agenda Social	<a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Reforma Tributária	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Territórios da Cidadania – Agenda Social	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>

# ÍNDICE REMISSIVO

## Parte 3 – Temas setoriais e atualidades

1º de Maio	<a href="#">mai</a>
Agricultura e Pecuária	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Apoio a Exportadores	<a href="#">mar</a>
Aqüicultura e Pesca	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a>
Assuntos Estratégicos	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a>
Aviação Civil	<a href="#">mar</a>
Cartão de Pagamento do Governo Federal	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a>
Combustíveis	<a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Comparativo Econômico 2003-2008 <sup>1</sup>	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a>
CPMF	<a href="#">mar</a>
Crédito	<a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a>
Desmatamento e Aquecimento	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Emprego	<a href="#">ago</a>
Energia Elétrica	<a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Esportes	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Fundo Soberano do Brasil	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Habitação	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Inclusão Digital	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a>
Indústria Naval	<a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Inflação e Alimentos	<a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Integração Nacional	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Justiça	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Marcha dos Prefeitos	<a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a>
Medidas para Setores Médios	<a href="#">mar</a>
Mudança no Campo	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Operações da Polícia Federal	<a href="#">abr</a>
Portos	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Previdência e Terceira Idade	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a>
Previdência Social	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Projeto São Francisco	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Promoção da Igualdade Racial	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a>
Reforma Agrária	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Relação Capital-Trabalho	<a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a>
Relação com Estados	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Relação com Municípios	<a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Remuneração do funcionalismo	<a href="#">mar</a>
Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	<a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a>

<sup>1</sup> A partir de agosto, está incorporado ao Retrato Econômico, da parte 1.

# ÍNDICE REMISSIVO

Rodada Doha	<a href="#">ago</a>
Saneamento	<a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Segurança Energética	<a href="#">mar</a>
Trabalhadores	<a href="#">jun</a>
TV Digital	<a href="#">mar</a>
TV Pública	<a href="#">mar</a>
<b>Parte 4 – Biblioteca: estudos, artigos, pesquisas e anexos</b>	
Ambiente de Negócios	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Artigo. <i>Falso dilema da produção de alimentos</i> , por Hélio Tollini	<a href="#">mai</a>
Artigo. <i>Mais comida – e muito mais comensais</i> , por Rubens Ricupero	<a href="#">jun</a>
Artigo. <i>O GrameenTupiniquim</i> , por Marcelo Côrtes Néri	<a href="#">mar</a>
Artigo. <i>Os direitos humanos em 2008</i> , por Paulo Vannuchi	<a href="#">mar</a>
Artigo. <i>Política vai parar de ganhar dinheiro com a miséria</i> , por Maria Inês Nassif	<a href="#">mar</a>
Artigo. <i>Produzam biocombustíveis corretos</i> , por Roger Cohen	<a href="#">mai</a>
Artigo. <i>Territórios da Cidadania: evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural brasileiro</i> , por Philippe Bonnal	<a href="#">abr</a>
Conselhos e Conferências 2003 a 2008	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Estudo: <i>A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas</i> – IPEA	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Estudo: <i>Observador 2008</i> – Ipsos	<a href="#">abr</a>
Exportações por Bloco Econômico	<a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Lei que instituiu o ano de 2008 o Ano Nacional Machado de Assis	<a href="#">mar</a>
ODM – Relatório 2007	<a href="#">mar</a> , <a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Pesquisas do Instituto Datafolha	<a href="#">mar</a>
Plano Nacional do Livro e Arca das Letras	<a href="#">abr</a>
PNAD – 2006 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE	<a href="#">mar</a>
PNAD 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	<a href="#">abr</a> , <a href="#">mai</a> , <a href="#">jun</a> , <a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
PNDS 2006 - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	<a href="#">jul</a> , <a href="#">ago</a>
Pronunciamento do Presidente da República na FAO, em Roma, 3jun/08	<a href="#">jun</a>

**DESTAQUES**  
Ações e Programas do Governo Federal

**BRASIL**  
UM PAÍS DE TODOS  
GOVERNO FEDERAL

Brasília, DF, em setembro de 2008



# **DESTAQUES**

Ações e Programas do Governo Federal

